



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 89, TERÇA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 80ª SESSÃO, ESPECIAL SEMIPRESENCIAL, EM 15 DE JUNHO DE 2026

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o Dia Nacional da Agricultura Irrigada, nos termos do Requerimento nº 321/2026, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores.	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	9
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Eduardo Girão)	9
1.2.3 – Exibição de vídeo com o discurso do Senador Eduardo Gomes	11
1.2.4 – Exibição de vídeo institucional	11
1.2.5 – Oradores	
Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR)	12
Sr. Silvio Carlos Ribeiro Vieira Lima, Presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid)	15
1.2.6 – Exibição de vídeo institucional	17
1.2.7 – Oradores (continuação)	
Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR)	18
Sr. David Schmidt, Presidente da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)	20
Sr. Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Cerrados (Embrapa Cerrados)	23
Sr. Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR)	27
Sra. Alessandra Cristina Rossin, Diretora da Área de Irrigação e Operações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	31



Sr. Fernando Ruitter, Diretor da Rede Nacional de Agricultura Irrigada	32
1.2.8 – Exibição de vídeo institucional	33
1.3 – ENCERRAMENTO	34
2 – ATA DA 81ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE JUNHO DE 2026	
2.1 – ABERTURA	36
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e do fim da escala 6x1, com destaque para a necessidade de aprovação da PEC nº 221/2019, sobre o tema. Comentários sobre a tramitação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 1838/2026, que dispõe sobre a redução da duração normal do trabalho e sobre o descanso semanal remunerado dos trabalhadores. Registro da realização de sessão de debates temáticos relativa ao assunto, prevista para 1º de julho.	36
2.2.2 – Realização de um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do acidente de ônibus ocorrido em Tauá, Ceará	41
2.2.3 – Oradores (continuação)	
Senador Eduardo Girão – Críticas à suposta omissão do Senado Federal e do STF diante de denúncias relacionadas ao Banco Master, com defesa da imediata instalação da CPI ou CPMI destinada à apuração de possíveis irregularidades envolvendo autoridades dos três Poderes. Contestação à atuação do Governo Lula, do STF e da PGR na condução de investigações de corrupção. Defesa da transparência, da ampla divulgação das apurações, da colaboração premiada como instrumento de investigação e do fortalecimento do combate à corrupção e à impunidade, com menções à Operação Lava Jato e a outros escândalos de repercussão nacional.	41
Senador Izalci Lucas – Registro de CPIs e CPMIs das quais S. Exa. participou ao longo de sua trajetória parlamentar. Preocupação com o endividamento crescente das famílias brasileiras e crítica aos juros excessivos, especialmente no crédito rotativo, apontados como principal fator estrutural do problema.	47
Senador Wellington Fagundes – Celebração da beatificação do Padre Nazareno Lanciotti, com destaque à atuação religiosa e social do sacerdote. Críticas à gestão do Governo do Mato Grosso, especialmente por supostas falhas na condução de obras de mobilidade urbana e pela ausência de atualização periódica na remuneração dos servidores. Registro da pré-candidatura de S. Exa. ao cargo de Governador, com a promessa de uma gestão focada no desenvolvimento social e no fortalecimento do funcionalismo público.	49
2.2.4 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão de premiações e condecorações para 16 de junho, às 10 horas, destinada à entrega da Comenda Santa Dulce dos Pobres.	55
Convocação de sessão deliberativa ordinária semipresencial para 16 de junho, às 14 horas.	55
2.3 – ENCERRAMENTO	55

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS



3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Despacho

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 3804/2023 e 3085/2026. 57

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aos Projetos de Lei nºs 3804/2023 e 3085/2026. 57

3.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 199/2019, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre a criação de programas de amparo às pessoas idosas e às com deficiência e sobre o estímulo à ação voluntária em programas dessa espécie. 59

Projeto de Lei nº 1827/2019, que altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o piso salarial do assistente social. 64

Projeto de Lei nº 2179/2019, que declara o evento Marcha para Jesus bem imaterial e cultural do Brasil. 69

Projeto de Lei nº 3391/2019, que altera a Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, para dispor sobre o atendimento psicológico e social prioritário à mulher em casos de perda gestacional, óbito fetal e óbito neonatal, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre a gratuidade do registro de natimorto e sobre a inclusão de nome e prenome por livre opção do declarante. 73

Projeto de Lei nº 3630/2019, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para possibilitar a prestação de serviços à comunidade em abrigos de proteção animal. 78

Projeto de Lei nº 2427/2020, que institui a Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola. 82

Projeto de Lei nº 3761/2020, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre medidas de atenção às crianças e aos jovens com deficiência ou enfermidade causadoras de repercussões importantes de ordem estética ou de embarço social. 88

Projeto de Lei nº 583/2021, que altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para garantir à vítima de violência sexual atendimento prioritário e humanizado pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública e assegurar-lhe tratamento digno e respeitoso em todas as fases da investigação policial, do procedimento investigatório criminal ou do processo penal. 92

Projeto de Lei nº 4177/2021, que cria a campanha permanente de conscientização, orientação e tratamento da doença falciforme. 97

Projeto de Lei nº 2071/2022, que denomina Rodovia Raul Anselmo Randon o trecho da rodovia BR-116, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a divisa com o Estado de Santa Catarina. 101

Projeto de Lei nº 292/2023, que institui a campanha Fevereiro Laranja. 104

Projeto de Lei nº 580/2023, que altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para submeter a desconstituição da coisa julgada tributária contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral à ação rescisória. 107



Projeto de Lei nº 2898/2023, que <i>inscreve o nome de Antônio Gonçalves Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria</i>	114
Projeto de Lei nº 3092/2026 (nº 10959/2018, na Câmara dos Deputados), que <i>altera o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para prever, na organização dos serviços socioassistenciais, a criação de programas de amparo para adultos entre 18 (dezoito) e 59 (cinquenta e nove) anos de idade em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária com vínculos familiares ou comunitários rompidos ou fragilizados e a possibilidade de abrigo em instituições de longa permanência para adultos</i>	117
3.1.3 – Projeto de Decreto Legislativo	
Nº 610/2026, do Senador Jaime Bagattoli, que <i>susta os efeitos do Decreto nº 13.016, de 10 de junho de 2026, que cria o Parque Nacional Povos Indígenas do Rio Tanaru, localizado nos Municípios de Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste, no Estado de Rondônia, por exorbitância do poder regulamentar e usurpação de competência legislativa</i>	123
3.1.4 – Projetos de Lei	
Nº 3106/2026, do Senador Randolfe Rodrigues, que <i>dispõe sobre concessão do benefício de seguro-desemprego ao trabalhador portuário avulso da região da Amazônia Legal que exerça atividade de movimentação de cargas de frutos de açaí durante o período de entressafra</i>	129
Nº 3108/2026, do Senador Paulo Paim, que <i>altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer a obrigatoriedade da constituição de garantia financeira da entrega do empreendimento, tornar compulsório o regime de patrimônio de afetação e aperfeiçoar os instrumentos de acompanhamento da evolução do empreendimento na incorporação imobiliária</i>	137
3.1.5 – Projeto de Lei Complementar	
Nº 174/2026, dos Senadores Wellington Fagundes e Zequinha Marinho, que <i>institui a Região Integrada de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu – RIDE Araguaia-Xingu e cria o Programa Especial de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu</i>	144
3.1.6 – Requerimento	
Nº 460/2026, do Senador Luis Carlos Heinze, requer a oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o Projeto de Lei nº 4.425/2025.	155
<i>Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Requerimento nº 460/2026</i>	159
PARTE III	
4 – RESOLUÇÕES	
Nº 13/2026 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 18/2026), que <i>autoriza o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), com garantia da União, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal</i>	161
Nº 14/2026 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 19/2026), que <i>autoriza o Município de Fortaleza, Estado do Ceará, a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de</i>	



Fomento (CAF), no valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). 164

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 166

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 169

7 – LIDERANÇAS 170

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 173

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 178

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 180

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 225



Ata da 80ª Sessão, Especial Semipresencial,
em 15 de junho de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 7 minutos e encerra-se às 12 horas e 17 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Paz e bem a todos!

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 321, de 2026, de autoria do Senador Eduardo Gomes, do Estado de Tocantins, e de outros Senadores, aprovado por unanimidade pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

Eu convido, para compor a mesa desta sessão especial... Alguns convidados já chegaram, uns estão a caminho, e, à medida que forem chegando, a gente vai trazendo para a mesa aqui e fazendo a apresentação, mas já está presente o Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. (*Palmas.*)

Também convido o Sr. Silvio Carlos Vieira, Presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid). (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Agora, pessoal, em posição de respeito, eu convido a todos para acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar - Presidente.) – Muito bem, muito bem. Queria dar as boas-vindas a todos vocês aqui, é uma honra estar presidindo esta sessão. Nosso querido irmão Senador Eduardo Gomes teve um imprevisto, não pôde vir, mas ele tem um apreço, assim como eu e a maioria dos colegas aqui, muito grande, à nossa pujante agricultura irrigada. E hoje, exatamente hoje, dia 15 de junho, no começo desta semana, na segunda-feira, nós estamos celebrando aqui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

O Senado Federal se soma a essa celebração, que não deve ser apenas uma homenagem. É, sobretudo, uma oportunidade para refletir sobre o futuro da nossa agricultura, um futuro que precisa ser mais tecnológico, mais eficiente e mais ainda sustentável.

A agricultura irrigada ocupa posição estratégica nesse contexto. Ela não é apenas um meio de fornecer água às lavouras. É um instrumento relevante para a estabilidade econômica, social e produtiva do agronegócio brasileiro. É elemento fundamental na formulação de políticas públicas e na garantia da segurança do abastecimento nacional.

O Brasil conta, atualmente, com cerca de 10 milhões de hectares irrigados. É um número ainda modesto quando comparado a países como a China, que possui aproximadamente 65 milhões de hectares. No entanto, estimativas indicam que nosso potencial pode alcançar 55 milhões de hectares. Explorar esse número de forma inteligente é estratégico para o país.

Do ponto de vista produtivo, a irrigação pode elevar significativamente a produtividade das culturas, em alguns casos em até cinco vezes. Além disso, contribui para tornar a produção mais resistente a eventos climáticos adversos, o que é cada vez mais relevante no cenário de mudanças climáticas.

Sob a perspectiva ambiental, o uso intensivo de tecnologia, como a irrigação, pode reduzir a necessidade de abertura de novas áreas agrícolas, contribuindo para a contenção do desmatamento. Também pode favorecer o aumento da matéria orgânica do solo, fortalecendo o sequestro de carbono e contribuindo para o enfrentamento do aquecimento global. No campo social, a irrigação tem potencial para gerar emprego e renda.

Em atividades como o cultivo de frutas e de hortaliças, pode-se atingir níveis elevadíssimos de geração de empregos diretos por hectare, o que o torna relevante também como instrumento de redução da pobreza e da promoção do desenvolvimento regional. Esses benefícios se acumulam e se reforçam.



Eu quero agora pedir desculpas ao nosso colega Senador Eduardo Gomes, mas não me sinto em condições de falar com a mesma qualidade sobre os efeitos positivos da irrigação no Estado de Tocantins, que é o grande amor da vida dele – os olhos dele brilham quando o Senador Eduardo Gomes fala do seu estado.

Por isso, eu tecerei agora algumas referências sobre as perspectivas de desenvolvimento especificamente para o nosso Estado do Ceará. Atualmente, os polos de irrigação já são o principal vetor de crescimento e modernização do agronegócio cearense. Em um estado caracterizado pelo clima semiárido e pela elevada variabilidade das chuvas, a irrigação tornou-se um instrumento estratégico para garantir a estabilidade produtiva, aumento da produtividade, geração de emprego e expansão de exportações agrícolas.

Os resultados observados em 2025 confirmaram a relevância econômica dos polos irrigados lá da nossa Terra da Luz, que respondem por aproximadamente 71% do valor bruto da produção agrícola estadual, apesar de ocuparem parcela relativamente reduzida da área cultivada. A combinação entre infraestrutura hídrica, inovação tecnológica, empreendedorismo rural e acesso aos mercados permitiu a consolidação de sistemas produtivos altamente competitivos.

Para 2026, as perspectivas permanecem favoráveis, de vento em popa, sustentadas pela ampliação da eficiência no uso da água, diversificação produtiva, fortalecimento da agricultura protegida, crescimento das exportações e novos investimentos em logística e infraestrutura.

A agricultura irrigada representa o segmento mais dinâmico da agropecuária cearense. Dados da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da rede de agricultura irrigada do Nordeste (Reagro), demonstram que os polos irrigados concentram a maior parte da produção das frutas, hortaliças, flores e culturas de elevado valor agregado.

Entre os principais benefícios da irrigação, destacam-se aumento da produtividade por hectare, redução dos riscos climáticos, produção durante todo o ano, geração de empregos permanentes, ampliação das exportações e atração de agroindústrias.

Vale aqui destacar a Chapada do Apodi, cuja maior parte fica situada em Limoeiro do Norte, no Ceará. É considerado um dos solos mais férteis do mundo, graças às águas do Rio Jaguaribe. A região vem se tornando grande exportadora de frutas, como banana, mamão e melão. Além disso, também produz milho, soja e algodão.

Com relação ao apoio a esse importante setor, através das emendas parlamentares que cada Senador tem aqui direito a destinar para os seus estados, somente o nosso gabinete destinou R\$20 milhões ao longo deste mandato. Eu tenho um critério muito rigoroso na aplicação dessas emendas, que é dinheiro do povo, é exatamente o imposto que é pago por você que está nos assistindo, está nos ouvindo agora. Então, eu tenho essa aplicação das emendas absolutamente restrita ali ao uso constitucional. Sempre votei contra orçamento secreto, sempre denunciei e vou continuar fazendo isso até o último dia, que é dia 1º de fevereiro do ano que vem.

Mesmo assim, foi possível levar benefícios aos 184 municípios do Estado do Ceará, com destaque para equipamentos agrícolas para fomentar a produção de frutas e até de camarões, a perfuração de poços profundos para a captação de água, a construção de casas de mel, a reforma de mercados municipais e muitos cursos de empreendedorismo.

Para concluir, eu quero registrar meu reconhecimento aos produtores rurais, técnicos e trabalhadores que sustentam diariamente a agricultura irrigada no Brasil. Além de sermos a pátria do Evangelho, o coração do mundo e a pátria do Evangelho, nós somos também o celeiro do mundo. O Brasil tem essa característica fabulosa, que nos dá muito alento, muita esperança.

Então, celebrar esta data é reconhecer o trabalho de quem transforma água e terra em alimento, renda e desenvolvimento. Sobretudo, celebrar este dia é uma oportunidade para reconhecermos, mais uma



vez, a importância fundamental da atividade agrícola no nosso país, seja por sua expressividade econômica, seja por sua relevância social, seja pela parte que ainda cabe ao setor agrário na definição do nosso caráter nacional.

Ainda cabe que seja esta nossa audiência, esta nossa sessão especial de hoje aqui, solene, um ponto de partida para novos avanços. Eu mesmo vou aprender muito aqui com os expositores, que vão trazer aqui os seus pronunciamentos. Então, que esses novos avanços venham aí recheados de mais eficiência, mais sustentabilidade, mais oportunidades para todos os brasileiros.

Muito obrigado a todos. Paz e bem sempre.

E vamos seguir aqui com a nossa audiência. (*Palmas.*)

Obrigado.

Eu também convido para compor a mesa o Sr. David Schmidt Prado, Presidente da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. (*Palmas.*)

Também chamo para compor essa mesa ilustre aqui o Sr. Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, que é Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Cerrados (Embrapa Cerrados). Muito obrigado pela sua presença. (*Palmas.*)

E agora nós vamos assistir aqui ao vídeo que é o pronunciamento, o discurso do meu colega Senador Eduardo Gomes, que é o requerente desta sessão. E eu agradeço a ele por essa oportunidade.

Vamos para o pronunciamento do nosso colega.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar. *Por vídeo.*) – Olá, quero cumprimentar a todos que participam dessa sessão solene em que se comemora o Dia Nacional da Agricultura Irrigada, especialmente o Ministro Waldez Góes e o Secretário Nacional de Irrigação, Giuseppe Vieira.

Quero também falar da importância da agricultura irrigada no nosso país, especialmente no Estado do Tocantins, onde a utilização sustentável do nosso recurso hídrico pode elevar todo o PIB do nosso estado às primeiras posições nacionais. O perímetro de irrigação tratado com sustentabilidade, com boa engenharia e dando acesso direto às pessoas para que esses recursos sirvam como produção de riqueza é a saída não só para o Tocantins, mas para um Brasil que precisa tratar bem os seus recursos hídricos e fazer com que a força econômica desse resultado financie as questões de sustentabilidade, de educação ambiental, de todo um ecossistema que precisa funcionar para a geração de riqueza com qualidade de vida.

Uma boa sessão a todos. Um grande abraço do amigo de vocês Eduardo Gomes. Boa sessão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Eu, aproveitando aqui o embalo, solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Eu quero, antes de a gente ouvir aqui o primeiro palestrante que vai fazer uso da palavra, registrar a presença: representando o Ministério de Minas e Energia, do Sr. Diretor de Políticas Setoriais, Frederico de Araújo Teles – muito obrigado pela sua presença –; também do Sr. Secretário de Estado das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional do Tocantins, Ítalo Ricardo Cavalcante; e também do Sr. Conselheiro da Embaixada da República de Guiné, Mamadou Bah.

Muito bem-vindos ao Plenário do Senado Federal.



Eu convido, para compor a mesa também, o Sr. Eduardo Corrêa Tavares, que é Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Então, neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira. Falei certo seu sobrenome? Seca?

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Seca mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seca mesmo.

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Sem água. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, vamos lá de novo, perdão. Está certo.

De Sergipe – rapaz, sergipano, nordestino como a gente –, então, o Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. O senhor tem cinco minutos, com a tolerância da Casa – se quiser, a gente está aqui para conceder. (*Pausa.*)

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA (Para discursar.) – Bom dia.

Primeiro, é uma honra muito grande estar aqui nesta sessão especial, celebrando o Dia Nacional da Agricultura Irrigada, um dia que, historicamente, sempre foi marcado pelo setor comemorando – o dia 15 de junho – como a sua data, e foi realmente reconhecido no ano de 2024, passando aqui, por esta Casa, como um marco no calendário nacional o Dia da Agricultura Irrigada.

Estou aqui eu, Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica, junto com Eduardo Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros, com parcerias lá do Ministério da Integração, para cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão por nos presidir nesta sessão, em nome do Ministro Waldez Góes. E gostaria também de estender o nosso cumprimento ao Senador Eduardo Gomes, grande amigo, grande defensor da agenda da agricultura irrigada e grande defensor do Estado de Tocantins, ele que tão bem falou sobre a importância da irrigação no Estado de Tocantins. E aí a equipe do Tocantins toda está aqui representada, através do seu Secretário, com os representantes inclusive do polo de irrigação lá da região de Formoso, enfim.

Queria, Exmo. Senador e todos que nos assistem, falar aqui um pouco da importância da realização desta sessão especial e como ela representa um momento de grande relevância para a agricultura irrigada, para a agricultura brasileira e também para as políticas voltadas à água, à água para a produção de alimentos e para o desenvolvimento regional.

O Dia Nacional da Agricultura Irrigada constitui um marco importante para o país, pois, mais do que uma data comemorativa, representa o reconhecimento institucional da importância estratégica da agricultura irrigada para o presente e para o futuro do Brasil.

O Brasil não instituiu uma data nacional para homenagear uma tecnologia; instituiu uma data para reconhecer as pessoas, as pessoas que produzem alimentos, as pessoas que geram emprego, as pessoas que ajudam a garantir a segurança alimentar da população brasileira. Essas pessoas transformam água, trabalho, conhecimento e inovação em desenvolvimento. A agricultura irrigada ocupa posição singular no conjunto das políticas públicas nacionais, e poucas agendas possuem a capacidade de conectar simultaneamente segurança hídrica, segurança alimentar, geração de emprego e renda com desenvolvimento regional, com adaptação às mudanças climáticas e com inclusão produtiva.

Por essa razão, a irrigação deve ser compreendida como uma política pública estratégica para o desenvolvimento nacional. Ao falar de irrigação, é importante destacarmos que o centro dessa política não são os seus equipamentos, nem as barragens, os canais ou os próprios sistemas de irrigação; o centro da política são os agricultores familiares, os pequenos, médios e grandes agricultores espalhados Brasil afora,



assim como as cooperativas. Enfim, são as famílias que vivem e trabalham no campo. A água sozinha não produz alimento; a infraestrutura sozinha também não gera prosperidade. Então, o que transforma a água em alimento, a água em emprego e a água em desenvolvimento são essas pessoas.

É importante reforçar que a agricultura brasileira é uma só. Então, a irrigação não pertence a um segmento específico. Ela beneficia qualquer agricultor, está à disposição de qualquer agricultor, e todos têm um papel fundamental na construção da segurança alimentar dessa geração de emprego e renda e do desenvolvimento regional. Então, nesse contexto, merece especial atenção o potencial da irrigação para promover inclusão produtiva, especialmente junto à agricultura familiar e aos pequenos produtores, o que permite, através dessa tecnologia, a estabilidade produtiva, a diversificação de culturas e o fortalecimento da economia local.

A agricultura irrigada também demonstra como as políticas públicas mais eficazes são aquelas construídas de forma cooperada. Os desafios relacionados à água, à produção de alimento e às mudanças climáticas não podem ser tratados isoladamente. Eles exigem a união de esforços entre instituições públicas, o setor produtivo, centros de pesquisa, os usuários da água e representantes da sociedade.

Então, o Governo Federal, por meio do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, do Ministério da Agricultura, aqui representado pelo nosso amigo Gustavo, do MDA, do Ministério de Minas e Energia, enfim, de diversos outros órgãos, como a Agência Nacional de Águas, a Codevasf, aqui representada pela Diretora Alessandra, Diretora de Irrigação; a Embrapa, também pelos representantes do setor, como a própria CNA, a Renai, a Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, a academia, as universidades, a Embrapa, que está aqui, à mesa, que tanto contribui com o desenvolvimento de pesquisa nessa temática e em várias outras de relevância para o país, enfim, todos os entes federados, os estados, como também os municípios.

Então, é nessa cooperação que a gente consegue garantir maior ênfase nos resultados que todos nós almejamos.

Nenhuma dessas instituições, isoladamente, conseguirá responder aos desafios que o Brasil enfrenta, mas juntas elas têm a capacidade de construir soluções duradouras para este país.

Nesse sentido, nesse esforço coletivo, a gente faz o destaque à importância da estratégia da segurança hídrica de forma colaborativa com a agenda da agricultura irrigada. A gente tem aqui um grande projeto, como foi citado no vídeo institucional, o Projeto de Integração do São Francisco, conduzido pelo Ministério da Integração, uma prioridade do Governo Federal, e há todos os investimentos que estão sendo feitos nessa agenda de bilhões de reais para garantir água para todos.

A gente traz aqui o destaque para o próprio Projeto de Integração do São Francisco, com as obras que já foram realizadas e as que estão sendo realizadas. Hoje, a gente tem um projeto que já atende à população do ponto de vista de abastecimento, mas passa por um momento de ampliação da sua capacidade de bombeamento, com investimento de em torno de R\$0,5 bilhão, para garantir que a gente consiga bombear mais água, para atender aos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Essas águas, através do próprio Ramal do Apodi – que já está quase em vias de ser entregue –, vão atender justamente à região, Senador, de que o senhor falou, a da Chapada do Apodi, o que beneficia o Estado do Rio Grande do Norte, mas também o Estado do Ceará.

Tem também a obra do Ramal do Salgado, pela qual a gente vai fortalecer a disponibilidade de água na Bacia do Jaguaribe-Apodi, através do reservatório do Castanhão, o que vai potencializar ali... diminuir os conflitos pelo uso da água para aquela região: vai ter água para abastecimento, vai ter água para irrigação, vai ter água para...



(Soa a campanha.)

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA – ... produção de alimentos.

Vamos só agradecer aqui, novamente, em nome do Ministério, o espaço que nos foi cedido, cumprimentando todos os nossos convidados que fizeram questão de estarem presentes aqui nesta data de hoje; todos que compõem o Departamento de Irrigação do nosso Ministério; todos que representam os comitês de bacias, em nome deles tendo aqui o Presidente do Comitê da Bacia do Paranaíba, João Raiser; e todos que representam os polos de agricultura irrigada – saúdo aqui o Cristiano, que é do polo do Distrito Federal.

Então, Excelentíssimo Senador, muito obrigado pelo espaço que nos foi disponibilizado.

Que a gente continue trabalhando de forma cooperada entre todos esses atores para promover cada vez mais a agenda da agricultura irrigada como um ponto de divisão de cenários no nosso país. Frente aos comportamentos climáticos extremos, é através da agricultura irrigada que a gente vai garantir estabilidade produtiva, gerando oportunidade de desenvolvimento, gerando emprego e gerando renda de uma forma estável, tal como a produção.

Quero só destacar aqui que nós criamos recentemente... O último polo que foi criado foi no seu estado, o Polo de Ibiapaba, que teve uma participação muito especial e presente da equipe do Estado do Ceará, da qual saúdo aqui o Silvio, que, além de Presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, vem aqui como representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará.

No mais, quero aqui agradecer a todas as instituições.

Muito obrigado pelo espaço, Senador. É uma satisfação muito grande estar aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bem.

Quem tem que agradecer somos nós que fazemos o Senado Federal, Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Muito boa a sua fala; mostra realmente uma sintonia, né? A gente percebe uma sintonia desse trabalho.

E olhem como é bacana um evento como este. Eu estou vendo o plenário lotado, parabéns pela articulação. Todos que estão aqui estão participando de um momento histórico, porque a lei é de março de 2024, a lei que institui esse Dia Nacional da Agricultura Irrigada. E hoje é a primeira sessão de muitas que virão aí, se Deus quiser, primeira sessão destinada a celebrar esta data marcante do Congresso e do Senado.

Então, eu fico muito feliz por ter tido esta oportunidade também de estar aqui com vocês, aprendendo muito com vocês.

Eu já passo a palavra para o meu conterrâneo cearense que está aqui conosco que é o Sr. Silvio Carlos Ribeiro Vieira Lima, Presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid).

Poxa, que bacana. Parabéns.

O senhor tem cinco minutos, com a tolerância da Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode a que o senhor escolher, esta, a mais próxima, ou a da nossa esquerda ou a da nossa direita.

Muito bem.

Aproveito enquanto o Silvio vai à tribuna para fazer uma saudação especial aos nossos visitantes aqui, que estão vindo conhecer o plenário bicentenário do Senado da República, da nossa Casa Revisora.

Parabéns a vocês que aqui estão, conhecendo a história. Sejam muito bem-vindos. Nós estamos numa sessão não deliberativa, na realidade uma sessão especial destinada a celebrar o Dia Nacional da



Agricultura Irrigada do Brasil.

Eu vejo aqui, que bacana, crianças, pessoas de todas as idades. Sejam muito bem-vindos.

Só por curiosidade, qual é o estado de vocês? Vão me dizendo aí.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Piauí, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão.

Olhem que legal, gente, que bacana.

Outra coisa, para você visitar, fazer como esses brasileiros aqui que estão visitando, aqui tem museus, aqui tem uma história magnífica, para visitar o Congresso Nacional, basta acessar, você que está nos assistindo, nos ouvindo, é fácil, você vai lá no site www.congressonacional.leg.br/visite. Aí você preenche os dados, tudo. A visitação pode ser realizada em dias úteis, exceto terças e quartas, nos finais de semana e feriados também.

Então, só não pode terça e quarta porque é muito movimento aqui de Comissões abertas. Aí, operacionalmente, foi deliberado aqui, decidido que terças e quartas não tem, mas no final de semana tem, nos feriados tem, das 9h às 17h.

Então, você que está nos assistindo, nos ouvindo, tente se programar – se puder, é claro – para visitar aqui, porque a gente cada vez recebe mais grupos aqui. É muito bom. Na nossa equipe, os guias oficiais aqui são extremamente competentes, fazem uma visitação bem bacana, guiada. É muito bom.

Então, Silvio, você está há um pouquinho de tempo esperando aí na tribuna. Desculpe-me, mas fiz esse registro.

Seja bem-vindo, você tem a palavra.

O SR. SILVIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA LIMA (Para discursar.) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar primeiro a mesa.

Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, tenho muito orgulho, fico muito feliz de ter o Ceará como condutor desta sessão especial, e eu também saúdo o Senador Eduardo Gomes pela iniciativa e agradeço a todo o Estado de Tocantins.

Cumprimento o meu amigo Giuseppe Serra Seca Vieira, Secretário Nacional de Segurança Hídrica, que muito tem feito pela irrigação; meu amigo David Schmidt, Presidente da Comissão Nacional de Irrigação; Eduardo Tavares, Secretário Nacional de Fundos; e o Jorge Enoch, que é um grande amigo e uma referência na Embrapa, contribuindo para a irrigação.

Senhoras e senhores, vou falar um pouco aqui sobre irrigação, rapidamente, porque eu tenho cinco minutos.

A Abid (Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem) é uma associação criada em 1972, portanto tem 54 anos de existência e tem uma contribuição para a agricultura irrigada brasileira, essa agricultura irrigada que cresce.

Hoje nós temos aí por volta de 10 milhões de hectares irrigados, mas, como potencial, Senador, para 55 milhões ou mais. E a gente também trabalha a questão não só da irrigação por área, mas a irrigação por valor agregado. A gente pode fazer muito mais com a irrigação do que nós temos hoje: contribuir, ter mais eficiência no uso da água, gerar mais emprego e renda.

Então, a irrigação pode transformar o meio rural do Brasil e já está transformando. Há um caso específico, lá no Ceará, como V. Exa. tão bem citou, e eu vou citar outra região. O senhor falou muito da região da Chapada do Apodi, e eu vou falar sobre a região da Ibiapaba.

Eu estou como Secretário-Executivo do Agronegócio, dentro da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, servindo ao Governador Elmano de Freitas, com muita honra, e trabalhando



para o desenvolvimento econômico do interior do estado.

Então, na agricultura irrigada, a gente vê a transformação de regiões. Na Ibiapaba, nós temos casos específicos, casos de sucesso, de uma classe média rural. A gente propicia uma classe média rural com a irrigação.

E nós não temos muitas áreas na Ibiapaba, mas nós temos um clima favorável, nós temos água e nós temos muita tecnologia. Então, há produção em estufa: produção de tomates, de pimentão, de hortaliças em geral, de flores. Isso gera muita riqueza. E essa é a transformação que nós estamos vendo na Ibiapaba, que é o maior valor bruto da produção agrícola do Estado do Ceará, se a gente for por região – Ibiapaba, Baixo Jaguaribe, Cariri.

Ibiapaba é que fez essa transformação e que dá, realmente, o valor social da água. A gente vê isso na Ibiapaba.

E quero agradecer, desde já, ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional pela contribuição que tem feito lá no Ceará; agradecer à Diretora Rose, pelo trabalho que tem feito. Nós criamos, recentemente agora, a Associação dos Irrigantes da Serra da Ibiapaba. Então, quero agradecer a toda a equipe do ministério, Diretora Rose, Marcus Vinicius, toda a equipe, e ao Giuseppe, que realmente tem esse olhar diferenciado para a irrigação. Nós temos um potencial muito grande para crescer, números interessantes no estado, nós não irrigamos nem 7% da área cultivada no estado.

O estado, todos os anos, cultiva 1,6 milhão hectares de milho, feijão, algodão, caju – 400 mil hectares de caju, trezentos e poucos mil hectares de caju –, mas, quando você vai para a agricultura irrigada, só são 100 mil hectares, cento e poucos mil hectares, e isso vai representar quase 70% do valor bruto da produção agrícola. Então, eu não preciso envidar esforços para uma agricultura de baixa tecnologia, uma agricultura de sequeiro; eu preciso trabalhar com a agricultura irrigada, com alta tecnologia, em pequenas áreas, para pequenos produtores mesmo. Aqui, a gente está trabalhando com pequenos produtores, para estimulá-los à questão da irrigação, mas também uma irrigação com eficiência, com assistência técnica, com um olhar voltado para a tecnologia. E aí, saúdo o Presidente João Ricardo Raiser, do CBH Paranaíba, que tem um projeto exemplar, que é o Laboratório Móvel de Irrigação, que dá ajuda a esses irrigantes que precisam ter tecnologia, acesso à tecnologia.

Então, eu tenho um apoio muito grande do MDR e eu gostaria muito de agradecer isso e falar dessa importância da agricultura irrigada. Os outros países viram muito isso. A gente vê o Peru, aqui ao lado, crescendo na fruticultura, exportando frutas; o Peru, ano passado, exportou mais de US\$1,5 bilhão só em mirtilos – uma cultura de que a gente estava falando há pouco aqui, sobre a cultura do mirtilo, que o Distrito Federal está fazendo um muito bom trabalho de expandir essa cultura, cultura de alto valor agregado; hoje, é a cultura que tem mais valor no mercado internacional. E o Peru fez isso, porque ele não tinha solo; ele só trouxe água dos Andes, fez projetos de irrigação, trouxe tecnologia e exportou US\$1,5 bilhão, ano passado, em mirtilos, US\$1,5 bilhão em uvas, US\$1 bilhão em avocados Hass. Então, ele viu que ali, com a água e com tecnologia, a gente consegue gerar riqueza, gerar desenvolvimento econômico. E, voltando aqui, o Brasil só tem 10 milhões de hectares irrigados. Então, nós precisamos expandir essas áreas com muitos investimentos, mas também com muita tecnologia.

Então, para finalizar, Senador, eu gostaria de agradecer aqui ao Senado, em sua pessoa, na pessoa do Senador Eduardo Gomes, de todos os Senadores, e também agradecer aos Senadores do Ceará – Senador Cid Gomes, Senador Camilo Santana – que têm um olhar diferenciado para irrigação. E, aproveitando que eu estou aqui a agradecê-los, quero agradecer ao MDR, desde o Ministro Waldez até o Secretário Nacional de Segurança Hídrica, Giuseppe, que realmente tem feito um trabalho exemplar, à Diretora Rose, a toda a equipe do ministério.

Agradeço à diretoria da Abid. Tem uma equipe grande de professores, pesquisadores que tem feito



um trabalho com o qual contribuíram muito para a irrigação ao longo desses anos. A irrigação no Brasil cresceu, hoje é referência mundial, com esses pesquisadores e esses professores, que fizeram a formação de profissionais de excelente qualidade e desenvolveram muita tecnologia.

Agradeço ao Governo do Ceará, que tem um trabalho grande nesse setor e tem incentivado a Secretaria do Desenvolvimento Econômico. Antes, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Senador, focava muito na indústria. Um município que tem pequenos investimentos vai atrás de quê? Vai atrás de uma indústria: eu quero indústria para o meu município. Quando a gente vai trabalhar agricultura irrigada, a gente pode propiciar emprego e pode propiciar renda sem muito investimento, sem muitos esforços, e esse é um olhar diferenciado que o governo tem tido. Então, quero agradecer ao Governador Elmano de Freitas e a todos os profissionais da irrigação e as instituições.

O Secretário Giuseppe citou aqui várias instituições, desde as universidades à Embrapa, Renai (Rede Nacional da Agricultura Irrigada), que está aqui também, CNA, comitês de bacias, Ministério da Agricultura – se a gente for citar, às vezes pode falhar um pouco –, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Codevasf, Dnocs e a todas essas instituições que têm contribuído para a agricultura irrigada. A gente precisa pegar a água, transformar essa água em geração de emprego e renda, e aí a gente dá um valor social à água.

Então, quero agradecer mais uma vez também a todos os irrigantes, todos os irrigantes, que têm feito um trabalho... têm a consciência do uso racional da água na agricultura. Isso é muito importante. Não adianta a gente só expandir por expandir áreas irrigadas, sem tecnologia, sem apoio técnico, sem conscientização do que é gerar emprego e renda, mas é preciso fazê-lo com o uso eficiente da água e da energia – isso é de grande importância.

Mais uma vez, todos estão de parabéns pelo Dia Nacional da Agricultura Irrigada, uma semana que está iniciando de muitos eventos e em que parabenizo a todas as instituições. Aqui, meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, Silvio Carlos Ribeiro Vieira Lima, Presidente da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem (Abid). Isto é muito bacana, essa questão da gratidão. O Silvio foi muito firme, aproveitando este momento para agradecer a todos os envolvidos. Porque a união é que faz a força, não tenho a menor dúvida disso.

E nesse olhar que o nosso mandato tem tido também lá no Ceará, temos uma parceria boa com a Federação da Agricultura, com o Amílcar. Eu conheço o Amílcar de infância, é amigo de infância meu, estudamos junto no Colégio Santo Inácio, e ele tem feito um grande trabalho. O Ceará tem uma possibilidade espetacular de... Está expandindo muito, né? Você tem produção de mamão, banana, melão, melancia, camarão, então é por isso que nós destinamos muitos equipamentos agrícolas no nosso mandato para associações, para sindicatos, fizemos um trabalho bem voltado para esse sentido. E vamos que vamos!

Eu solicito... Por falar em Ceará, peço licença aos nossos convidados de outros estados, mas aproveitando a deixa, tem um vídeo institucional que eu peço à Secretaria da Mesa para exibir, o das técnicas de irrigação usadas no Estado do Ceará. Olha só como lá está bacana!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito bom! Olha, é bonito a gente ver isso, né? (*Palmas.*)

Eu faço parte da Frente Parlamentar do Semiárido desde que cheguei aqui, e, quando a gente vê nossa terra com essa perspectiva maravilhosa, tudo verdinho ali... Inclusive, num final de semana desses, peguei o carro aqui em Brasília e fui em Goiás, mas você vê... Tem um momento que você vê de um lado



e do outro, e você indo também aqui para Minas, de um lado e do outro, tudo verde, produção, é uma coisa muito bonita. A gente tem perspectiva... Tem mais ou menos uma meta para superar os 10 milhões de irrigados no Brasil? Dizem que pode chegar a 55 milhões. Tem mais ou menos uma meta? Em 2030 chegaria a 15 milhões? Como é que se estima alguma coisa nesse sentido? Tem alguma...? É para a gente quebrar um pouco aqui até a...

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Tem uma estratégia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode colocar o microfone aqui. (*Pausa.*)

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA (Para discursar.) – O Ministério tem, nas suas áreas de atuação, como eu falei, para além dos perímetros públicos, os polos de agricultura irrigada.

A gente vem reconhecendo as regiões de potencial para a expansão da agricultura irrigada e a gente tem algumas ferramentas para tentar viabilizar a expansão. A gente tem a possibilidade de desoneração dos produtores para que eles consigam fazer investimento, reduzindo a carga tributária. Tem um debate aí para a gente tentar voltar a possibilitar a reemissão de debêntures incentivadas, para que o setor possa alavancar e conseguir fazer os investimentos que precisam, para além das iniciativas do que é feito com o próprio orçamento.

Quando a gente pensa em orçamento, o orçamento tem uma limitação na sua operacionalização. Então, a gente, de uma forma ampla, vem dando as condições para os pequenos, para eles começarem a utilizar essa tecnologia. A gente vem investindo em segurança hídrica, porque, quando a gente fala de irrigação, desses 10 milhões que estão dados hoje, mais de 70% são de água de superfície. A gente tem muito de subsolo também, de poço, poços profundos, de aquíferos, etc., mas, dentro do que é água de superfície, estão os canais, estão as barragens e estão os próprios rios.

Então, a gente tem investido muito para viabilizar essas infraestruturas adequadas para poder aumentar a capacidade de armazenamento e, assim, também potencializar. Mas, como a gente fala, isso é um trabalho cooperado, por isso que a gente dialoga muito com os representantes do setor. Está aqui, no caso, o David pela CNA, que coordena essa agenda da irrigação dentro da CNA, com toda a sua equipe, para que a gente possa ver quais são os desafios e como a gente superará-los.

Então, a gente está falando um pouco sobre a estratégia do Ministério de Integração, mas tem outros trabalhos conjuntos. Por exemplo, para levar a irrigação, precisa ter energia de qualidade, precisa ter infraestrutura. Então, como é que a gente vem trabalhando todos esses setores? Por isso, quando a gente cita na fala essa parceria, que vai além dos ministérios da área-fim, do agro, como Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Integração e Desenvolvimento Regional, a gente tem trabalhado muito forte, principalmente com a MME.

Recentemente, o Ministro Alexandre Silveira publicou uma portaria regulamentando, trazendo a flexibilidade do horário na cobrança da energia, na tarifa da energia com valor subsidiado, fora do horário de maior pressão do sistema energético; então, garantindo uma grande flexibilidade para o produtor poder escolher e, assim, barateando – e muito – o custo da energia. Então, a estratégia que a gente está vendo é: de que forma a gente consegue viabilizar para que os produtores consigam expandir suas áreas.

Assim, a gente tem uma estratégia de crescimento, mas ela é muito atrelada a todas essas avaliações de cenário e de oportunidades, porque o grande...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA – A gente tem um sonho. Porque hoje a gente precisa realmente do investimento. É o privado que move, que balança esse ponteiro. Então, se a gente chegou em 10 milhões de hectares hoje irrigados, dentro do nosso potencial estudado pela Embrapa,



estudado pela Agência Nacional de Águas, através de alguma parceria com o Ministério de Integração, a gente tem um potencial, sem necessidade de abertura de novas áreas, só potencializando as áreas de exploração de áreas já destinadas para agricultura e pecuária, de até 55 milhões de hectares. Então, a gente tem uma grande oportunidade de desenvolvimento, mas, obviamente, vai depender das oportunidades que os produtores, que as empresas do setor visualizem como estratégia para o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estimativa de prazo para esse sonho... Não tem um prazo assim...

O SR. DAVID SCHMIDT (Para discursar.) – Tem um detalhe, Senador, que é importante falar, é o seguinte: hoje nós temos água, temos solo já explorado, como o Giuseppe falou muito bem, que pode ser verticalizado através da tecnologia da irrigação...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

O SR. DAVID SCHMIDT – ... mas existe um limitador hoje, que é energia. Hoje existe vontade... Recentemente foi apresentado o crédito específico para irrigação – porque, querendo ou não, ela é uma tecnologia de baixo carbono – então existe um ambiente muito favorável à vontade do produtor. A população mundial crescendo, acabou de atingir mais um patamar, não vai parar por aí, está crescendo até 2050, que é a previsão. Então hoje o grande limitador do estudo recente que a CNA fez é a energia. A gente precisa focar no desenvolvimento, na expansão energética, principalmente das zonas rurais, porque esses muitas vezes sofrem, infelizmente, esse apagão nos estudos. Foca-se muito na indústria, no comércio, no serviço e nas habitações em zonas urbanas, e as redes da zona rural, que é onde acontece a irrigação, que é onde acontece a produção de alimento, muitas vezes ficam paralelas.

Então, eu diria que hoje o grande gargalo limitante para essa expansão é a energia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Daqui a pouco a gente vai ouvir David, né? Eu te chamei até errado, perdão, David. Daqui a pouco a gente vai ouvir o David. Você quer falar também? Pronto, eu gosto de quebrar esses protocolos porque fica mais dinâmico, né? Mas, daqui a pouco eu quero que o David possa falar, se ele puder, na fala dele, na exposição que ele vai fazer, sobre o super El Niño aí. Como é que é? Se algum outro palestrante puder abordar esse assunto...

Eu estive na Argentina, uns dois anos e meio atrás, com o Senador Sergio Moro, com o Governador de Goiás – estava nessa comitiva, o Caiado –, tinha um grupo do Brasil e a gente ouviu, naquela época, uns dois anos atrás, uma previsão do que seria este ano, este momento da humanidade. E eu confesso que fiquei um pouco preocupado. Quero saber como é que o Brasil está lidando com isso.

Mas meu conterrâneo, Silvio, queria também fazer uma consideração.

O SR. SILVIO CARLOS RIBEIRO VIEIRA LIMA (Para discursar.) – Bom, só para contribuir e colaborar com números. Ano passado, o Brasil cresceu mais ou menos uns 400 mil hectares de novas áreas irrigadas. Então, se a gente colocar isso aí num patamar faltando mais 40 mil, a gente chegaria nesse número com cem anos. Claro, isso foi ano passado, mas ela vem crescendo, a gente está crescendo 250, 300. Então, a gente vê um crescimento muito bom.

O grande gargalo, conforme o David falou, é energia. É linha de transmissão, esse é o grande gargalo ainda. Temos gargalo de água? Sim, de algumas regiões, mas o ministério está fazendo um trabalho fantástico nessa transferência de água. O problema hoje é linha de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (Para discursar.) – Só um comentário rápido, dos estudos que a gente fez ao longo do tempo também. O número que a gente usa para fazer a conta é um crescimento de aproximadamente 5% por ano. Se você pegar, ao longo da história, o gráfico de crescimento da agricultura irrigada no Brasil, você vai ver que a gente tem vários períodos em que a



gente tem um crescimento dessa ordem, que vai dar uns números parecidos com o que você falou aí. E aí a gente consegue fazer algum tipo de projeção. Mas tem energia, tem armazenamento, tem estrada. Enfim, quando a gente fala de infraestrutura, a gente está falando de uma gama de situações. Tem portos, enfim, que são importantes também dentro dessa conta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bom, que bacana.

Eu tomo a liberdade também de chamar, para compor a mesa, a Sra. Alessandra Cristina Rossin, que é Diretora da Área de Irrigação e Operações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Muito obrigado pela sua presença, Alessandra. Seja bem-vinda aqui à mesa. (*Palmas.*)

Imediatamente já passo a palavra para o Sr. David Schmidt Prado, Presidente da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

O senhor tem cinco minutos, com a tolerância aqui desta Presidência para o seu pronunciamento, Davi.

O SR. DAVID SCHMIDT (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Primeiro, cumprimento a mesa na pessoa do Exmo. Senador Eduardo Girão.

É uma honra estar aqui presente neste dia. Nós da CNA trabalhamos tanto, em parceria com diversas outras associações, para instituir no Brasil a irrigação para a soberania alimentar do nosso país e dar essa notoriedade tão importante a ela.

Cumprimento a todos os demais aqui presentes e gostaria de abordar – espero que esses cinco minutos sejam mais do que o suficiente para o recado a ser passado... Falar da irrigação aqui, no Dia Nacional da Agricultura Irrigada, é chover no molhado. Eu acho que todo mundo aqui entende a importância...

Como já foi comentado por todos os outros palestrantes antes de mim, a irrigação é uma tecnologia que transforma a realidade, não só a realidade social, como já foi abordado aqui, mas ela é uma pauta muito importante e muitas vezes esquecida no Brasil.

Antes da década de 70, o Brasil era importador de alimentos. A gente dependia de outros países para comer. E desde a revolução que teve, da ciência e da tecnologia aqui no Brasil, com a implementação da Embrapa, através do nosso ex-Ministro Alysson Paolinelli, o Brasil passou não só a garantir a soberania alimentar do seu povo, mas também a exportar o excedente e ajudar a alimentar o mundo.

Então, toda essa importância desse investimento nesta tecnologia... Hoje a produção de alimentos para o Brasil muitas vezes é o seu dia a dia.

Em janeiro deste ano, eu tive a oportunidade de estar em Berlim, a convite do Ministério da Agricultura daquele país, no encontro de ministros da agricultura num fórum que teve lá, e o debate foi justamente reservação de água, não só para a dessedentação humana e animal, mas também para a produção de alimentos.

Esse é um debate que a ONU está tendo mundialmente hoje. Há uma preocupação sobre a gestão hídrica, não só a gestão hídrica na conservação do meio ambiente, mas a gestão hídrica na conservação do meio ambiente para atender aos seus povos. Então, hoje isso é um debate, Senador, que está permeando diversos países do mundo.

Na pandemia, muitos países que dependem de outros países para se alimentar sentiram na pele o que é a comida faltar nas prateleiras, porque a logística parou e, quando a logística para, você começa a enxergar realmente a importância que é produzir a comida dentro de casa.

E o que a gente está falando aqui, neste dia tão especial, é que não só, claro, a irrigação, mas todos esses órgãos que já foram citados aqui, de pesquisa, de toda essa tecnologia que torna o Brasil tão pujante, vêm desenvolvendo a agricultura desde a década de 70 e colocando o Brasil, hoje, em um reconhecimento



em nível mundial. Muitas vezes a gente olha a agricultura apenas para alimentar o brasileiro, mas lá fora as pessoas têm um respeito gigante pelo Brasil, porque sabem a importância que o Brasil tem para que diversas outras populações no mundo consigam se alimentar. E a gente precisa começar a entender essa importância da agricultura, que vai muito além das nossas fronteiras. Isso é, sim, um propósito de país. A gente precisa começar a enxergar isso e entender que esse pode ser, sim, o nosso propósito no mundo, pelo menos é assim que a CNA, a Comissão Nacional de Irrigação e eu, como produtor rural lá no oeste da Bahia, vemos. Para mim, o meu propósito do dia a dia é, sim, produzir alimento, não só para o brasileiro, mas também para o mundo.

Eu gostaria aqui de reforçar, sendo até mais direto aqui para todos os Parlamentares que estão presentes, que sei que muitas vezes o dia a dia é corrido, principalmente em anos como este, em que a gente tem que dar atenção a diversas pautas, e gostaria de deixar à disposição o departamento técnico aqui da CNA, que são pessoas fenomenais, que entendem lá não só da irrigação, mas de toda a parte de gestão de meio ambiente, parte de energia, parte fundiária, de todas as cadeias produtivas, sucroalcooleira, da parte de frutas, da parte de grãos, fibra. Então tem uma infinidade de técnicos que estão lá para dar todo o suporte a vocês, que precisam dar atenção não só para a irrigação, não só para a agricultura, mas para diversas outras pautas que vêm aqui, para o Senado e para a Câmara dos Deputados.

Eu gostaria aqui de agradecer e fazer essa homenagem a esses técnicos que estão lá atrás daquelas baias, que passam dia e noite estudando lei, monitoram 100% de todas as leis que os senhores tramitam aqui, e, a cada ponto, a cada vírgula, eles gastam uma energia ali para entender se aquilo ali está ajudando a soberania alimentar do país ou atrapalhando. E, acreditem se quiser, sim, tem países lá fora que querem atrapalhar. Quem nunca ouviu falar em “agricultura aqui, florestas lá”? Essa expressão nasceu em países concorrentes do Brasil a nível mundial, querendo fomentar a agricultura no seu país e atrapalhar a agricultura em outros países; porque, sim, nós somos competidores lá fora. Nós trazemos divisa para o nosso país através da agricultura também.

Então, a gente tem que começar a entender que a agricultura vai muito além. E o uso de tecnologias, assim como na irrigação, traz essa potencialidade, faz o produtor brasileiro ser muito mais competitivo, faz o nosso produto ser mais barato, não só mais barato aqui internamente, para que o nosso povo se alimente cada vez mais, com menos gasto do seu salário mensal, mas também faz o nosso produto ser mais competitivo lá fora. E muitas vezes, felizmente ou infelizmente, existe muita interferência, muitas vezes, através de leis, para que se tente segurar o que é a nossa potencialidade, o que é o nosso propósito de Brasil, que é produzir alimento para o mundo.

Então, para que haja, na verdade, esse suporte, caso tenha dúvidas, caso não consiga a devida atenção, confie no nosso departamento técnico: nosso Diretor Bruno Lucchi, que está ali; estou vendo o Nelson, que está aqui, que é o nosso líder de toda a parte ambiental; a Jordana, que está afastada por licença-maternidade – toda vez que essa mulher se afasta lá da CNA, as águas se acalmam; quando ela volta, as águas brotam aqui. Mas este é o trabalho que a gente faz todo dia dentro da Comissão Nacional de Irrigação, todo dia dentro do departamento técnico: orientar não só esta Casa, mas todos os demais ministérios e órgãos estaduais para que entendam a importância e consigam tomar a melhor decisão em prol da produção de alimentos aqui no Brasil.

Eu gostaria de reforçar aqui também... De vez em quando, a gente quer falar pouco, mas a gente começa a se lembrar de um ano de trabalho praticamente ao lado de todos esses senhores que estão aqui sentados nessa mesa, e diversas vezes a gente chega e esbarra na questão de ter recurso. Hoje, graças a Deus, a gente tem um MIDR muito estruturado, um Ministério da Integração estruturado na parte de departamento. Há muito tempo houve debates onde é que deveria ser discutida irrigação, qual ministério que deveria fomentar isso, e isso evoluiu muito nos últimos anos aqui no Brasil. Só que ainda assim a



gente vê todo o orçamento de trilhões aqui do Brasil escoando para diversos projetos e muitas vezes, quando a gente tenta desenvolver os nossos projetos na área de irrigação, a gente está esbarrando muito em falta de recurso, e isso é preocupante, porque, assim, nós estamos falando de projetos que, quando você aporta um recurso, você não está só baixando o valor do alimento naquela comunidade, você não está só trazendo divisas para o país, você não está só fazendo distribuição de renda através de salário, de geração de emprego e renda, você não está criando aqui uma classe média rural, como foi citado aqui sobre os projetos do Nordeste, dando dignidade para aquele povo que antes, muitas vezes, tinha que migrar para São Paulo e hoje ele pode ficar dentro da sua terra, gerando o seu sustento da sua família. A gente está fazendo um escopo social muito maior do que pinçando um ou outro item desse, e muitas vezes isso é muito difícil de explicar quando a gente fala em usar a tecnologia, em aplicar essa metodologia de produção, que muitas vezes quem está aqui no dia a dia da Casa, naquela correria, não consegue enxergar isso, o tanto que isso é relevante e o tanto que hoje nós já temos canais estruturados, como o polo de irrigação do MIDR, todos os estudos, o desenvolvimento da plataforma da Agência Nacional de Águas, a Águas Brasil.

Então há todos os estudos aqui dos nossos professores, seja da Embrapa ou da associação brasileira, a Abid, que também desenvolve projetos na área de irrigação, existem canais, existem projetos em cima da mesa. E o que muitas vezes a gente precisa é que esses projetos consigam chegar até vocês ou que vocês tirem um minuto do seu tempo para apreciar o que nós temos de irrigação hoje no Brasil, para que seja apreciado, para que daí sim, Senador Girão, a gente consiga começar a botar uma meta e almejar chegar lá em tempo hábil, porque, de vez em quando, o Ministério da Integração se comprometer com uma meta em que a defasagem está lá no de Minas e Energia, muitas vezes, em rede de distribuição, fica longe da alçada.

Hoje eu diria que os problemas que entravam a expansão da irrigação no Brasil não estão dentro da porteira, não é por uma falta de vontade, uma falta de empreendedorismo do produtor rural brasileiro. Muitas vezes ele não está nem ali na Embrapa, muito menos no Ministério da Integração, existe essa vontade, para nós isso é muito transparente, mas ela fica um pouco distante daquele segmento rural de quem conhece o nosso dia a dia. E, para isso, a gente precisa de ajuda para ter interlocutores que pegam essas pautas lá daquela cadeia econômica e consigam conversar, muitas vezes, com um ministério com que não têm tanto essa proximidade.

E acredite se quiser: há três anos, a gente começou na CNA a desenvolver a pesquisa, que está pronta... Quem tiver curiosidade em entender hoje o déficit de rede de distribuição energética no Brasil pode requisitar para a CNA, e a gente fornece por mapa, por estado, por microrregião... Hoje, de cada estado dos senhores os senhores vão ver por mapa de calor onde existe essa defasagem, fazendo um adendo muito importante aqui. Muitas vezes, os estados empurram esse problema de energia para geração: “Ah, não tem energia no Brasil”. O Brasil é superavitário em produção de energia. O que hoje, infelizmente, a gente não tem é rede de distribuição para que a energia chegue até ao demandante, que, muitas vezes, como eu falei aqui, está na zona rural, em manchas escuras de estudos energéticos. Há pouco mais de um ano, a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) nem sequer tinha um critério sobre como fazer levantamentos de estudos energéticos para a zona rural. Graças a Deus, através de todo o trabalho que a gente vem desenvolvendo, a gente já tem um pé ali para ter essa comunicação com a EPE, que, há anos, monta as estratégias de expansão de redes de energia no Brasil.

Assim, a gente está tendo essa aproximação, todo esse desenvolvimento da parte de irrigação no que a gente tem de braços dos ministérios que trabalham diariamente conosco, mas agora a gente precisa ir além. Os gargalos estão além da nossa porteira, além dos ministérios mais próximos da gente, e a gente precisa, sim, da ajuda de todos vocês não só para que legislem em prol da soberania alimentar e do desenvolvimento econômico e social através da irrigação e da agricultura – e, para isso, mais uma vez,



reforço: deixo o Dtec à disposição para dar todo o suporte a vocês nisso –, mas para que nos apoiem também, com toda a interlocução, com esse papel político que vocês têm aqui, em fazer cada ministério, cada servidor público olhar para irrigação com um olhar diferente.

Para encerrar, eu faço o convite a todos que querem se aprofundar um pouquinho mais aí sobre a parte de irrigação: amanhã, nós temos o 4º Workshop da Água. Deixo esse convite a todos vocês que queiram estar presentes. Ele será na CNA, na nossa casa do produtor rural.

E, mais uma vez, reforçando, contem lá com o Dtec, do nosso Diretor Bruno Lucchi, e com a Comissão Nacional de Irrigação para dar todo o suporte aos senhores e às equipes técnicas dos senhores, para a gente trabalhar em prol do nosso Brasil.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem. Nós é que agradecemos ao Sr. David Schmidt Prado, Presidente da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. De que estado você é, David?

O SR. DAVID SCHMIDT (*Fora do microfone.*) – Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bahia, baiano.

O SR. DAVID SCHMIDT (*Fora do microfone.*) – Posso...?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode, claro.

O SR. DAVID SCHMIDT – Inclusive, eu gostaria de fazer um elogio, porque, dois, três anos atrás, se me recordo, em uma das grandes secas que teve no Rio Grande do Sul... A gente tem trâmites aqui sobre a questão de barramento, para que a gente fomente o barramento. Só para vocês terem noção, isso está sendo fomentado pela ONU, barramentos estão sendo fomentados pela ONU. E a gente tem leis aqui em trâmite na Casa para que a gente acelere os processos de compreensão da importância do barramento para a segurança hídrica. Nos últimos debates, a gente só teve Deputados sulistas, e eu falei assim – e eu sou nordestino, eu sou baiano, lá do Município de Barreiras –: “Deve ser porque o nordestino está acostumado com seca, né?”, porque não é possível que a gente não está preocupado com essa tecnologia. Então, eu fiquei muito feliz quando o senhor fez um pequeno censo aqui e acho que nós majoritariamente somos nordestinos. Eu acho que essa mesa aqui está bem representada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Até agora, só está dando Nordeste aqui.

O SR. DAVID SCHMIDT – Então, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas deixe-me dizer uma coisa para você. É muito bacana esse seu apelo aos Parlamentares, David, porque eu, inclusive, participo da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) e a gente tem uma atuação aqui muito forte, tanto no Senado como na Câmara. Tem realmente uma assessoria técnica muito interessante. É essa sinergia que faz o Brasil ir para a frente. Eu acho muito importante este momento que a gente está vivendo aí. E vamos que vamos.

O Brasil, como eu disse aqui, há pouco tempo, é o celeiro da humanidade. Então, vamos lá.

Eu concedo a palavra ao Sr. Jorge Werneck, que é Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

Agradecendo a presença do Jorge aqui conosco, eu passo a palavra para ele, que vai utilizar a tribuna por cinco minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (Para discursar.) – Bom dia a todos. Na pessoa do Senador, gostaria de cumprimentar todas as autoridades, todos os amigos – Eduardo, David, Giuseppe, Silvio –, pessoas que estão no nosso dia a dia, e aqui, na plateia, a gente vê diversos



amigos também sejam do mundo do agro, sejam do mundo da água, porque a gente frequenta esses dois.

E eu vou começar a minha fala dizendo o seguinte: irrigação é bom. E é preciso dizer isso, infelizmente é preciso dizer isso. Eu acho que esta data... E aí eu parabeno tanto o ministério quanto esta Casa, o Senado, por abraçar essa causa, por abraçar esta data, por trazer o assunto à baila, à discussão, porque tem muita gente que fala mal da irrigação, e muitas vezes por falta de algo que a gente na Embrapa preza muito: falta de conhecimento. Ciência, conhecimento é isso. Você imagina qual seria o preço do arroz com feijão se não fosse a irrigação no Brasil. E eu estou vindo... Até lhe peço desculpa, porque eu cheguei um pouquinho atrasado. Meu voo ontem adivinham por que atrasou. Por causa da chuva. Essa minha relação com a água é muito forte. Acabei parando em Goiânia e aí tive que chegar só hoje, de manhã, aqui, infelizmente.

Enfim, eu estava chegando de um lugar e, acreditem, eu nunca tinha visto um lugar assim. É um país africano com 90% do território dele coberto por semiárido, árido e deserto. É um país grande, ao lado da África do Sul, chamado Namíbia, impressionante, muito bonito, muito interessante, mas que só tem 3 milhões de habitantes, porque não tem água – não tem água. Você anda por todo lado, não tem água; agricultura tem alguma – até exporta boi, carne de boi, com pastagem natural, fiquei impressionado.

Enfim, eu quero dizer o seguinte: nós somos muito abençoados – nós somos muito abençoados – no Brasil. Nós temos muita água, nós temos muita terra. Concordo com o David que a gente tem sofrido alguns ataques. São algumas metodologias que... Eu não vejo outra forma de discuti-las e combatê-las muitas vezes.

Bom, primeiro o Brasil tem que pensar na estratégia, porque eu vejo muito outros países que têm estratégia em relação ao desenvolvimento do agro brasileiro. Aí, quando você pega tecnologias como pegada hídrica, água virtual, agora estão falando muito de água verde, água verde, água verde, e o importante é a gente ter água nos nossos rios para abastecer as populações, para poder gerar todas as riquezas e benefícios.

Benefícios sociais, como já foi bem comentado por todos aqui, não são coisa só de grande, irrigação não é coisa só de grande. Nós temos projetos aí, junto com o Ministério da Integração, com Codevasf, com MDA e outros, mostrando como que água transforma vidas, transforma realidades por meio da irrigação.

No campo, e se a gente quer manter as pessoas no campo, em regiões em que chove só durante seis meses, seis meses não, às vezes menos que isso, a gente precisa de irrigação. É uma técnica sensacional.

A gente faz algumas coisas erradas? Faz. A gente tem que arrumar, a gente tem que melhorar. A gente precisa de infraestrutura? Precisa. A gente precisa de governança? Precisa. Mas a gente só faz isso com muito conhecimento, muito estudo, com participação de todos, com a participação dos comitês de bacia.

E aí quero saudar aqui meu amigo João Raiser; trabalhamos juntos lá também no Estado de Goiás, em outras frentes, há muito tempo, discutindo sobre essa questão da gestão hídrica, que é importante.

Não reclamem quando vocês recebem ou não, quando é feito o pedido de outorga. Isso está protegendo o seu dinheiro e dos outros que estão dentro da bacia, porque, se botar todo mundo lá dentro, num lugar só, se concentrar os usos, dá conflito.

Irrigação usa-se em água, só que... E aí eu trago mais um exemplo que me veio agora da Namíbia. A gente está em um grupo lá, de especialistas do mundo para poder discutir como melhorar um pouco a questão hídrica lá no país, e uma colega da área do saneamento, por exemplo, de um outro país, falou: “Não, mas usa-se muita água para irrigação, usa-se 70% da água para irrigação”. Isso é um erro, falar dessa forma é um erro.

E aí esses momentos são importantes para a gente trazer isso à tona. O que acontece é o seguinte: 70% da água que é utilizada é para fins de irrigação. Sabe quantos por cento da água do mundo que a



gente utiliza para os diferentes fins? Em torno de 10%, 15%. E aí outra coisa: o fato dessa porcentagem... Eu posso ter uma bacia aqui com mil unidades de água; eu só tenho um usuário, ele é para irrigação, e ele é pequenininho, mas 100% da água está sendo usada para irrigação naquela bacia. Gestão de recursos hídricos é feita por bacia hidrográfica. Então a gente precisa ter dado, precisa ter conhecimento, a gente precisa ter informação.

Então, o trabalho que a ANA faz – e aí eu preciso reforçar aqui o quão importante que é a manutenção da nossa rede nacional de monitoramento hidrológico, que volta e meia sofre com cortes e sofre com falta de recurso. Não pode; a gente precisa ter série histórica, a gente precisa ter dado, a gente precisa ter informação para fazer gestão. Imagina a sua conta dentro de casa, você não sabe quanto dinheiro está entrando e você distribui talão de cheque para todo mundo. Vai dar talão de cheque... Eu sou velho, desculpem.

Enfim, então é o tipo de coisa que eu acho que, neste momento, é superimportante a gente trazer. Eu ainda lembro, na Embrapa, trabalhando lá com os métodos de irrigação por sulco, que eram, muitas vezes, muito mais uma molhação, depois os tubos janelados, depois chegou a irrigação por aspersão...

Aí eu queria dizer mais uma frase que é óbvia e que tem que ser colocada de forma muito clara e óbvia, mesmo: pivô central também não é bandido, não é o fim do mundo. Se você usar as técnicas corretas, se você usar o conhecimento correto, se você fizer manutenção do seu equipamento e tudo mais, você consegue altas eficiências com aplicação de água com pivô central ou métodos por aspersão.

Você também consegue isso com irrigação por gotejamento? Sim, consegue, mas, se você não tiver gestão, não tiver manejo, muitas vezes é mais difícil você conseguir isso com um sistema por gotejamento do que com um sistema por aspersão, e aí as pessoas às vezes demonizam – e, às vezes, técnicos, tá, gente? Técnicos da área, às vezes de outras áreas, escutam falar: “Vamos substituir tudo!”.

A gente precisa evoluir em gestão.

Eu queria até citar o Laboratório Móvel de Irrigação, em que nós estamos trabalhando juntos muitos desta mesa, quase todos aqui, todas as instituições desta mesa, com o Comitê do Paranaíba, para ir lá, medir, monitorar, ver quanto está sendo a eficiência do uso da água, desde a captação lá embaixo até a aplicação de água na agricultura.

A gente estudou, durante muito tempo – já mudando de ponto para trazer um outro –, a gente estudou, no meu tempo de faculdade e como engenheiro agrícola, lá em Viçosa, o seguinte: quanto e quando irrigar. A gente só estudava isso, não é não, Silvio?

Depois, quando a gente tinha abundância de água, não tinha gestão, tudo acontecia – e não era problema, tá? O problema era do agricultor, que podia estar comprando cinco caminhonetes por ano e estava comprando só uma, porque não estava sendo eficiente. Isso custa energia, custa a sanidade da produção, você tem que aplicar outras coisas... Enfim, com um dado, a gente consegue ir longe.

Um outro dado que eu acho superimportante – o Senador já trouxe o de produzir até cinco vezes mais na mesma área: duas, três... – é como a irrigação pode ser uma tecnologia “poupa-desmatamento”, vamos botar assim, ou poupa-terra, como a gente usa, porque, se eu não tivesse a irrigação, para produzir a mesma coisa que eu tenho hoje, se eu tenho 8 milhões ou 10 milhões de hectares irrigados, eu teria que ter mais 10 ou 20 milhões de hectares de agricultura para poder suprir essa diferença. Isso vai influenciar o preço do alimento, não só no Brasil, no mundo! No mundo.

E, no mundo, a gente tem aquele famoso dado de que 17% da área é irrigada e produz 40% do alimento. No Brasil, o dado é que para a gente também cerca de 40% são produzidos, mas com 12%, porque a gente consegue tirar três safras que outros países não conseguem.

Tudo isso precisa ser considerado nas nossas áreas; ou seja, com em torno de 70 milhões da agricultura, a gente teria em torno de 85 milhões de hectares tomados com isso.



Já se falou também da questão da otimização do uso da terra, da mão de obra e tudo mais – porque senão você só poderia produzir durante determinados tempos –, da viabilidade de muitos produtos. Se você pensar, por exemplo, no café, no Cerrado ele não existiria se não fosse irrigação. Por enquanto, porque do trigo a gente já está conseguindo gerar algumas variedades que se consegue produzir com sequeiro, aqui na nossa região do Cerrado. Imaginar plantar trigo no Cerrado 20, 30 anos atrás... É outra coisa importante também.

Eu também gostaria de citar outra tecnologia nessa relação da Embrapa, tecnologia com conhecimento nessa questão hídrica com políticas públicas, o Zarc (Zoneamento Agrícola de Risco Climático), que também mostra onde eu preciso irrigar, onde eu não preciso irrigar, qual a disponibilidade hídrica.

Quando você pega produtos hoje da ANA, como a Base Hidrográfica Ottocodificada, em que você consegue ver no mapa onde eu tenho disponibilidade hídrica apenas com um clique, isso tudo começou nos estudos da Embrapa. Há muita ciência por trás para que a gente tenha esse conhecimento de disponibilidade hídrica e de demanda. Em todos os parâmetros que são usados para irrigação, não só a Embrapa, Embrapa e universidades têm um papel superimportante.

Hoje estamos estudando a questão do carbono. Temos um projeto junto com o MIDR, o Irriga Carbono, que a gente conseguiu colocar. Aí a CNA também participou ativamente dentro do plano ABC. E mais a questão da irrigação também. Agora nós estamos gerando dados, gerando informação justamente para esses ambientes ou principalmente para esses ambientes internacionais que trazem muitas críticas muitas vezes sem dados ou com dados do Hemisfério Norte para a nossa produção.

Para finalizar – porque acho que o meu tempo já foi, talvez já tenham me dado um tempinho a mais ali, porque, se me deixarem falando de água aqui a gente vai longe –, é o seguinte: sim, precisamos de infraestrutura, precisamos de governança. Acho que a gente avançou. Acho que a gestão do MIDR, a gente ter uma casa para discutir agricultura irrigada foi importante, isso ficou em discussão durante muito tempo, claro, com participação do Mapa, participação do MDA, participação da Embrapa, das universidades, das associações como a Abid e as demais, participação dos produtores, participação dos municípios.

Se a gente pegar o Projeto Flores, aqui, superinteressante, vem crescendo e vem mostrando como que você consegue gerar riqueza, desenvolvimento para diferentes, para o pequeno, para o médio, para o grande.

E é importante que órgãos gestores de recursos hídricos sejam fortalecidos para que as outorgas não demorem, não fiquem acumuladas e coisas do gênero. Então, a gente precisa ter os órgãos, tanto a ANA quanto os órgãos estaduais bastante fortalecidos para que as coisas funcionem.

Aí eu posso dizer de carteirinha, porque já passei por alguns deles, mas órgão gestor de recursos hídricos forte significa muito claramente desenvolvimento. E outra: não só desenvolvimento, mas um desenvolvimento sustentável, com as coisas sendo feitas de forma correta, porque, quando os órgãos não funcionam, acaba indo por um caminho que não é muito legal, porque as pessoas acabam fazendo na tora mesmo, e, aí, daqui a pouco, quando você vai ver e vai tentar regularizar, não é fácil.

Não é fácil cortar a água de ninguém, tive essa experiência aqui no Distrito Federal na gestão da crise hídrica, e não foi uma situação muito tranquila. Graças a Deus, a gente tinha dado, tinha conhecimento, tinha ciência para fazer isso sem que ninguém quisesse. Quer dizer, eu ainda sou amigo das pessoas desses lugares, porque realmente a gente conseguia mostrar que não tinha muito como fazer. Quando você pega um reservatório que chegou a 5,3% da sua capacidade, que só tinha água para abastecer a cidade de Brasília, 1,8 milhão pessoas, por mais uma semana, você fala assim: a gente fez certo, a gente tinha que cortar, porque, se não tivesse cortado, imaginem chegar a zero. Como é que eu abasteço, com carro-pipa, 1,8 milhão pessoas?



Então, o assunto é muito sério, importante.

Por último, quero dizer o seguinte: contem com a Embrapa. Nós estamos aí para ajudar, para ir em parceria. A gente tem parceria com quase todos aqui e a gente tem conhecimento para poder contribuir para esse processo de gestão, governança e de uma atuação coordenada, para que a gente possa avançar na agricultura irrigada.

Acho que a gente tem muito espaço para isso; agora, de maneira correta, com manejo e com gestão adequada, para que ela gere benefícios e não conflitos.

É isso, gente.

Muito obrigado.

Feliz Dia da Irrigação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

Sr. Jorge Werneck, Chefe-Geral da Embrapa Cerrados.

Jorge, você é de que... Eu sei que a sua formação acadêmica é de Minas Gerais e aqui do Distrito Federal, mas você é de que estado?

O SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Sou carioca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Carioca. Olha aí, rapaz. Que coisa boa!

O SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Eu só irriego um pouquinho de horta-lança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que maravilha!

Eu registro aqui a presença da Sra. Conselheira da Embaixada do Zimbábue, Melinda Ruvarashe. Muito obrigado aqui pela sua presença.

Realmente, ontem, Jorge, a chuva estava pesada... Rapaz, em junho, o que é raro, não é?

O SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (*Fora do microfone.*) – Depois a gente discute sobre o rumo desta semana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é. Eu quero ouvir alguma coisa sobre isso de algum dos nossos convidados aqui. Foi uma chuva, ontem, torrencial. Hoje, entrou pela madrugada aqui em Brasília. Fiquei impressionado. Foi esse final de semana inteiro, praticamente.

O SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Dezenove milímetros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dezenove milímetros, não foram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olhe aí.

Também quero registrar a presença do Sr. Régis Machado, da Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais – irrigador, muito bem –; também do Sr. Eneas Porto, que é da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Agora eu concedo a palavra ao Sr. Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Muito obrigado pela sua presença, Eduardo. Você tem cinco minutos, com a tolerância da Casa.

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (Para discursar.) – Bom, bom dia a todos.



Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Eduardo Girão, e reconhecer a liderança do Senador Eduardo Gomes também. Acho que a gente não poderia... E aí agradeço também em nome do Ministro Waldez e aproveito os cumprimentos do meu colega Giuseppe, que fez todo um reconhecimento dessa grande rede que envolve essa temática.

Mas quero reconhecer, de certa forma, Senador, quão conveniente, quão oportuno, quão adequado é fazer uma reunião como esta, sobre um tema tão importante, nesta Casa, esta Casa bicentenária que foi o palco de vários debates de políticas de Estado e, com certeza, uma Casa que tem a sensibilidade para um tema que é tão urgente e estruturante quanto a irrigação, no Brasil.

Eu achei interessante, Senador... Cumprimento os demais colegas, tanto do Governo Federal – tivemos aí grandes estudiosos sobre o tema – quanto da sociedade civil.

Mas quero dizer, Senador, que a gente tem, então, um desafio. Achei muito interessante a sua provocação, a meta, o sonho de quanto a gente pode chegar mais rápido a esses 55 milhões de hectares.

Vou compartilhar um pouco do que a gente tem feito.

O Giuseppe falou muito bem das políticas gerais, ele tem esse papel de coordenador, mas a gente tem várias outras iniciativas dentro do ministério e uma atuação muito transversal, sob orientação do Presidente Lula, para a gente realmente não deixar ninguém para trás e acelerar essa agenda de infraestrutura no Brasil.

Então, para a gente trabalhar essa agenda, a gente começa com os fundos constitucionais de desenvolvimento, o FNE falando do Nordeste e o reconhecendo como, talvez, a principal região dessa agenda. Não desmerecendo ou deixando de reconhecer a importância, por exemplo, do Centro-Oeste, que hoje é o nosso motor do agro do Brasil – tem estados, por exemplo o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, que estão com o PIB de alguns países nessa questão do agro –, mas o Nordeste, sem dúvida, é a região que tem reconhecidamente sofrido mais com a falta d'água. O povo sabe o que é água para viver.

Não se trata só de uma agenda de prosperidade, uma agenda de produção, mas é uma agenda de sobrevivência. E por isso, a gente pode, então, trazer o Nordeste como um exemplo de transformação de uma agenda que não é só de segurança hídrica, mas é uma agenda de prosperidade. A gente vê, por exemplo, Petrolina e Juazeiro, perímetros tocados pela Codevasf – aproveitando para cumprimentar a nossa diretora –, que mostram, comprovam que é, sim, possível trazer prosperidade e transformar o deserto nesse grande produtor de alimentos para o Brasil e para o planeta.

Então, no âmbito dos fundos constitucionais de desenvolvimento, a gente tem feito uma agenda muito forte, tanto do ponto de vista de captações internacionais – temos cartas vindo para cá, Senador, para a apreciação de vocês –, captações junto aos multilaterais, Banco Mundial, AFD, NDB, todos muito interessados em financiar essa agenda... O próprio Banco do Nordeste, hoje, tem a terceira maior carteira de microcrédito do planeta, então a gente tem que reconhecer também o Banco do Nordeste como um grande líder. Ano passado, a gente fechou com mais de R\$2 bilhões de financiamentos só para irrigação, e aí a gente tem desde o pequeno – o pequeno agricultor, com o Agroamigo – quanto grandes concessionários como o Baixio de Irecê, de que eu vou falar um pouquinho mais para a frente.

Além dessa questão de financiamento, que fica lá no ministério em parceria com o MDA, com o Mapa, enfim, com o próprio Ministério da Fazenda, a gente tem, então, esse potencial. E eu queria só trazer um pouco mais de esperança para os nossos amigos que falaram que a gente demoraria cem anos para fazer esse processo de transformação e dizer que a gente tem, Senador, uma estratégia muito forte coordenada pelo PPI – foi fortalecida agora neste Governo, dentro da Presidência da República, com o Secretário Marcus Cavalcanti liderando vários projetos... Para vocês terem uma ideia, junto com a Codevasf a gente já tem 50 mil hectares concedidos, Baixio de Irecê foi o nosso primeiro, ali na Bahia; a gente tem também o Jequitaiá, no Semiárido de Minas, mas temos mais de dez projetos em estudo.



A gente tem alguns contratados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, que é um fundo novo que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional traz para fortalecer essa agenda, graças, também, ao apoio desta Casa. Quero cumprimentar e reconhecer também o nosso Presidente, Senador Davi, que é um grande entusiasta dessa agenda de concessões de PPPs, para trazer que, nesses dez perímetros de ligação, tem alguns, inclusive, sendo financiados no âmbito do Fdirs e que podem acelerar essa agenda. A gente tem 50 mil concedidos nesses dois, mas temos mais de 160 mil hectares em estudo. Isso mostra que, com tecnologia, com boa vontade, com essa integração federativa que a gente pode estar fazendo aqui... Por isso é tão importante estar no Senado, na Casa da Federação, para discutir esses temas, e é uma oportunidade muito grande para a gente trazer, então, estados e municípios para perto e acelerar essa agenda.

Então, a gente pode, a cada cinco anos... Se a gente crescer os cinco, daqui a pouco dez, a gente tem, então, um potencial de crescimento geométrico. E essa agenda, então, de cem anos, pode passar a ser uma agenda de 50 anos, de 20 anos. É o que a gente precisa quando a gente pensa nessa revisão global dos ODS, que vai acontecer agora em 2030. O próximo marco dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável deve ser 2050, então quem sabe aqui este seja o primeiro dia para a gente discutir uma meta para a gente chegar nesses 55 milhões de hectares.

E, por fim, queria falar que a gente tem uma estratégia muito forte de realmente desmistificar essa questão das concessões de PPPs como formato para acelerar essa agenda. A gente tem, então, um reconhecimento e agradece muito ao Congresso Nacional – é uma origem extremamente importante de fontes de recursos para a gente financiar a irrigação. E aí Codevasf, Dnocs, enfim, toda essa rede do MDR tem trabalhado para a gente fomentar a agricultura familiar, mas a gente precisa, sim, trazer o privado, isso acelera muito a agenda. A nossa diretriz no âmbito do ministério, então, é trabalhar essa agenda de concessões de PPPs; não para gerar recolhimento para o Tesouro ou para gerar resultado primário como ponto de partida, mas para estratégia de a gente acelerar essa agenda de infraestrutura.

Então, como que a gente tem feito as modelagens? Primeiro, escutando muito a população. E, segundo, colocando como contrapartida socioambiental para esse privado os lotes sociais, ou seja, como que a gente pode integrar a agricultura familiar, a agricultura do pequeno com a agricultura do grande.

E o Baixo de Irecê é um exemplo muito interessante desse processo. A gente tem vários irrigantes que vão ser beneficiados por esse projeto. É um projeto, Senador, que vai prever aí R\$1,5 bilhão investidos pelo privado, a gente acabou de financiar via BNB mais de R\$350 milhões, mas é uma agenda muito acelerada. A gente não consegue hoje, por vários fatores de teto e tudo mais, movimentar esse volume de recursos com o OGU, no âmbito do ministério, então a gente trazer esse privado acelera muito essa agenda, permite que a gente possa cada vez mais ampliar.

E a gente sabe que, ao final, o que a gente está fazendo é garantindo, primeiro, segurança hídrica, garantindo que o poder público passe a exercer um papel mais estratégico de coordenação, de acompanhamento dessa agenda de segurança hídrica; e, de certa forma, possa, cada vez mais, mapear onde mais a gente pode ainda superar esses grandes gargalos e desmistificar um pouco do que a gente trouxe aqui durante os debates.

A gente escutou, por exemplo, a Embrapa falando dessa disputa, desse ataque à irrigação, como se a irrigação estivesse tirando água da segurança hídrica. E, na verdade, o que a gente tem é um país, graças a Deus, com muita água, vários aquíferos. A gente tem – para finalizar – um programa muito importante, um programa inovador, também coordenado pelo nosso Secretário Giuseppe, que é um programa, agora inovador, em parceria com o projeto de desestatização da Eletrobras, que é a agenda de revitalização de bacias. Ou seja, além de a gente garantir que se possa cada vez mais, por meio do PIS, por meio das outras obras hídricas, por meio de concessões, ampliar cada vez mais a irrigação no Brasil, a gente também



tem uma agenda de recarga desses aquíferos, de recuperação dessas bacias, para que a gente possa cada vez mais garantir, trazer segurança para os gestores, para os irrigantes, para os produtores, de que essa ampliação da irrigação não vai significar, então, a perda da segurança hídrica, não vai tirar recurso, não vai tirar água da população, mas vai sim, então, garantir que a gente tenha oferta hídrica tanto para a população quanto para a produção.

Então, com isso, em nome, novamente, do Ministro Waldez, a gente agradece muito a oportunidade de estar aqui. Temos aí, então... E aí muito em breve já estamos com os projetos de captação na CAI, com cartas para captação internacional que estão vindo para cá, para o Senado, para serem apreciadas, e ainda este ano, então, a gente deve ter os primeiros contratos com recursos internacionais para financiar essa agenda tão importante.

Então, Senador, parabenizando aí pela sua liderança, quero nos colocar à disposição. Contem com a gente, e a gente conta muito com esta Casa para avançar nessa agenda tão importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, nós é que agradecemos, Eduardo, meu xará – Eduardo Corrêa Tavares –, que é lá de Itajaí, de Santa Catarina, né?

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (*Fora do microfone.*) – Mas fui adotado pelo Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, exatamente, foi adotado pelo Amapá. Por quantos anos viveu lá no Amapá?

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (*Fora do microfone.*) – Doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Doze anos, que maravilha!

O Eduardo Tavares é Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A gente percebe que ele entende do riscado, como se diz, né? Conhece bem e é entusiasta. Isso é importante, né? Porque estas palavras vêm de Deus, “entusiasta”, “entusiasmado”, né? Isso é muito importante.

Neste momento, antes de passar a palavra para a Alessandra Cristina Rossin, eu acabei de receber uma mensagem aqui e eu quero manifestar minha solidariedade em relação a um acidente de ônibus. A gente falou tanto do Ceará, e teve um acidente de ônibus lá, agora, no Ceará, que matou sete atletas do time de basquete e deixou dezenas de feridos, uma equipe que havia sido campeã, horas antes, da Copa Sobral de 2026. O próprio Governador Elmano de Freitas lamentou muito o que aconteceu, e disse: que Deus conforte o coração de todos. Eu também rogo que essas famílias tenham força, sabedoria, que os feridos fiquem logo restabelecidos e que, desses meus conterrâneos que partiram para o mundo espiritual, as famílias sejam fortalecidas na fé de que a vida, ela... Cada um tem o seu tempo, e o mundo espiritual é a nossa vida eterna, né? E a relação é pelo amor. Então é uma questão de tempo esse reencontro, e que tenham muita força, que Jesus possa confortar a todos.

Eu, imediatamente, passo a palavra aqui para a Sra. Alessandra Cristina Rossin, que é Diretora da Área de Irrigação e Operações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Eu aproveito para também saudar aqui duas conterrâneas minhas, a Cristiana Martins e a Ana Nedima Martins Santiago – sejam muito bem-vindas aqui ao Plenário do Senado Federal –, assim como também os outros brasileiros. Todos são brasileiros aí?

(*Manifestação da plateia.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Aqui a gente tem muita visita internacional também de alguns países, mas sejam muito bem-vindos. De que estados vocês são?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo, Minas, Paraná e Pernambuco – olha aí – e Fortaleza, minha conterrânea. Sejam bem-vindos.

Então, Alessandra Cristina Rossin, muito obrigado pela sua presença. Você tem cinco minutos para o seu discurso, seu pronunciamento com a tolerância aqui desta Presidência.

A SRA. ALESSANDRA CRISTINA ROSSIN (Para discursar.) – Eu quero cumprimentar a todos.

Muito obrigada, Senador, pela oportunidade. É uma satisfação imensa para a Codevasf poder celebrar o Dia da Agricultura Irrigada aqui nesta Casa Legislativa, o que mostra a devida importância que essa tecnologia tem para levar desenvolvimento, sustentabilidade, segurança alimentar e para multiplicar toda a produtividade sem derrubar uma única árvore.

Eu sou paulista de nascimento, paranaense de criação e pernambucana de coração, porque passei 18 anos no Vale de São Francisco trabalhando na Codevasf e vi a capacidade que essa empresa tem de levar a agricultura irrigada para transformar uma região. Então, ali a gente vê toda a pujança de uma região por causa da agricultura irrigada.

E aqui eu queria fazer uma observação: todo mundo reconhece hoje a Codevasf por uma empresa que faz gestão e trabalha com perímetros irrigados, mas, com a oportunidade aqui que o ministério abriu para a gente, desde 2023 a gente vem trabalhando com pequenos agricultores familiares, num programa que é o Irrigar para Desenvolver, junto com a Embrapa, em que a gente vem fomentando a agricultura familiar em áreas de 1ha, que se iniciou aqui em Flores, com o projeto-piloto, e a gente já tem expandido para Alagoas, Mato Grosso, Bahia. A gente vê a mudança de uma realidade, levando tecnologia, assistência técnica e sustentabilidade para famílias que conseguiram sair do mapa da pobreza. E a gente viu toda uma mudança da economia da região. Então, eu tenho uma satisfação imensa em trabalhar nessa empresa e ver toda a capacidade e o apoio que a gente recebe de vocês para poder trabalhar e desenvolver essas regiões.

Eu não vou ler discurso, porque é muito protocolo. *(Risos.)*

Mas eu vou testemunhar a oportunidade que eu tive de viver e ver o que a agricultura, o que essa tecnologia trouxe para as regiões.

Os projetos irrigados da Codevasf geram 8,5 bilhões de valor bruto de produção, concentrados no Vale do São Francisco, em mais ou menos 70%, mas, junto com isso, nós trazemos 340 milhões de empregos, impostos diretos e indiretos. Então, a gente vê que toda essa cadeia produtiva traz um impacto gigantesco dentro da economia deste Brasil e também fora, onde nós somos extremamente reconhecidos por isso. O investimento nessa cadeia econômica é o menor investimento por emprego gerado. E a gente vem também investindo em energia fotovoltaica sustentável, energia verde, para que os nossos projetos funcionem de uma forma mais independente, trazendo segurança e sustentabilidade econômica para os produtores. A gente viu que, levando assistência técnica, tecnologia, pegando na mão e dando toda oportunidade e condições de que eles produzam, a gente tem sucesso, não só no grande, mas também no pequeno.

E para a Codevasf estar junto aqui com o Giuseppe, com o Eduardo, com o David, com o Silvio, com o Jorge, com o ministério, com a Câmara Legislativa, para a gente é um prazer muito grande. Espero que a gente consiga continuar promovendo esse desenvolvimento nas regiões em que a gente atua.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito



bem, muito obrigado pela sua presença, pela sua fala, Sra. Alessandra Cristina Rossin, Diretora da Área de Irrigação e Operações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Imediatamente eu já passo a palavra ao Sr. Fernando Ruiter, Diretor da Rede Nacional de Agricultura Irrigada. O senhor tem cinco minutos, pode subir aqui à tribuna. Obrigado pela sua presença. O senhor tem cinco minutos, com a tolerância também aqui desta Presidência.

O SR. FERNANDO RUITER (Para discursar.) – Sr. Presidente, bom dia.

A agricultura brasileira enfrenta hoje um dos maiores desafios de sua história: a crescente instabilidade climática, secas prolongadas, veranicos cada vez mais frequentes e eventos extremos associados a fenômenos como o El Niño, colocando em risco a produção de alimentos, a renda dos produtores e a segurança alimentar da população.

Neste contexto, a irrigação deve ser compreendida como uma tecnologia de adaptação climática. Quando o produtor investe em irrigação, ele não está simplesmente aplicando água, ele está reduzindo riscos, protegendo sua lavoura contra perdas causadas pela falta da chuva ou garantindo maior previsibilidade à sua atividade. Essa segurança permite manter a produção, preservar os empregos e assegurar um fluxo de caixa mais estável para a sua propriedade, mesmo em anos adversos.

A irrigação traz resiliência para o campo, ela permite que o produtor continue produzindo quando as condições climáticas deixam de colaborar. E a capacidade de produzir com regularidade beneficia toda a sociedade, reduzindo oscilações de oferta de alimentos e contribuindo para a estabilidade econômica das regiões agrícolas. Existe um aspecto social que merece especial atenção. Grande parte da agricultura irrigada brasileira está presente em pequenas e médias propriedades rurais, especificamente em cadeias como hortaliças, frutas e flores. São atividades que geram empregos de maneira intensiva e distribuem a renda localmente. E nessas propriedades encontramos uma forte participação de mulheres.

Ao longo de minha trajetória, tive a oportunidade de conhecer inúmeras produtoras rurais que são verdadeiros exemplos de dedicação e coragem. Mulheres que administram suas propriedades, lideram equipes e muitas vezes são a principal ou até a única fonte de sustento de seus filhos e familiares.

Quando defendemos políticas públicas que ampliam o acesso à irrigação, estamos defendendo não apenas a produção agrícola, mas também a permanência dessas famílias no campo, a geração de empregos e a autonomia econômica de milhares de mulheres brasileiras. Por isso, investir em irrigação é investir em resiliência climática, em segurança alimentar, em desenvolvimento regional e em inclusão social.

A agricultura irrigada não é apenas uma ferramenta de produção, ela é uma estratégia para que o Brasil continue crescendo, produzindo alimentos e enfrentando os desafios das próximas décadas.

Muito obrigado.

Eu gostaria de fazer um pedido também, aproveitando a oportunidade: a agricultura irrigada precisa estar contemplada dentro dos planos da EPE e da Política Nacional de Transição Energética, como forma de a irrigação da agricultura fazer parte da Estratégia Nacional de Descarbonização e uma importante forma de agregar a infraestrutura elétrica para a sustentabilidade do país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem, muito obrigado pela sua presença e também pelo seu discurso aqui da tribuna, Sr. Fernando Ruiter, Diretor da Rede Nacional de Agricultura Irrigada.

Fernando, você é de qual estado?

O SR. FERNANDO RUITER (*Fora do microfone.*) – São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo, perfeito.

Muito bem. Então, a gente está caminhando para o encerramento desta sessão histórica aqui do



Senado, destinada a celebrar o Dia Nacional da Agricultura Irrigada.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês aqui, porque é uma honra estar recebendo todos os que estão aqui convidados, participando desta sessão. É uma alegria começar a semana assim.

Queria também pedir à nossa sempre muito atenciosa Secretaria da Mesa aqui do Senado Federal que colocasse um vídeo institucional – tem mais um vídeo antes do encerramento.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Bem, eu tinha que dar um toque no Ceará, eu tinha que dar um fechamento aqui no Ceará. Vocês me desculpem. *(Risos.)*

Mas teve uma coisa que aconteceu muito simbólica para mim. No dia em que eu estava... A gente assumiu aqui o mandato no dia 2 de fevereiro de 2019 e elegemos, na época, o Presidente Davi Alcolumbre, né? E foi interessante porque, no primeiro dia aqui, as primeiras pautas, chegou lá da Chapada do Apodi um projeto que não tinha nada a ver com a matéria, que era outra matéria, e colocaram o chamado jabuti. Já ouviu falar? Colocaram o chamado jabuti, que era para desapropriar umas áreas para fim de assentamento, que é uma coisa bacana e tudo, mas, curiosamente, a gente tinha conversado, durante a campanha, com os produtores rurais daquela região, que estavam ali muito felizes, mas ao mesmo tempo preocupados com situações políticas, de interesse meramente político.

E aí, dali, aqui deste Plenário, primeira matéria, eu disse: “Presidente, isso não colabora com o país...”. Aí trouxe os argumentos na época. Eu disse: “Olha, isso aqui vai atrapalhar os produtores, isso aqui vai ser uma ducha de água fria no pessoal que está produzindo, está gerando emprego”. E na mesma hora eu agradei ao Presidente, e quero agradecer novamente, porque ele viu que era uma matéria estranha, que não tinha a ver com a pauta ali, com o projeto de lei em questão, e tirou por ofício – ele tirou ali por ofício.

As pessoas não estavam nem percebendo, o pessoal. Foi uma coisa colocada de última hora. E depois vieram aqui comitivas lá da região, da Chapada do Apodi, agradecer por aquela atitude ali. E foi no começo da sessão, não deu nem tempo para os outros Senadores que iam defender a inclusão defenderem, até porque era indefensável. Eu estreei dessa forma aqui no Senado Federal, e tem a ver com o tema. Como a gente sabe que nada é por acaso, não existe coincidência, eu fico muito feliz de ter colocado um tijolinho neste momento.

Então, mais uma vez agradeço a presença de todos aqui, que fizeram falas espetaculares, com muita propriedade, com muitos dados, que dão para a gente, cidadãos brasileiros, orgulho de estar participando deste momento, de uma integração dos organismos públicos com entidades privadas. É muito importante tudo isso, com a tecnologia cada vez mais avançando.

Quero saudar também mais um grupo. Olha, está vendo aqui? Foram uns cinco grupos que chegaram durante a sessão. Obrigado a vocês.

De que estado vocês são?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Piauí.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rio Grande do Norte, Minas Gerais. É isso?

(Manifestação da plateia.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E Minas.
Que coisa boa. Sejam muito bem-vindos aqui.

E eu vou aproveitar, antes de encerrar, para dar o endereço aqui para quem quiser fazer como esses brasileiros que vêm conhecer a história e nos visitar aqui. É muito bom para nós recebermos essas visitas, também para os Parlamentares. A gente se sente bem em recebê-los. Então, para visitar o Congresso Nacional, basta acessar o *site*: www.congressonacional.leg.br/visite. A visita pode ser realizada em dias úteis, exceto às terças e quartas. Aos finais de semana e feriados também é possível, nos horários das 9h às 16h. Sigam o exemplo desses brasileiros aqui que vêm à nossa Casa conhecer os museus, enfim.

Muito obrigado. Muito obrigado a vocês também.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço às personalidades, celebrando aqui o Dia Nacional da Agricultura Irrigada. Viva a agricultura irrigada do Brasil!

Todos vocês que nos honraram com as participações, que Deus os abençoe. Muita paz. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 17 minutos.)



Ata da 81ª Sessão, Não Deliberativa,
em 15 de junho de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência da Sra. Damares Alves e dos Srs. Izalci Lucas e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 15 horas e 41 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa semipresencial destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

Os Senadores presentes remotamente e inscritos para o uso da palavra poderão fazê-lo através do sistema de videoconferência.

Passamos à lista de oradores.

Convido, para ocupar a tribuna, o Senador Paulo Paim, do PT, Rio Grande do Sul.

Enquanto ele vem em direção à mesa, temos que lembrar que estamos no Junho Violeta – eu estou de violeta hoje, Senador –, um mês de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa, um mês de conscientização sobre a proteção e defesa das pessoas idosas. E não podemos falar de idoso no país sem nos lembrar do senhor, o senhor que é o autor do Estatuto do Idoso.

Que neste mês a gente possa chegar ao coração de todos os brasileiros sobre o respeito intergeracional, sobre a proteção, sobre o acesso, sobre a inclusão, sobre o cuidado à pessoa idosa.

O senhor tem a sua fala, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Meus cumprimentos, Presidente Damares. V. Exa. é sempre muito sensível e, nessa questão de idoso, V. Exa. está sempre com a razão.

É preciso que todos lembrem – e eu gosto de repetir essa frase – que a forma como nós tratamos os nossos idosos – nós todos vamos envelhecendo, eu já envelheci e não tenho vergonha de dizer isso, mas sempre tratei com muito carinho os idosos – é a forma como nós seremos tratados no futuro, como nós tratamos nossos filhos e netos.

Sra. Presidenta, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a Câmara vai votar, amanhã, o Projeto de Lei 1.838, de 2026, encaminhado em abril pelo Governo Federal, sobre o fim da escala de trabalho 6x1. Amanhã, o Plenário deve se dedicar exclusivamente – o Plenário da Câmara – à análise desse texto. A matéria tramita em regime de urgência.

Alguém pode estar a se perguntar por que votar outra proposta se a Câmara já votou a redução de jornada para 40 horas sem redução de salário. Ora, por quê? Porque o que foi votado lá na Câmara foi uma PEC, a Proposta de Emenda Constitucional 221, de 2019, que está aqui tramitando no Senado.

O que a Câmara vota amanhã? Amanhã a Câmara vota um projeto de lei, e esse projeto de lei está em regime de urgência – muitos dizem “urgência urgentíssima”. Ele tranca a pauta. Por isso, ele tem que ser votado. Claro, se a PEC já tivesse sido votada aqui ou for votada rapidamente, ajuda. Naturalmente, uma vez aprovada, aquele perde, então, a razão de ser.

Senhoras e senhores, falamos de novo desse tema que me é tão caro, tão importante para o conjunto da população do Brasil. Pesquisas indicam que a ampla maioria da população é favorável à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial. Os Deputados entenderam isso. Por isso, de 513, somente 22 no primeiro turno votaram contra; e, no segundo turno, somente 19.

Enfim, qual é a pergunta que não quer calar na população brasileira? O que afinal está faltando para que o Senado vote a matéria, já que esse tema nós estamos debatendo aqui há anos? Vou lembrar, porque eu tenho um projeto que vai na mesma linha do aprovado na Câmara desde 2015, inclusive foi aprovado pela CCJ e veio para o Plenário.



Eu sou daqueles que cumprem muito o Regimento. Eu sempre digo que um projeto que é aprovado numa Casa lidera quando ele chega à outra Casa, se a mesma matéria aqui não foi votada ainda no Plenário. É por isso que nós vamos nos debruçar e vamos votar – espero eu, estou muito animado – esse projeto que chegou aqui da Câmara dos Deputados.

Não temos mais por que demorar. O Brasil todo e inúmeros empresários já estão inclusive aplicando a jornada de 40 horas semanais. Esse projeto impacta positivamente a vida de milhões e milhões de pessoas.

Sra. Presidenta, Damares, no próximo dia 1º de julho, por iniciativa do Senador Laércio, este Plenário realiza uma sessão especial de debates sobre o fim da escala 6x1 e a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial. Era para ser no dia 24, mas, por motivo de força maior, assim entendeu o primeiro signatário desta sessão de debates, conversando com outros Senadores. Eu conversei, ele estava em Genebra, eu falei com ele, ele me atendeu de pronto e disse: “Paim, tivemos que mudar, mas dia 1º está garantido”, mas vamos em frente.

A proposta da PEC 221, de 2019, dos Deputados Federais Reginaldo Lopes e Erika Hilton, avançou e está aqui no Senado. Encontra-se agora em tramitação nesta Casa, sob a análise da Comissão de Constituição e Justiça, que é presidida pelo querido Senador, grande Senador, uma referência para nós todos, Otto Alencar.

Este Plenário aqui receberá, no dia 1º de julho, além de Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, representantes das centrais sindicais, representantes de lideranças empresariais, movimentos sociais e estudantes, pesquisadores, especialistas e representantes, enfim, do conjunto da sociedade civil. Será um espaço democrático, de diálogo, reflexão e construção coletiva; um momento para apresentação de argumentos, experiências e propostas. Estarei aqui na quarta-feira. Estarei aqui até votar, não pretendo ir para o meu estado enquanto não votar essa matéria.

Claro que eu, viajando no tempo, me lembro desse debate na Assembleia Nacional Constituinte. Lá, nós já defendíamos as 40 horas, eram 48 horas, porque é desde a época de Getúlio, só que era mediante um amplo diálogo com o chamado centrão da época – com os quais eu conversava com todos, e me lembro aqui do já falecido Jarbas Passarinho, que era um homem de muito diálogo – e nós conseguimos chegar às 44 horas.

Agora, 40 anos depois, nós estamos nos aproximando das 40 horas semanais. Enfim, será um grande debate sobre o mundo do trabalho e o futuro do Brasil. E não poderia ser diferente. Neste mesmo Plenário... Aqui do Senado, muitas vezes, eu estava nas galerias, eu diria que – há 42 anos – eu estive aqui nas galerias tanto do Senado como da Câmara. Eu diria que foram debates que marcaram a história do nosso país.

A história do Senado Federal e da própria Câmara confundem-se com a própria história do nosso país. Aqui ecoaram vozes que defenderam a liberdade, a democracia, a justiça social, os direitos humanos, Presidenta Damares – que é Presidenta da Comissão de Direitos Humanos –, e a dignidade da pessoa humana.

Aqui tivemos debates profundos da época da abolição da escravidão à construção da Constituição Cidadã de 1988, dos embates pela redemocratização, às conquistas sociais que ampliaram direitos e oportunidades para milhões de brasileiros.

O Senado consolidou-se como uma das grandes tribunas desta República: guardião da Federação e da esperança do povo brasileiro. Quando aqui aprovada a Lei Áurea, as galerias jogaram, eu diria que encaminharam, com muito carinho aos Senadores e às Senadoras, cravos e orquídeas, que os Senadores recebiam com muito carinho aquelas pétalas de rosas, de orquídeas e de flores que vinham do alto como um carinho, como um abraço aos Senadores e às Senadoras.



Foi neste Parlamento que se travaram discussões decisivas para o rumo da nossa nação. A memória registra – e aqui eu aprofundo um pouquinho – momentos como a aprovação da Lei Áurea em 1888. Quando as pétalas das rosas e das orquídeas foram lançadas das galerias em celebração à libertação dos escravizados, muitos choraram, outros batiam palma, outros se sentiam realizados, mas o Senado cumpriu o seu papel.

Com a proclamação da República e a reorganização institucional do país, entre 1889 e 1891, o Senado passou a representar os estados da Federação, assumindo a configuração que preserva até os dias de hoje.

Ao longo de sua trajetória, esta Casa debateu crises, soluções, desafios, avanços, desenvolvimento econômico, inclusão social e a defesa do meio ambiente. Sim, aprovou marcos históricos que transformaram a vida da população brasileira. Quero aqui destacar alguns que eu tive a satisfação de participar.

Destaco – e a Senadora Damares já falou aqui na abertura – o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Juventude, as leis de cotas na área pública e também nas universidades, a PEC das Domésticas, a Lei dos Autistas, a Política Nacional do Alzheimer e inúmeras medidas de proteção a todos – os trabalhadores, as trabalhadoras; aposentados, aposentadas; pensionistas; crianças, jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Foi aqui no Senado, Presidenta, que iniciamos o debate da valorização do salário mínimo – foi aqui que começou. Em 2005, o então Presidente do Senado Renan Calheiros criou uma Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. O Deputado Jackson Barreto foi eleito como Presidente, o Deputado Walter Barelli foi o Vice, e eu fui escolhido por esta Comissão para ser o Relator. Percorremos o país inteiro, ouvindo a população e a sociedade.

Em 2006, apresentei, então, o relatório – relatório não meu, mas de todo esse grupo, de que faziam parte Senadores e Deputados – sugerindo então a política nacional de valorização do salário mínimo (inflação + PIB). Foi uma construção, de fato, coletiva, por isso fomos aos estados ouvir a população.

Também lembro eu que tivemos pronunciamentos memoráveis, que ajudaram a moldar a consciência democrática do nosso país. O próprio Senado mantém um acervo, denominado *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, reunindo discursos históricos de personalidades – só como exemplo, Afonso Arinos; o autor da Lei Áurea; Juscelino Kubitschek; Tancredo Neves; Darcy Ribeiro; Teotônio Vilela; Benedita da Silva e Eunice Michiles, primeira mulher a ocupar o cargo de Senadora no Brasil; Abdias Nascimento; e vou lembrar aqui do meu querido amigo Pedro Simon, porque eu tive o prazer de, há poucos dias, fazer uma gravação para a autobiografia dele.

Pois bem, Sra. Presidenta, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Senador Girão, que já está no Plenário e a quem eu agradeço, porque me cedeu para falar primeiro, porque eu disse a ele que eu tinha outro compromisso – “Fique tranquilo, que eu estarei lá para cumprir o meu papel de usar a tribuna, logo após sua fala, Paim.”

Obrigado, Senador Girão. Enfim, Presidenta, mais uma vez, a história bate à porta desta Casa. Mais uma vez, o Senado da República é chamado a cumprir o seu papel mediante a história, diante de uma grande causa nacional, que é qualidade de vida: a jornada de 40 horas semanais. O mundo todo já caminha nesse sentido. Eu só não vou repetir todos os países, que já são 36, 38, 40, 42, mas todos caminham pela estrada da redução da jornada sem redução do salário. Repito, no dia 1º de julho, este Plenário debaterá o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução do salário.

Sra. Presidente, por que essa é uma grande causa? Eu uso muito uma frase: eu aprendi a defender causas e, graças a Deus, nunca defendi coisas, porque defender causas, por exemplo, é tratar da saúde física, mental, da vida de milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras. É porque fala da convivência familiar, do tempo para cuidar dos filhos, mas de cuidar também dos netos, dos pais, dos avós; porque é a



geração se encontrando, como a senhora falou na abertura; porque trata da possibilidade de estudar mais, qualificar-se melhor e ampliar horizontes para ter um salário mais qualificado, mais decente, poderíamos dizer; porque defende o direito de viver além do trabalho. A vida não é só o trabalho. A vida é lazer, é estudo, é poder ir a um parque naqueles dois dias, no sábado ou no domingo.

Senadora Damares, eu disse há um tempo, vou repetir hoje: eu nunca trabalhei 6x1. Nunca! E olhe que eu estava nas fábricas há mais de 40 anos, mas eu já trabalhava 5x2, porque o próprio empregador entendia – e trabalhei em grandes empresas: Tramontina, Eberle (Maesa), Dal Sochio & Menegotto, Varig em Porto Alegre; foi nessas que eu trabalhei. Ele já entendia que não valia a pena abrir o seu estabelecimento, a sua fábrica, botar um maquinário todo para trabalhar só quatro horas no sábado de manhã. O que ele fazia? Ele distribuiu aquelas quatro horas durante a semana, e nós aceitávamos tranquilamente.

Então, nós estamos tratando aqui é de um debate de minutos. São menos minutos a mais por dia que vão, então, dar oito horas: cinco vezes oito, quarenta. Hoje nós trabalhamos, em vez de oito horas, oito horas e quarenta e poucos minutos, se não me engano. Nós estamos tratando é disso: alguns minutos por dia. Ampla maioria. Se eu estou dizendo aqui – podem pegar minha carteira de trabalho; está no meu gabinete – que 50 anos atrás eu já trabalhava assim... E graças a Deus! No sábado à tarde eu caminhava, eu viajava, jogava futebol, namorava – afinal, tinha que namorar, né? –, estudava, fazia excursões do colégio. Era no sábado a excursão, para domingo estar em casa. Então, por que, passado tanto tempo, a gente não pode fazer com que essa prática saudável – saudável – possa se tornar realidade para todos os brasileiros? Porque diz respeito à geração de emprego, à distribuição de renda, ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social; porque nos convida a refletir como repartir, de forma mais justa, os ganhos proporcionados pelos próprios avanços tecnológicos. O mundo mudou. O tempo em que eu estava nas fábricas, 50 anos atrás, porque eu estou há 40 aqui dentro e fiquei um tempão como sindicalista e como líder estudantil, mostra que essa inovação toda... Nós temos que torcer, cada vez mais, que venha um avanço tecnológico, que venha também a se reduzir a jornada, e vamos produzir muito mais, aumentar a produtividade, aumentar a qualidade, inclusive, da nossa produção.

Em última análise, Presidente, terminando, estamos diante de um debate sobre dignidade humana, justiça social e qualidade de vida. Por isso, afirmo desta tribuna: a responsabilidade deste Senado é enorme. Que saibamos ouvir, dialogar, construir caminhos que estejam à altura da história desta Casa, do Congresso, do Senado, Câmara e Senado.

O Congresso é o símbolo da própria democracia. Sim, o coração da democracia é este Congresso. Se não tivéssemos um Estado democrático de direito, o Congresso estaria fechado e eu não estaria na tribuna fazendo esta fala, V. Exa. não estaria presidindo, o Senador Girão não estaria ali preparando já o seu pronunciamento.

Enfim, vida longa à democracia. Eu tenho certeza de que o Senado vai estar à altura da democracia, vai estar à altura da importância que tem o Congresso, vai estar à altura do povo brasileiro.

Era isso, Presidenta. Agradeço a tolerância e a paciência de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim.

Eu aproveito a oportunidade para registrar a presença, na galeria, dos alunos do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia. Sejam bem-vindos.

Vocês tiveram a honra de assistir ao discurso do Senador Paulo Paim, que é do Rio Grande do Sul e que já está no Parlamento há 40 anos. Quarenta anos!

Inclusive, eu quero chamar a atenção dos alunos para que eu estou vestida com uma blusa lilás. Nós estamos em Junho Violeta. Foi difícil achar uma violeta. Junho Violeta é o mês de enfrentamento



à violência contra a pessoa idosa, e está diante de vocês o Senador que foi autor do Estatuto da Pessoa Idosa.

Mas esse homem também, gente, foi o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Igualdade Racial, da valorização do salário mínimo. Ele foi autor de tudo que é de bom que está aqui no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Faço questão. Um dos primeiros Parlamentares negros, foi Constituinte, a ocupar a cadeira nesta Casa. Então, conheçam a vida desse ilustre Senador, que é do PT, do Rio Grande do Sul. Meu amigo, foi meu Presidente, e eu fui assessora, nos bastidores, e ficava olhando esse homem trabalhar e dizia: “Um dia eu quero ser igual a ele”. Estou tentando, estou tentando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Ela já é Presidente da Comissão que eu presidia. *(Risos.) (Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sejam bem-vindos.

Obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu aproveito para fazer um convite aos estudantes de Geografia da Universidade de Goiás.

Duas semanas atrás, esta Casa fez dois grandes debates sobre o El Niño: um debate em uma Comissão; outro, aqui no Plenário, conduzido pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. Foi uma aula. Na verdade, os debates se tornaram, para nós, um doutorado. Convido vocês a acessarem, pelo YouTube, depois. Acho que é uma matéria que interessa a todos vocês. Assistam aos debates que aconteceram. Foram dois: um na Comissão e um aqui no Plenário.

Sejam bem-vindos. Eu sou a Senadora Damares, aqui do Distrito Federal. Eu sou... Já está homologado pelo IBGE e por todos os órgãos de estatística e de dados do Brasil, já está confirmado que eu sou a Senadora mais bonita do Brasil. *(Risos.)*

Sejam todos bem-vindos.

Vai ocupar a tribuna agora... Eu convido...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu vou ocupar, Presidente, querida Senadora Damares, também cumprimentando todos os alunos e professores da Universidade de Goiás.

Senadora Damares, eu tenho um assunto triste, infelizmente, para trazer aqui para todos nós. Eu não gosto de dar notícias tristes, mas é o que tenho o dever de fazer aqui.

Nós recebemos com profunda tristeza a notícia do gravíssimo acidente ocorrido na madrugada desta segunda-feira na CE-187, que é uma estrada estadual, em Tauá, no Ceará, envolvendo um ônibus que transportava uma delegação esportiva de jovens atletas cearenses.

Segundo as informações divulgadas até o momento, a tragédia já deixou sete vítimas fatais e dezenas de feridos, provocando enorme comoção no Ceará e no Brasil. São vidas interrompidas de forma precoce, jovens que carregavam sonhos, projetos e esperanças, além da dor imensurável imposta às suas famílias, amigos, treinadores, companheiros de equipe. Eles participaram, Presidente, de um torneio em Sobral, da Copa Sobral de basquete e foram, inclusive, os campeões. Então, foi um domingo, segundo os organizadores do evento, perfeito, o dia de ontem. Era a despedida e ninguém sabia.

O esporte é um instrumento de transformação social, disciplina e superação. Por isso, quando uma tragédia atinge jovens atletas, atinge também toda a sociedade que acredita no esporte como um caminho de oportunidades e de construção de um futuro melhor.



Neste momento de profunda dor, eu quero manifestar a minha solidariedade às famílias das vítimas, aos feridos, que seguem recebendo atendimento médico, e a toda a comunidade esportiva cearense.

Eu também tenho uma passagem pelo esporte. Sempre fui desportista, mas tive uma passagem no esporte como Presidente do Fortaleza, um clube de futebol nosso.

Que Deus conceda a todos os familiares envolvidos nessa tragédia conforto, fé e esperança na recuperação dos feridos e toda a serenidade, toda a força, aos que enfrentam este momento tão difícil da perda de um ente querido. Eu posso dizer que, pela minha fé... Eu digo: confiem! Tudo está no controle de Deus e a vida continua.

Esperamos que estejam todos restabelecidos.

Quem ama o próximo estará junto o resto da vida. A separação é uma questão momentânea, mas quem ama eternamente está ligado. Esse é um breve até logo.

Então, Sra. Presidente, diante da gravidade dessa tragédia, eu solicito a V. Exa. que esta Casa possa observar um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do acidente ocorrido em Tauá.

Senadora Damares, se a gente puder fazer um minuto de silêncio, se a senhora puder, eu lhe agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador.

Todos em posição de respeito, por favor.

(Soa a campanha.)

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Também estendo meus abraços à família, às famílias das vítimas. Eu fico imaginando o coração da mãe e do pai nesse exato momento.

Senador Girão, tenha também a nossa solidariedade.

Vamos agora ouvir, da tribuna, o Senador Girão, do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Minha querida Senadora Damares Alves, eu agradeço a sua deferência com o cearense, a sua sensibilidade neste momento de dor do nosso povo, especialmente das famílias que perderam ou sofrem com esse acidente, que tiveram aí essa tragédia marcada nas suas vidas.

Sra. Presidente, Sr. Senador Izalci, que agora assume a Presidência da Casa, eu quero, nesta tarde de segunda-feira, dia 15 de junho, fazer um pronunciamento aqui com muita responsabilidade para que você, brasileira, brasileiro, que está nos acompanhando no reinício de trabalhos nesta semana procure entender tudo o que aconteceu de sexta-feira para cá no aspecto do impacto de uma hecatombe política, das revelações trazidas nesse escândalo do Banco Master, a maior fraude do sistema financeiro do mundo.

E é nosso dever procurar jogar luz, porque os grandes poderosos deste país estão insistindo em colocar a sujeira embaixo do tapete. Mas, quando a luz chega, não tem jeito, é bênção. E a gente precisa olhar para todos juntos, vendo essa sombra, agora, que está se dissipando, e procurar limpar a nossa nação para os nossos filhos, netos, bisnetos, enfim, para as próximas gerações. É nosso dever. Não temos o direito de nos calar, seja por uma amizade, seja pelo coleguismo. Nós, que fomos eleitos pela população de forma livre, espontânea, autêntica, que nos escolheu como instrumento da mudança por acreditar em nós – e eu falo aqui para os colegas Senadores e Senadoras –, não temos o direito de fazer de conta que não está acontecendo nada.

O que é que precisa acontecer mais para a gente acordar? Para a gente fazer o que tem que ser feito?



Porque esta Casa é um dos problemas deste país, talvez o maior deles, o Senado Federal. Muitos querem jogar a culpa no Supremo, que tem a sua parcela gigantesca. Mas eles só fazem isso do outro lado da Praça porque nós, aqui, nos acovardamos durante anos e anos dos abusos deles, de alguns Ministros, de arbítrios, de conflitos de interesse. E eles cresceram, ficaram com o pescoço grosso e não se dobram mais, não respeitam a Constituição. E nós juramos aqui porque, diferentemente deles, a gente foi eleito pelo voto popular. Eles não têm um voto do povo; nós temos o voto popular.

Então, eu me sinto muito à vontade para cumprir o meu dever aqui e vou trazer esse discurso, que foi preparado com muita tranquilidade, com muita razão, para que a gente se estimule de vez a passar este Brasil nosso a limpo. Porque o que está faltando eu não sei mais.

O que tem saído de informações nessa segunda delação do Vorcaro...! Na primeira, já saiu muita coisa, envolvendo, inclusive, Senadores da República. O que teve de dados trazidos pela imprensa brasileira independente – e parabéns a toda a imprensa –, mostrando contratos de centenas de milhões de reais com Ministros do STF, é injustificável.

Se a gente não fizer a nossa parte, feche esta Casa, entregue a chave lá para o Supremo e não gaste o dinheiro de quem paga imposto com uma estrutura dessa, bicentenária, que vale R\$6 bilhões do seu dinheiro, do seu imposto – seis bi, “b” de bola e “i” de índio –, bilhões de reais para não fazer nada? Para fazer vista grossa? Para tapar o sol com a peneira? Não, Sr. Presidente.

Hoje eu procurarei analisar o que foi corajosamente apresentado pela jornalista Malu Gaspar sobre as expectativas do, abro aspas, “socorro institucional”, manifestadas pelo responsável daquela que já é a maior fraude bilionária do planeta, envolvendo diretamente autoridades dos três Poderes da República. Mas, para fundamentar essa análise, é necessário estabelecer o contexto em que estão acontecendo essas negociações da Polícia Federal e da PGR, Procuradoria-Geral da República, para concluir a colaboração premiada de quem? Do Daniel Vorcaro, do criminoso Daniel Vorcaro, que comprou meia Brasília, as autoridades mais influentes!

Em novembro de 2025, Sr. Presidente, explodiu esse monstruoso escândalo que, tudo indica, conseguirá suplantar em valores outro grande escândalo bilionário recente, que foi o petróleo, descoberto pela Operação Lava Jato em 2014. Essa não é a primeira vez que o Banco Central precisa intervir liquidando um banco no nosso país. Dentre os mais recentes, estão o Banco Nacional, na década de 90, e o Banco Santos, nos anos 2000; porém, nenhum deles chegou nem perto dos valores estratosféricos desviados pelo Master e, principalmente, do número de autoridades corrompidas.

Dessa vez, foi a Operação Compliance Zero, a cargo da Polícia Federal. Ao mesmo tempo em que o Banco Central do Brasil decidia pela liquidação do Banco Master, a PF fazia a primeira prisão preventiva de Vorcaro no aeroporto de Guarulhos, quando ele tentava sair do Brasil num jato particular em direção a Dubai. Paralelamente, através de mandados de busca e apreensão, foram confiscados celulares, computadores e muitos documentos que permitiram o aprofundamento das investigações.

O Banco Master teve um crescimento assombroso, principalmente entre 2024 e 2025, através da captação de grandes volumes de recursos, oferecendo elevada remuneração, sempre muito acima da média do mercado, utilizando produtos protegidos pelo Fundo Garantidor de Crédito. Hoje está escancarado esse mecanismo, pelo grau de corrupção realizado, junto a alguns Parlamentares, visando à aprovação da emenda, aumentando o limite individual garantido pelo FGC, que é o Fundo Garantidor de Crédito, para R\$1 milhão, o que acabou não acontecendo.

Eu quero dar os parabéns ao Senador Plínio Valério, porque uma emenda que foi proposta pelo Senador Ciro Nogueira foi rejeitada, a chamada Emenda Master. O Senador Plínio Valério rejeitou esse jabuti que estavam colocando lá num projeto que foi deliberado aqui na Casa.

Ainda em novembro de 2025, o Tribunal Federal da 1ª Região concedeu liberdade a quem? A



Vorcaro, mas, no dia 4 de março de 2026, durante a terceira fase da Operação Compliance Zero, foi feita nova prisão de Vorcaro, pois o material apreendido pela PF já tinha confirmado uma extensa rede de propinas pagas a muitos agentes públicos. Nesse mesmo mês de março, também ocorria o estranho suicídio na prisão de um personagem-chave do esquema de Vorcaro, conhecido como “Sicário”, entre aspas, responsável por todos os trabalhos considerados sujos.

Em maio de 2026, foi realizada a sexta fase da Operação Compliance Zero, com 21 mandados de prisão preventiva e 116 mandados de busca e apreensão, além do bloqueio de R\$27 bi – “b” de bola, “i” de ilha. É dinheiro demais, gente! É só de bilhão que eu estou falando aqui. Não cabe nem num Plenário desse o que eu estou falando aqui, de dinheiro, R\$27 bilhões em bens que foram bloqueados dessa turma, mas é muito pouco em relação ao que eles roubaram.

E é você que está nos assistindo e nos ouvindo que vai pagar o pato disso. É por isso que a gente não pode descansar. Por isso que a gente precisa da transparência. É por isso que todo mundo precisa ser punido, porque quem vai pagar o pato disso aqui é você, com o aumento da taxa de juros, com mais taxas bancárias. Isso não fica de graça, não. É aquela velha história: quebra sempre no lombo do mais fraco.

Dentre os presos, Sr. Presidente, estão o pai e o primo do Vorcaro. Olha só. Nesse tempo, já tinha se tornado público o indecente contrato de R\$129 milhões com o escritório de Viviane Barci, esposa do Ministro Alexandre Moraes, – além de gravíssimas ligações telefônicas entre ele, o Ministro, e o Vorcaro, no dia de sua prisão.

Rapaz, pelo amor de Deus, a sociedade precisa de uma resposta sobre isso! Ninguém vem a público falar nada sobre isso, porque é indefensável. Aí eu pergunto, e eu vou perguntar outras vezes: o que mais precisa acontecer? A República está paralisada, paralisada, por interesses pessoais, por blindagem, por corrupção.

Além de ocorrer a liquidação do Master, o escritório da Sra. Barci tinha já recebido R\$80 milhões sem ter prestado nenhum serviço jurídico. Foi feito, então, com outra empresa do grupo, um novo contrato, empresa do grupo do Vorcaro. Essa turma tem um apetite muito grande, são gulosos. Já iam fazer um contrato de R\$50 milhões – chegaram a fazer, R\$50 milhões!

Também o Ministro Dias Toffoli foi obrigado a entregar a relatoria do caso, sabe por quê? Ele se declarou suspeito, depois de muita pressão, em função dos negócios de sua família – da ordem de R\$35 milhões – relacionados ao Resort Tayayá, no Paraná.

Mesmo assim, com tantas e sérias implicações, o Ministro Alexandre de Moraes desarquivou a ADPF 919, parada desde 2021, na qual 71 laudas embasam argumentos para restringir a aplicação da colaboração premiada.

Do que o senhor tem medo, Ministro? Como é que o senhor tira agora? Isso é oportunismo. O senhor tira isso debaixo da gaveta agora? É para se blindar? A mensagem que fica clara é essa.

Nas 71 laudas dessa ADPF 919, destacam-se os termos, Sr. Presidente: “sob pena de nulidade”. Quer outro? Abro aspas: “invalidação de provas”, fecho aspas, e, por último: “prisão cautelar manifestamente ilegal”, entre aspas. Estão preparando a cama de gato, como a gente fala na linguagem que eu aprendi na infância. Armam a cama de gato ali.

Enquanto isso, também se tornavam públicas as gastanças milionárias de Vorcaro com festas e viagens de autoridades pelo mundo. Uma das mais emblemáticas e horrorosas, que mostra a degradação moral a que nós chegamos hoje, foi a degustação de uísque com charutos, em Londres, a um custo de R\$3 milhões, na qual participaram Alexandre de Moraes, Toffoli, Gilmar Mendes e até o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet – o Diretor da Polícia Federal também estava lá.

O nível de degradação chegou ao ponto de necessitar a mobilização de tropa de choque governista no Senado, para impedir a aprovação do relatório final da CPI do Crime Organizado. A tropa de choque



do Lula teve que atuar para apagar o incêndio lá, porque o Senador Alessandro Vieira indiciou três Ministros naquela CPI. Senadores que nunca participaram daquela CPI do Crime Organizado chegaram de paraquedas na hora só para votar, para blindar essa turma; só para fazer isso, inviabilizar o relatório, derrotar o relatório. Ora, ora, esse relatório pedia justamente o indiciamento dos Ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, além do próprio Procurador Paulo Gonet.

Essa etapa das negociações para a colaboração premiada de Vorcaro é crucial agora, para que se chegue à verdade e, conseqüentemente, à devolução do dinheiro desviado para essa conta, para que essa conta não seja paga novamente pelo contribuinte brasileiro, ou seja, você que está nos ouvindo e nos assistindo agora.

Esse importante instrumento jurídico que é a colaboração premiada foi estruturado no Brasil através da Lei nº 12.850, de 2013, a partir dos bons resultados obtidos em democracias sólidas, como os Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido e Itália, com a Operação Mãos Limpas, na década de 90.

O grande teste brasileiro para a eficácia da colaboração premiada ocorreu já a partir da regulamentação da lei, em 2014, com a Operação Lava Jato, o maior legado no enfrentamento à corrupção, com a prisão de muitos empresários e políticos poderosos, incluindo um ex-Presidente da República. Mas a destruição da Lava Jato a partir de 2021... Na verdade, começou um pouquinho antes, mas, em 2021, foi o golpe de misericórdia pelo próprio STF. Os três Poderes da República conspiraram para acabar com a Lava Jato. O sistema reagiu, como reagiu na Itália, na Operação Mãos Limpas, mas o golpe de misericórdia veio do STF, o que permitiu que o câncer, em metástase no Brasil, da corrupção continuasse se expandindo, resultando em mais escândalos gigantescos.

Tivemos agora o do INSS, roubo de velhinhos, de velhinhas, de aposentados, pensionistas, viúvas, órfãos. Durante o Governo do Lula – agora, nesse último –, aumentaram bastante os descontos ilegais. Que coincidência, né? E o Lulinha recebendo, segundo o Careca do INSS... Suspeita-se até que o Lulinha seja o sócio oculto desse esquema. O maior operador é o Careca do INSS, com quem o filho do Presidente viajou para Portugal, fez transações milionárias, de quem ele teria recebido R\$25 milhões e mais R\$300 mil por mês de mesada. E eu não entendo, Senador Izalci, por que, até agora, não está indiciado. É estranho isso! Tem 14 pessoas presas dessas instituições, tem um monte de gente que está já, vamos dizer assim, sob a tutela do Estado, e o Lulinha parece que está no exterior e nem foragido é considerado ainda.

Mas, Sr. Presidente, igual a esse escândalo do Master é difícil. O do INSS foi terrível, foi covarde, com as pessoas mais humildes deste país, mais humildes, mais pobres. Mas, igual a esse do Banco Master é difícil.

E eu digo para o senhor: em função do inaceitável boicote do Presidente desta Casa, impedindo a instalação da CPI ou CPMI do Banco Master, desde o ano passado, eu dei entrada, com 53 Senadores assinando, inclusive o senhor, Senador Izalci – 53 Senadores de vários partidos, de quase todos –, em conjunto com os Senadores Alessandro Vieira, Marcos Pontes, Magno Malta e vários outros. Nós entramos no STF, pedindo para o STF obrigar, como ele fez na CPI da Pandemia – tem precedente, ele fez outras vezes...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a Presidência do Senado a abrir essa CPI ou CPMI. Já era para ter sido aberta há muito tempo. Essa varredura já tinha passado aqui, já tinha mostrado para a população, mesmo que tenha sabotagem do Governo Lula, porque, ao que tudo indica, tudo isso começou no Credcesta, lá do PT da Bahia. Com todo esse esquema, esse escândalo, foi gerado ali o ovo da serpente.

Mesmo que o Governo Lula sabote, boicote, como fez em outras CPIs, inclusive na do INSS, negando



convocação, negando quebra de sigilo, mesmo assim, o STF também fazendo a mesma coisa, não deixando convocações, que a gente aprovou, precisarem vir, liberando os depoentes para virarem as costas para o Senado, com todo tipo de sacanagem, desculpem a expressão...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor estava lá, o senhor viu. Mesmo assim, tem 14 pessoas presas no roubo do INSS. E no do Banco Master? Você tem o Vorcaro, você tem o Presidente do banco aqui, você tem o primo do Vorcaro, o pai do Vorcaro... Parece que estão armando uma cama de gato para soltar, já quero deixar aqui.

E aí a gente precisa, Sr. Presidente, estar muito atento a tudo o que está acontecendo, porque esse meu pedido, lá no STF, está parado há mais de dois meses. Nós precisamos... Inclusive estamos reforçando, porque o Fachin, o Presidente, negou o pedido de suspeição do Nunes Marques que nós fizemos. Depois que a própria Polícia Federal revelou a participação do Senador, colega nosso aqui, Ciro Nogueira, que seria, sim, com o Vorcaro, amigo, irmão, viajando com ele para cima e para baixo, e depois dessa revelação da proximidade do Ministro Nunes Marques, ele tinha que se declarar impedido. E olhe que já vem o filho dele com o escritório de advocacia, o menino prodígio, que recebeu o dinheiro da JBS e do Banco Master, por tabela, no escritório de advocacia, o Ministro Nunes Marques viajando no avião do Vorcaro, e não se declara impedido o Ministro Nunes Marques.

E o Presidente do STF, que fala em código de ética dia sim, dia não, passa a mão na cabeça? E o senhor diz que a gente entrou de forma intempestiva com esse requerimento, para que ele se declarasse impedido? O que é isso, Ministro Fachin? O que é isso, Presidente? A gente não sabia dessas informações quando a gente entrou, não. Como é que pode ser intempestivo se a informação do Ciro Nogueira veio depois? Nós estamos reiterando, Presidente, exatamente essa questão do conflito de interesse.

Paira no ar uma outra importante pergunta: por que a colaboração premiada de Daniel Vorcaro vem se arrastando por tanto tempo? A primeira tentativa foi rejeitada pela PF por ser incompleta e seletiva, sem apresentar nenhuma prova adicional relevante. Já nessa segunda tentativa, foram oferecidas novas denúncias com sérias implicações... Inclusive, o que se diz aí, pela revista *Veja*, estaria envolvendo até o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o PT da Bahia, com destaque para Rui Costa, até há pouco tempo o poderoso Ministro da Casa Civil do Governo Lula.

Ora, Sr. Presidente, certamente a Polícia Federal também rejeitou essa segunda tentativa porque, mais uma vez, Vorcaro não apresentou nada que já não fosse de conhecimento da Polícia Federal; por exemplo, o que ele está falando com relação ao Ministro Alexandre de Moraes, aos outros ministros, ao Toffoli, a outras autoridades poderosas deste país, desta nação?

É também, Sr. Presidente, muito suspeita a atitude tomada pelo Ministro Gilmar Mendes de pedir vista dos processos em que André Mendonça, corretamente, junto com o Ministro Fux decidiram pela prisão preventiva do pai e do primo do Vorcaro. É claro, eles não são santos! Tem bilhões de transações depois disso passando por eles. Há um risco muito grande, Sr. Presidente – já lhe agradecendo a tolerância e me encaminhando para o final –, de ser aberto um perigoso precedente pela Segunda Turma do STF, com a mudança para a prisão domiciliar dos parentes do criminoso Vorcaro.

O jornal *O Globo* publicou matéria denunciando a pressão feita por Gilmar Mendes sobre Nunes Marques. Isso é gravíssimo, Sr. Presidente – gravíssimo –, porque votam na Segunda Turma exatamente sabe quem? Gilmar Mendes, Luiz Fux, André Mendonça e Nunes Marques, pois o Toffoli não vota, porque ele se declarou suspeito. Um eventual empate de dois a dois favoreceria sabe quem? Os parentes do Vorcaro. Olhe aqui, é aqui que está a pegadinha!

O Brasil está vivendo a sua pior crise de degradação moral, ética, das instituições, na medida em



que campeiam, sem controle, a corrupção e a impunidade. Nós não podemos permitir, Sr. Presidente, que se repita o trágico desastre ocorrido com a destruição da Lava Jato. Graças a Deus – repito, graças a Deus –, neste momento tão crítico da nossa história, não falta o corajoso Ministro André Mendonça, um homem técnico! Você vê que ele só fala do processo, diferentemente dos outros que vivem dando entrevista, passaram o tempo dando entrevista. Você vai aos Estados Unidos, você não ouve nem falar dos Ministros da Suprema Corte, eles são discretos. Aqui são espalhafatosos, mas o Ministro André Mendonça...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... é uma das raras exceções ali, e ele tem um apoio espiritual do Alto. Ele encara essa missão lá no Supremo como uma missão de vida e não como meio de vida.

Para isso, vejo como medida protetiva indispensável a abertura do sigilo das investigações em curso, Sr. Presidente; tem que abrir esse sigilo, tem que abrir, tem que derrubar esse segredismo. Ministro André Mendonça, está na hora disso. O Brasil quer saber.

Eu, antes de encerrar, Sr. Presidente – não vou passar mais do que esse um minuto –, eu digo o seguinte: sabe qual a cena que mais mostra o retrato do Brasil? Foi na posse do Ministro Nunes Marques – eu vi pela televisão –, a Cármen Lúcia chegando, a Presidente do TSE, a tiracolo com o Presidente Lula. Como é que isso vai dar certo, meu Deus? Olhem só o nível de relacionamento, de intimidade! Aí eu volto para os Estados Unidos, uma referência do trabalho da Suprema Corte: eles vão para os eventos de toga, não dão entrevista, só cumprem um papel institucional e vão embora. Entrar a tiracolo com.... Rapaz, eu vou te falar uma coisa...

Eu encerro, Sr. Presidente, com esse profundo pensamento retirado do livro *O Príncipe*, de Maquiavel: “Um povo que aceita passivamente a corrupção e os corruptos não merece liberdade, e, sim, a escravidão, pois as leis não podem ser lenientes beneficiando bandidos”.

Olhe, Sr. Presidente, que nós tenhamos aí... Ontem teve um temporal aqui em Brasília, na sua querida Brasília. Eu sei que o senhor nasceu em Minas Gerais, mas é apaixonado por Brasília e eu sinto isso aqui no seu trabalho diariamente. Ontem caiu um toró, como a gente chama. Rapaz, eu nunca tinha visto aquilo. E fora de época! Nesta época, não era para estar tendo essas estações de chuva aqui, não. E eu vou dizer uma coisa: tomara que isso limpe os miasmas que estão aqui em Brasília, sabe? Que dê um surto de bom senso, que as pessoas tenham a capacidade de reflexão, principalmente os poderosos. Para quem que nós estamos servindo? Este Brasil não era para estar passando esse perrengue que ele está passando na economia. Este Brasil era para estar bem! Muitas causas são as nossas causas aqui, políticas, de falta de coragem, de ação pelo bem, pela justiça, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, que essa atmosfera de Brasília leve a essas autoridades dos três Poderes vergonha na cara. E olhe: tudo – tudo! – o que a gente faz a gente paga, mais cedo ou mais tarde; é a lei da sementeira. Não tenha dúvida disso!

E eu quero aqui fazer um apelo à consciência de cada um. Até os que estão calados estão sendo responsáveis, porque não agem pelo bem, pela restauração da justiça. Olhe a responsabilidade de cada um! Então, chegou a hora de a gente passar este país promissor a limpo, Sr. Presidente. Chegou a hora de passarmos este país a limpo, não dá mais para esperar.

Que Deus abençoe a nossa nação!

Muito obrigado pela sua benevolência.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, a Sra. Damares Alves deixa a cadeira da



Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Girão, queria que V. Exa. assumisse aqui para que eu possa também fazer meu pronunciamento. (*Pausa.*)

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a palavra o Senador Izalci Lucas, aqui do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu poderia repetir aqui o discurso de V. Exa., até porque participei de várias CPIs como Deputado e como Senador, e lembrando que, a cada escândalo, sempre aparece um outro mais grave. Ninguém fala mais no INSS, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Parece que morreu o assunto. Mas me lembro aqui de ter participado, como Deputado, do mensalão – que foi o primeiro de que participei –, em que o Governo pagava pelo voto aqui no Congresso Nacional.

Depois participei da CPI da Petrobras. Nunca se viu tanto desvio de recursos como na Petrobras. Daí a gente não tem hoje nem distribuidor; não temos nem a refinaria mais, porque foram várias refinarias nas quais investimos bilhões e bilhões e nunca foram concluídas, como a Refinaria Abreu e Lima, que era, inclusive, uma parceria com a Venezuela, que até hoje não pagou sua dívida.

Depois veio a CPI dos Fundos de Pensão, com vários fundos de pensão – do Banco do Brasil, Caixa Econômica, Correios, vários –, e em todos foram desviados bilhões e bilhões; inclusive, os servidores e os funcionários estão pagando até hoje. Tivemos que aprovar, aqui, uma lei, inclusive, para pelo menos dispensar do Imposto de Renda as contribuições que eles fizeram e que eles fazem ainda, basta ver agora de novo como é que estão os fundos aí.

Depois veio a CPI da Lei Rouanet, com bilhões e bilhões sem prestação de conta nenhuma. Tinha milhões de contas de que não foram prestadas contas – desvios de recursos da Lei Rouanet.

Depois veio a do Carf, que é exatamente o recurso administrativo da Receita Federal, uma maracutaia completa.

Nós tivemos aqui a CPMI do Cachoeira – foi aqui no Senado –, uma CPMI mista da qual eu participei como Deputado, das roletas aí fora. E aí eu me lembro de que ele disse uma vez que ele não investiria mais. Ele investia sempre em candidatos a Deputado; ele botava grana nas campanhas. E na CPMI ele disse que não ia fazer mais isso, porque era mais fácil investir lá no ministério, através dos ministros, etc. E é exatamente o que aconteceu com relação ao Carf, por exemplo, em que os incentivos fiscais eram conseguidos através de propina diretamente no ministério.

Depois vieram outras. E depois, aqui, a gente participou da CPI da Chapecoense, que, diferentemente, não foi corrupção, mas até hoje também as vítimas não receberam o seguro.

Depois tivemos, aqui, a CPI das Bets. V. Exa. lembra exatamente o que aconteceu, né? A gente não conseguiu nem aprovar o relatório. Gente que nunca participou de nenhuma sessão apareceu lá para votar contra. E você vê o estrago que está acontecendo no Brasil com relação às *bets*. Inclusive, hoje eu vi nos jornais aí todos que a Receita Federal recebe das *bets*, hoje, mais do que a própria Petrobras, para você ver como é que está a situação do jogo e das *bets*.

Depois veio a do INSS, da qual V. Exa. falou muito bem aqui. O filho do Lula sumiu; aliás, o Lulinha está na Europa curtindo lá. A gente não conseguiu sequer aprovar a quebra de sigilo dele.



Então, realmente, o que vai acontecer e o que eles devem estar apostando aí é que, daqui a algum tempo, daqui a alguns meses, deve aparecer um outro escândalo, e um vai sobrepondo o outro.

Mas, Presidente, eu subo a esta tribuna hoje, aqui, para tratar de um tema que, embora não ocupe as principais manchetes dos jornais todos os dias, está presente dentro de milhões de lares brasileiros e, silenciosamente, tem se tornado uma das maiores preocupações das famílias do nosso país: falo do crescente endividamento dos brasileiros.

Por trás dos números, das estatísticas e dos relatórios econômicos, existem pais e mães de família que acordam cedo, trabalham, lutam, fazem sacrifício e, ainda assim, chegam ao final do mês sem conseguir fechar as contas.

Existem aposentados que precisam recorrer ao empréstimo para comprar remédios. Existem trabalhadores que se utilizam do cartão de crédito para colocar comida na mesa. Existem milhares de brasileiros que contraem uma dívida para pagar outra dívida e, sem perceber, acabam presos a um ciclo que parece não ter fim. E o que mais me preocupa, Sr. Presidente, é que essa realidade deixou de ser um problema pontual e passou a ser um problema estrutural.

Os dados mais recentes revelam que o Brasil chegou ao maior nível de endividamento de toda a série histórica: mais de 81% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida. Nunca tivemos um percentual tão elevado; e, quando olhamos para a inadimplência, o cenário é ainda mais preocupante: mais de 83 milhões de brasileiros estão negativados. São milhões de pessoas que vivem sob a pressão das cobranças, da incerteza e também da angústia de não saber se conseguirão honrar os seus compromissos. O mais grave é que esse problema atinge principalmente aqueles que menos têm. Nas famílias com renda de até três salários mínimos, o endividamento já alcança quase 85%, e a inadimplência se aproxima de 40%. Isso demonstra que o endividamento do Brasil tem rosto, tem nome e tem classe social. São justamente os brasileiros mais humildes, aqueles que trabalham honestamente e que lutam diariamente para sustentar suas famílias, os que mais sofrem com o peso dessa realidade.

E há um aspecto que merece uma reflexão mais profunda. Ao contrário do que muitos imaginam, o problema não está apenas na falta de emprego ou na ausência de renda. O Governo Federal, Senador Wellington, usa números fantasiosos falando que o Brasil diminuiu o desemprego. Na realidade, eles colocam pessoas que recebem os auxílios como se estivessem empregadas – lembrando que esse valor irrisório e a dependência da população ao Governo não os tiram da pobreza.

Isso nos leva a uma conclusão inevitável: o grande problema do Brasil não é o tamanho da dívida; o grande problema do Brasil é o custo da dívida, é o preço do dinheiro, é o crédito caro, é o juro excessivo. É a realidade de um país em que o cartão de crédito, que deveria ser um instrumento de facilitação, transformou-se em uma verdadeira armadilha para milhões de famílias. E é inaceitável que, em pleno século XXI, o brasileiro continue convivendo com juros que chegam a ultrapassar 400% ao ano no crédito rotativo. Nenhuma família consegue prosperar dessa forma. Nenhum trabalhador consegue construir um futuro quando uma parcela cada vez maior da sua renda é consumida pelos juros. Nenhum país consegue crescer de forma sustentável quando as suas famílias estão sufocadas pelas dívidas.

É por isso que esse tema precisa ser enfrentado com seriedade, porque, no final das contas, quando uma família perde a tranquilidade financeira, não é apenas o orçamento que é afetado, é a paz dentro de casa, é a saúde mental, é o sonho de empreender, é a esperança de construir um futuro melhor. E um país que permite que milhões de cidadãos vivam sob o peso permanente das dívidas é um país que precisa rever as suas prioridades.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, meu querido Senador Izalci Lucas, sempre muito contundente nos seus pronunciamentos.



Obrigado.

Já chamo aqui o nosso querido irmão, que é o grande Líder do Bloco Vanguarda, do qual eu faço parte com muita honra, muita alegria, Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.)

– Boa tarde, Senador Izalci; Senador Girão, que preside hoje esta sessão; toda a população brasileira que nos assiste pela TV Senado, nos ouve pela Rádio Senado e também por todos os meios de comunicação desta Casa.

Falo aqui, Senador, como filho de um católico, de uma mãe católica; minha irmã mais velha, freira franciscana. Essa semana nós tivemos algo muito especial no nosso estado, que se trata exatamente do meu momento de vivenciar o histórico momento que foi o último sábado, no dia 13, do qual participei lá na cidade de Jauru, na região da grande Cáceres – Cáceres é tida como a nossa Princesinha do Paraguai, Princesinha do Pantanal. Lá eu pude participar de uma cerimônia, que foi a cerimônia de beatificação do Padre Nazareno Lanciotti, primeiro mato-grossense sendo beatificado, ele que foi um missionário italiano, que dedicou sua vida ao povo mato-grossense e que agora é reconhecido como o primeiro beato da história de Mato Grosso.

Confesso, Sr. Presidente, que esse foi um daqueles momentos que ficam marcados para sempre em nossa memória. Tive a graça e a honra de conhecer o Padre Nazareno – hoje o beato Padre Nazareno –, um homem muito simples, humilde, dedicado aos mais pobres principalmente, e, acima de tudo, um homem que transformou a vida de milhares de pessoas por meio da fé, da solidariedade e, acima de tudo, do amor ao próximo.

Nascido em Roma, na Itália, ele foi ordenado sacerdote em 1966, e, em 1971, tomou uma decisão que mudaria a história de Mato Grosso: deixou a segurança e o conforto da Europa para se tornar missionário no interior de Mato Grosso. Chegou a Mato Grosso no início da década de 70, e, depois de uma breve passagem por Poxoréu – a cidade que abrigou meu pai quando foi da Bahia para lá a pé –, o Padre Nazareno escolheu, então, Jauru como a sua missão de vida.

Ali, não se limitou a evangelizar. Ajudou a construir um verdadeiro legado de transformação social, com ações nas áreas de saúde, educação, assistência social, acolhimento de idosos, formação de jovens e fortalecimento das famílias. Fundou a Paróquia Nossa Senhora do Pilar. Criou, então, dezenas de comunidades eclesiais e ainda rurais. Apoiou a estruturação de um hospital, de uma casa de acolhimento para idosos e, também, de um seminário para a formação de novas vocações religiosas.

Mas, com certeza, o seu maior legado não está nas obras que ajudou a construir; está nas vidas que transformou e na esperança que semeou em toda a região oeste de Mato Grosso. Padre Nazareno – hoje, Beato Nazareno – também não se calou diante das injustiças. Denunciou o tráfico de drogas, combateu a exploração dos mais vulneráveis e também defendeu a dignidade humana até as últimas consequências.

E aí, Presidente, foi exatamente essa coragem que o levou ao martírio. Em fevereiro de 2001, a sua casa paroquial foi invadida por criminosos, todos encapuzados; ele foi baleado na cabeça e, mesmo diante de todo o sofrimento, manteve sua fé. Chegou a perdoar aos seus agressores depois, já na sua agonia, antes de falecer.

A sua beatificação representa o reconhecimento de uma vida entregue integralmente à defesa da fé e dos mais necessitados. E o mais bonito é que o seu exemplo ultrapassou as fronteiras de Mato Grosso e chegou ao mundo. Neste domingo, durante a oração do “Ângelus”, o próprio Papa Leão XIV fez menção ao Beato Padre Nazareno e lembrou que ele foi um mártir que, em nome do Evangelho, defendeu os mais pobres.

Falo aqui, Sr. Presidente, que também tive a oportunidade de estar lá, quando o Papa Leão XIV, no conclave, teve ali a sua também promoção para Papa. Ele é uma figura também extremamente importante



e culto. Eu tive a oportunidade, inclusive, de assistir à primeira missa do Papa Leão XIV.

O Santo Padre também pediu que o seu exemplo e a sua intercessão continuem sustentando a missão dos sacerdotes e também de toda a Igreja. Que orgulho para Mato Grosso! Que orgulho para Jauru! Que orgulho para o Brasil! Pela primeira vez, nossa terra passa a ter o Beato reconhecido pela Igreja Católica. É um marco que entra definitivamente para a história do nosso estado. A presença de milhares de fiéis e também peregrinos demonstrou a grandeza deste momento e a força do legado deixado pelo Beato Padre Nazareno.

Eu registro aqui também que o Padre, o Beato – hoje, Padre Nazareno – tinha uma amizade muito grande com o Jonas Pinheiro e com a Celcita Pinheiro. Tinha um quarto particular onde – quando ele ia visitar, estava lá o Jonas, que foi nosso companheiro Senador e a Deputada Celcita, que também foi Deputada Federal – recebiam-no sempre com muito carinho, dado a exatamente esse trabalho social que o Beato – hoje, Padre Nazareno – fazia. Portanto, em tempo marcado pelo individualismo e pela indiferença, sua história nos recorda o verdadeiro sentido da fé: servir, acolher e cuidar das pessoas.

A história do Beato Padre Nazareno nos ensina que a verdadeira grandeza de uma pessoa não está nos cargos que ocupa, mas principalmente nas vidas que transforma.

Rendo aqui, então, a minha homenagem à Diocese de São Luiz de Cáceres; aí, com isso, ao Bispo de São Luiz de Cáceres; à comunidade de Jauru; aos missionários religiosos e também aos leigos que mantiveram viva a sua memória e a sua causa de beatificação ao longo de todos esses anos.

Mato Grosso viveu um dia histórico! O Brasil celebrou o testemunho de um homem que fez da sua vida uma missão e, da sua missão, um legado que atravessa gerações.

Que o exemplo do Padre Beato Nazareno continue nos inspirando a colocar a fé em prática, a servir ao próximo e também a defender com coragem a dignidade humana. Que ele abençoe a todos nós, as nossas famílias e especialmente o povo de Jauru, de Mato Grosso e de toda a região oeste, em especial; e o Brasil, como um todo.

Por isso eu deixo aqui também o meu grande abraço a toda a comunidade de Jauru, representada pelo Prefeito Passarinho, por todos os Vereadores e também por todos aqueles que estão ali construindo cada dia mais a edificação através da fé. Se não fosse o trabalho das igrejas – independente de religião –, com certeza essa vida que temos aqui hoje, em que o crime organizado cada dia mais toma conta deste país...

E aí, Sr. Presidente, a região de Cáceres hoje é uma das regiões que mais sofre, exatamente porque temos 720km de divisa seca com a Bolívia. Então, ali, sem a presença forte do Estado... Quando eu falo, é o Estado brasileiro. Hoje, o Estado de Mato Grosso, em vez de aumentar o número de policiais, diminuiu o número de policiais. O Governo de Mato Grosso insiste em não chamar todos os concursados e, por isso, o crime organizado está avançando muito no nosso estado. E, claro, nessa questão da droga, que atormenta a família brasileira, só quem tem alguém envolvido com droga na família é que sabe como é difícil.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero me colocar aqui, inclusive, na condição de pré-candidato a Governador. Se Deus me der essa oportunidade e a população de Mato Grosso, eu quero ser um governo humano para cuidar, acima de tudo, das pessoas – daqueles que mais precisam, daqueles que a mão do Estado não alcança.

Por isso, Sr. Presidente, o meu governo vai ser principalmente de buscar concentrar o trabalho no social. Não é possível que, em um estado como o Mato Grosso, que hoje é considerado um estado rico, essa riqueza não esteja chegando para aqueles que mais precisam. A concentração de renda no Mato Grosso cada dia aumenta mais. Nós somos o grande produtor de soja, de milho, de algodão, mas, infelizmente, Sr. Presidente, falta casa para as pessoas.

O déficit habitacional em Mato Grosso são mais de 100 mil casas, no mínimo, só na Baixada



Cuiabana, sem falar no resto do estado. No Dante de Oliveira foi criado um programa, que é o Fethab, fundo de habitação e transportes. Esse programa foi criado exatamente para melhorar a infraestrutura do estado e aplicar no social, principalmente na casa.

Eu sempre falo: quando eu vou entregar uma chave de uma casa num conjunto habitacional, eu faço questão de entregar na mão da mulher, porque só a mulher tem a capacidade divina de gerar um filho e ela sabe quanto representa uma casa para a solidez da família.

Nós não podemos viver com essa situação no meu estado, esse estado riquíssimo, onde hoje somos, por vários anos já, campeões de feminicídio. Olha, o Governador chegou a dizer que não dava para construir uma delegacia da mulher em Várzea Grande; as pessoas que viessem.

Olha, um estado rico tem que privilegiar, principalmente – prestigiar –, aqueles que mais precisam. Então, por isso, essa questão da segurança no Mato Grosso, no meu governo, será prioridade para atender, sim, chamar os policiais, equipar os policiais, dar atenção à família do policial. Porque é claro que o policial que está ali colocando a sua vida em risco também tem que ter a família sob cuidado.

Por isso, não é possível que, em um estado como o Mato Grosso, o Governo se negue a pagar o RGA. O que é o RGA? É apenas a atualização, a correção monetária dos salários. Este Governo não quis fazê-lo, e o atual Governador insiste em continuar dizendo que não vai pagar o RGA, mas ao mesmo tempo tem recursos para fazer obras faraônicas. É importante fazer obras de toda natureza, mas mais importante que qualquer obra é a saúde, é a educação, é a creche. Por isso, nós não podemos conviver com obras inacabadas.

Nós temos lá, Sr. Presidente, uma obra que é uma cicatriz no centro de Cuiabá e Várzea Grande, que até agora não concluíram. Temos lá o Portão do Inferno, que é o acesso à cidade de Chapada dos Guimarães. O Governo começou, fez uma lambança e até agora não terminou a obra. Aliás, foi desperdiçado o recurso porque foi feita uma contratação, inclusive, por dispensa de licitação. Portanto, nós queremos que se concluam as obras.

Olha, Sr. Presidente, lá foram feitas estradas. Em menos de um ano, o Presidente do Tribunal de Contas foi lá fazer uma investigação por denúncias de Vereadores, Prefeitos de várias regiões, e, simplesmente, como disse o Presidente do Tribunal de Contas, as estradas feitas há um ano estão esfarelado! Lá estive o Presidente do Tribunal de Contas, Sérgio Ricardo, com toda a sua assessoria, com uma equipe olhando, pegando na mão o asfalto, todo ele sendo desmanchado. Então, o que isso representa? É desperdício de um recurso público. E não venham com essa de “governo eficiente”. Governo eficiente é aquele governo que faz obras bem-feitas. Não adianta fazer muito e malfeito, porque tudo vai ser depois desperdiçado.

E o pior, Sr. Presidente: quando uma estrada é asfaltada e começa a ficar esburacada, a possibilidade de acidentes com mortes é muito grande. E é o que nós estamos vendo lá nessas estradas estaduais, inclusive em estrada pedagiada, estrada que foi concessionada, com recurso público do imposto do cidadão mato-grossense. Foi construída e entregue à iniciativa privada, que está cobrando pedágio, e as estradas, esburacadas. Isso é inaceitável!

Por isso, a minha crítica é à administração, à gestão, e não a pessoas. Eu nunca, Sr. Presidente, fui de usar esta tribuna e muito menos de estar lá para xingar ou para falar mal da família de alguém. Não! O meu trabalho aqui é buscar levar recursos para o Mato Grosso. E, se o Governo do estado, que nós apoiamos... Nós, o PL, coligamos. O Presidente Bolsonaro queria que eu fosse o candidato a Governador, insistiu que eu fosse o candidato a Governador, porque na pandemia o Governador teve um total desrespeito, e o Presidente Bolsonaro falou: “Não, esse não dá”. E exatamente eu e o Valdemar, com muito diálogo, mostramos que seria o melhor para Mato Grosso. O nosso posicionamento foi claro: enquanto o Governador Mauro estiver, até o último dia do Governo, nós o apoiaremos. E assim o fizemos,



sem exigir cargo nenhum. E foi bom para Mato Grosso? Foi. O Presidente Bolsonaro, o segundo estado em que ele foi mais votado foi o Mato Grosso. O Governador Mauro foi reeleito no primeiro turno. Eu tive a oportunidade de ser o segundo Senador mais votado da história do Brasil – o segundo mais votado proporcionalmente do Brasil. E tudo isso a bem do Mato Grosso, de a gente construir um estado de mais desenvolvimento e de progresso, e não de briga, de picuinha.

Então, o PL fez a sua parte, nós ajudamos o Governo. Agora o atual Governador tem que assumir as suas posições, não pode ficar escondido na história do outro. A responsabilidade de governar o estado cabe ao atual Governador Pivetta, assim como as prioridades de atender, sim, aqueles que mais precisam, pagar o servidor público.

Servidor público... Quem faz? Não é o Governador. Tem um ditado muito claro: ninguém faz nada sozinho. Então, o servidor público de Mato Grosso hoje está desestimulado. Eu ouvi, essa semana, um depoimento do Presidente da Fecomércio, Wenceslau Júnior, em que ele colocava que realmente é um absurdo o fato de não pagar o RGA do servidor público de Mato Grosso. Sabe o que aconteceu com isso, Sr. Presidente? Deixaram de circular recursos no comércio, principalmente no comércio da capital, visto que o servidor público tem uma força econômica muito grande na capital.

Quando a gente fala capital, é Cuiabá, Várzea Grande, a Baixada Cuiabana, porque hoje a nossa cidade de Várzea Grande, que é a segunda cidade em população de Mato Grosso, tem o sétimo orçamento do estado. É uma cidade que está sofrendo por falta d'água, que está sofrendo por falta de investimento – e água, Sr. Presidente, tem a ver diretamente com a saúde da população.

Então, eu investiria, sim, prioritariamente naquilo que vai trazer qualidade de vida ao cidadão. Acima de tudo, nós temos hoje que dizer que esse estado rico está chegando, Sr. Presidente, a mais de 10% da população, o nível de pobreza. Como é que pode o Estado de Mato Grosso dizer que alguém está passando necessidade, passando fome, que estão morando, que se estão criando favelas na nossa capital, Cuiabá? Já me parece que são mais de seis favelas, e isso é inaceitável.

Por isso, sim, na condição de Senador da República, na minha experiência de seis mandatos como Deputado Federal, duas vezes o mais votado da história de Mato Grosso, e também reeleito Senador, tenho experiência, sim, e vou, aqui da tribuna, cobrar, porque hoje o nosso partido não participa dessa gestão que está lá hoje. Não participamos e não vamos participar. O nosso posicionamento é de oposição ao Governo que está lá.

O PL, por ser o maior partido do Brasil, também hoje o maior partido do Mato Grosso – de oito Deputados Federais, nós temos quatro Deputados Federais –, tem compromisso, sim. É uma decisão do partido nacional ter um candidato a Governador em Mato Grosso. Felizmente, quero aqui agradecer por o meu nome já estar indicado e apoiado pela direção nacional, através do Presidente Valdemar, também pelo diretório estadual, através do Presidente Ananias, e todo o diretório de um modo geral. Então, quero aqui agradecer.

Assim como também teremos um candidato a Senador, está definido: é o José Medeiros, o nosso candidato a Senador da República. Uma vaga só, para exatamente permitir que a gente possa fazer alianças.

A questão da vice-governadoria, vamos definir ainda.

Acima de tudo, nós temos um projeto maior, que é o projeto da eleição do Flávio Bolsonaro. É muito importante, e V. Exa. tem sido aqui um lutador, um homem que vem e fala...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... mostrando exatamente o sofrimento que vive hoje o Presidente Bolsonaro. São dois pesos e duas medidas que nós não



podemos aceitar.

Por isso, nós aqui assinamos, sim... A minha suplente, Senadora Rosana Martinelli, foi autora do projeto da anistia. Nós não concordamos que uma mulher, com apenas um batom, usando-o como arma, que reproduziu uma frase irônica do Ministro do Supremo – “Perdeu, mané” –, esteja condenada a 14 anos de prisão.

Sr. Presidente, é importante que a sociedade saiba que essa mulher, que era uma trabalhadora, uma cabeleireira, sustentava os seus filhos. Com essa mulher na prisão, quem vai cuidar dos filhos dela? O Estado brasileiro? O Estado brasileiro não está dando conta de cuidar, praticamente, das nossas escolas, que estão aí abandonadas, das nossas penitenciárias, que estão com superlotação, e daí para a frente. Então, nós vamos continuar, sim, aqui, lutando.

Assinamos aqui – V. Exa. assinou, eu assinei também – o *impeachment* de Ministro do Supremo e vamos estar discutindo. Porque o importante é que nós fomos eleitos para discutir, votar e analisar caso a caso. Não podemos fugir de discutir, de analisar cada situação.

Eu ouvi o pronunciamento de V. Exa., agora, falando dessa questão do Banco Master. Também chegou ao meu estado, Sr. Presidente. No meu estado, também, os servidores públicos foram roubados: através de consignados dos servidores públicos, assinados pelo Governo do estado, autorização para o Banco Master chegar lá e roubar do servidor público mato-grossense. E não querem pagar o RGA. O servidor foi roubado. O RGA é apenas a correção do salário do servidor, e eles não querem pagar, querem insistir em massacrar o servidor público. Nós não vamos aceitar.

Por isso, nós fizemos aqui, inclusive... Olhem só, fizemos aqui a CPI do INSS. Quando começamos, falávamos que eram R\$2 bilhões e foi para R\$4 bilhões, R\$7 bilhões, R\$8 bilhões. Depois, chegamos ao Banco Master.

O Governo de Brasília, hoje, está, nessa situação... Eu vi aqui a Senadora Leila falando, Senador Izalci, sobre a situação do BRB, sobre a possibilidade de o BRB quebrar. Consequentemente, os servidores do Distrito Federal também poderão ter problemas seríssimos, porque quem acreditou, quem pagou a sua aposentadoria durante 30 anos, 35 anos, hoje vê quebrar a aposentadoria do estado, da União, e o servidor público ficar abandonado. Não dá para aceitar.

Eu agradeço muito a tolerância de V. Exa. Vamos aqui nos colocar na trincheira. O PL, sim, é um partido que está procurando fazer o seu papel de oposição. Eu agradeço muito a confiança de V. Exa., do Senador Izalci e dos outros companheiros do PL, por eu estar lá como o Líder do Bloco Vanguarda. Todas as terças-feiras nos reunimos exatamente para discutir a pauta e o que devemos fazer, o trabalho para a próxima semana.

Muito obrigado. E que Deus nos abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, muitíssimo obrigado, Senador Wellington Fagundes.

O seu pronunciamento é forte, aqui da tribuna do Senado, nesta segunda-feira, dia 15 de junho.

Olha, um dos problemas graves do nosso país também, Senador Wellington, meu querido Izalci, é essa questão do vício em *bets*. O senhor deve estar ouvindo muito isso, vendo o sofrimento do seu povo. Lá no Ceará, é diariamente. Como as pessoas sabem que a gente está aqui, pedem, pelo amor de Deus, para terminar, para acabar, para fazermos um outro projeto, para acabarem com a publicidade.

Olha só a notícia que eu acabo de receber aqui: “Auditora conta a história de irmão que morreu por causa do vício em *bets*”. A profissional baiana se tornou ativista contra as *bets*. E aí tem muitas...

Graças a Deus, não há mal que não venha para um bem maior! Toda essa tragédia que nós acabamos liberando aqui no primeiro ano do Governo Lula, inclusive com o voto da base do Governo Lula, que foi decisivo ali... Nós estamos vendo essa tragédia, mas ao mesmo tempo vendo a sociedade reagir. Olha só a



quantidade de grupos que já se formaram, de grupos que fazem esse trabalho de conscientização... Isso realmente mostra um povo solidário, um povo que não baixa a cabeça a poderosos, o povo brasileiro.

Então, se Deus quiser, Senadores, vamos juntos aqui... Eu sei que os dois Senadores aqui, Izalci e também o Senador Wellington, têm votado para a gente, se não acabar, o que é o nosso desejo, pelo menos, restringir brutalmente essas publicidades das *bets*, trazendo *influencer*... Acabar com isso.

Rapaz, na Copa do Mundo – eu sempre adorei Copa do Mundo –, você vê ali só o pessoal falando de *bets*, só aquelas coisas... Apostas, não sei quê... Rapaz, perdeu! Não é à toa que o Brasil não está bem.

Que Deus nos fortaleça nesta semana!

Um grande abraço.

E eu... O senhor quer...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – De futebol, V. Exa. entende muito bem, né?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, entendo um pouquinho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Do seu Fortaleza, né?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está falando em Fortaleza... Está aí, registrando... Mas a gente é brasileiro, nós temos fé. Vamos acreditar que o Brasil, com todos os seus craques lá...

Falou-se muito da convocação de Neymar. Eu acho que ele é um grande craque, está com problema de saúde, mas acredito – tenho fé em Deus – que a seleção brasileira vai mostrar para nós brasileiros a garra. E a presença do Neymar lá, Sr. Presidente, eu não sou especialista em futebol, mas entendo que era muito importante, até porque um craque, uma pessoa de experiência, que foi recordista em todas as Copas, marcando posições nos seus jogos, principalmente por sua capacidade individual, essa pessoa vai saber, inclusive, orientar os seus companheiros. Por isso eu defendi, sim, a convocação do Neymar, assim como de todos aqueles que foram convocados. E acredito que o técnico saberá, com a sua competência, sua experiência, fazer com que o nosso time possa honrar a nossa tradição.

Todo brasileiro adora, todos os brasileiros dizem que são técnicos, porque querem realmente opinar, mas, é claro, a gente tem que acreditar principalmente nos nossos jogadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Quando eu fui Presidente... O Senador Izalci gosta muito de futebol também, torcedor do Atlético Mineiro. Quando eu fui Presidente do Fortaleza, eu não deixei nem bebida alcoólica entrar em estádio. Eu fazia campanha mesmo contra isso – era um dos poucos dirigentes do Brasil, contava-se nos dedos – e também *bet*. Esse negócio de *bet*, eu lutei muito contra. Pode vir com o dinheiro do mundo, mas você está acabando com um torcedor que vai parar de... Vai se endividar, não vai mais colaborar com o clube, vai sair dos estádios. Por quê? Porque a família dele fica com ojeriza a isso – perde tudo...

Então, que o Brasil tenha juízo com relação a isso!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É a questão dos consignados, né? Aquilo que parece que é bom para o aposentado... Está aí: criam-se quadrilhas especializadas para irem lá roubar os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exato.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, isso realmente é mais um problema que o Brasil vai ter que enfrentar.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – É mais uma armadilha, é isso.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira, dia 16 de junho: sessão de premiações e condecorações, às 10h, destinada à Comenda Santa Dulce dos Pobres.

Estarei aqui nesse horário, porque é uma iniciativa, inclusive, que foi do nosso gabinete, essa comenda que vai ficar aí para a história do Senado. E isso é tudo no voto, tá? Os Senadores votam aqui, os Líderes, para onde vai essa comenda. É um negócio bem democrático mesmo.

E haverá uma sessão também deliberativa ordinária, semipresencial, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, à qual eu agradeço, agradeço à Sabrina e a todos os que aqui estão da Secretaria-Geral da Mesa, sempre muito competentes, e são funcionários exemplares.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Que Deus abençoe todos vocês. Muita paz. Ótima semana!

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 41 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Despacho



A Presidência determina, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 3.804, de 2023, com o Projeto de Lei nº 3.085, de 2026, por tratarem de tema correlato.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a referida comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Prazo: 16.6.2026 a 22.6.2026



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 199, DE 2019

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre a criação de programas de amparo às pessoas idosas e às com deficiência e sobre o estímulo à ação voluntária em programas dessa espécie.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707004&filename=PL-199-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 199/2019 [1 de 5]



Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre a criação de programas de amparo às pessoas idosas e às com deficiência e sobre o estímulo à ação voluntária em programas dessa espécie.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre a criação de programas de amparo às pessoas idosas e às com deficiência e sobre o estímulo à ação voluntária, especialmente dos jovens, em programas dessa espécie.

Art. 2º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23.

.....

§ 2º
.....

IV - às pessoas idosas;

V - às pessoas com deficiência.” (NR)

“Art. 23-A. Na forma do regulamento, o poder público incentivará o serviço voluntário, especialmente das pessoas consideradas jovens nos termos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), em programas de amparo a que se refere o art. 23 desta Lei.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 199/2019 [2 de 5]

3145240

Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 1º Entre outras formas de incentivo, o poder público poderá disponibilizar serviço de acolhimento ao voluntário, de acordo com o regulamento.

§ 2º Em nenhuma hipótese a participação em serviço voluntário será condição para o acesso a serviço de acolhimento.”

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento da seguridade social e constarão de programação orçamentária específica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=A2876A5F0078D7C6>

Avulso do PL 199/2019 [3 de 5]

3145240





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 440/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 199, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para dispor sobre a criação de programas de amparo às pessoas idosas e às com deficiência e sobre o estímulo à ação voluntária em programas dessa espécie”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 11/06/2026 17:51:46.330 - Mesa

DOC n.814/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD260984442300>
As

Avulso do PL 199/2019 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (1993) - 8742/93
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>
- Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013 - Estatuto da Juventude - 12852/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12852>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1827, DE 2019

Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o piso salarial do assistente social.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1724902&filename=PL-1827-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 1827/2019 [1 de 5]



Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o piso salarial do assistente social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o piso salarial do assistente social.

Art. 2º A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-B:

“Art. 5º-B O piso salarial profissional nacional para os Assistentes Sociais será de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais.

§ 1º É vedado:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades da administração pública indireta fixar vencimento inicial para os Assistentes Sociais inferior ao piso salarial profissional nacional estabelecido no *caput* deste artigo, para jornada de trabalho de até 30 (trinta) horas semanais;

II - às entidades privadas não pertencentes à administração pública fixar remuneração para os Assistentes Sociais inferior ao piso salarial profissional nacional estabelecido no *caput* deste artigo, para jornada de trabalho de até 30 (trinta) horas semanais.

§ 2º O valor do piso salarial deverá ser reajustado ao final de cada ano com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).”



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 1827/2019 [2 de 5]

3145242

Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<https://www.camara.gov.br/legislacao/documentos/137777>

Avulso do PL 1827/2019 [3 de 5]

3145242



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 441/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.827, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre o piso salarial do assistente social”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 11/06/2026 17:51:46.330 - Mesa

DOC n.815/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD264312997100>
As

Avulso do PL 1827/2019 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993 - LEI-8662-1993-06-07 - 8662/93
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8662>

Avulso do PL 1827/2019 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2179, DE 2019

Declara o evento Marcha para Jesus bem imaterial e cultural do Brasil.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1730534&filename=PL-2179-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2179/2019 [1 de 4]



Declara o evento Marcha para Jesus bem imaterial e cultural do Brasil.



3133321



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 388/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.179, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Declara o evento Marcha para Jesus bem imaterial e cultural do Brasil”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 10/06/2026 16:47:40.010 - Mesa

DOC n.792/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262288441500>
As

Avulso do PL 2179/2019 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991 - Lei Rouanet (1991) - 8313/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8313>

Avulso do PL 2179/2019 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3391, DE 2019

Altera a Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, para dispor sobre o atendimento psicológico e social prioritário à mulher em casos de perda gestacional, óbito fetal e óbito neonatal, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre a gratuidade do registro de natimorto e sobre a inclusão de nome e prenome por livre opção do declarante.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1761609&filename=PL-3391-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3391/2019 [1 de 5]



Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, para dispor sobre o atendimento psicológico e social prioritário à mulher em casos de perda gestacional, óbito fetal e óbito neonatal, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre a gratuidade do registro de natimorto e sobre a inclusão de nome e prenome por livre opção do declarante.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, para dispor sobre o atendimento psicológico e social prioritário à mulher em casos de perda gestacional, óbito fetal e óbito neonatal, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre a gratuidade do registro de natimorto e sobre a inclusão de nome e prenome por livre opção do declarante.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerado o parágrafo único como § 1º:

“Art. 9º

§ 1º

§ 2º O acompanhamento psicológico e social à mãe, a que se referem os incisos II e IX do caput deste artigo, será prestado com prioridade, sem prejuízo das demais prioridades previstas em lei.”(NR)

Art. 3º O art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), passa a vigorar com as seguintes alterações:



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 3391/2019 [2 de 5]

3145244

Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

"Art. 53.

.....

§ 3º É direito dos pais atribuir nome e prenome ao natimorto, independentemente do tempo gestacional.

.....

§ 5º Aplica-se ao registro de que trata o § 1º deste artigo o disposto no *caput* do art. 30 desta Lei." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 3391/2019 [3 de 5]

3145244



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 442/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.391, de 2019, da Câmara dos Deputados, que "Altera a Lei nº 15.139, de 23 de maio de 2025, para dispor sobre o atendimento psicológico e social prioritário à mulher em casos de perda gestacional, óbito fetal e óbito neonatal, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre a gratuidade do registro de natimorto e sobre a inclusão de nome e prenome por livre opção do declarante".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262049158000>
As

Avulso do PL 3391/2019 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos (1973) - 6015/73

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>

- art53

- Lei nº 15.139 de 23/05/2025 - LEI-15139-2025-05-23 - 15139/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2025;15139>

- art9





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3630, DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para possibilitar a prestação de serviços à comunidade em abrigos de proteção animal.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1766435&filename=PL-3630-2019



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3630/2019 [1 de 4]



Data do Documento: 09/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para possibilitar a prestação de serviços à comunidade em abrigos de proteção animal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o § 2º do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para possibilitar que a prestação de serviços à comunidade ocorra em abrigos de proteção animal.

Art. 2º O § 2º do art. 46 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46.

.....

§ 2º A prestação de serviços à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos, abrigos de proteção animal e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

.....”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20 de maio de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 3630/2019 [2 de 4]

3133322



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 389/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.630, de 2019, da Câmara dos Deputados, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para possibilitar a prestação de serviços à comunidade em abrigos de proteção animal”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 10/06/2026 16:47:40.010 - Mesa

DOC n.793/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD261423699600>
As



Avulso do PL 3630/2019 [3 de 4]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal (1940) - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art46_par2





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2427, DE 2020

Institui a Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1890753&filename=PL-2427-2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2427/2020 [1 de 6]



Data do Documento: 09/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola, com o objetivo de fomentar o uso da motorização elétrica nas cadeias produtivas agropecuárias, que envolve desde a pesquisa, a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a fabricação de geradores, baterias, motores, tratores, veículos, máquinas e equipamentos agrícolas até a expansão sustentável de seu uso.

§ 1º Para os fins desta Lei, as cadeias produtivas agropecuárias incluem a agricultura, a pecuária, a pesca, a aquicultura e os cultivos florestais.

§ 2º A Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola será integrada e articulada com as políticas e os instrumentos estabelecidos nas Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 10.973, de 2 de dezembro de 2004, 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.305, de 2 de agosto de 2010, e 13.755, de 10 de dezembro de 2018, e com as demais políticas e instrumentos correlatos aos objetivos desta Lei, incluída a Política Nacional de Transportes, instituída pela Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola:

I - inovação tecnológica;



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 2427/2020 [2 de 6]

3133327

Data do Documento: 09/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

II - desenvolvimento da indústria automotora elétrica agrícola e da cadeia de suprimentos, de máquinas, de equipamentos associados, de baterias e de peças de reposição;

III - inserção global da indústria automotora elétrica agrícola brasileira;

IV - melhora da produtividade e da competitividade do setor agropecuário;

V - redução do consumo e da dependência de combustíveis fósseis;

VI - aproveitamento das potencialidades locais para a autogeração sustentável de energia elétrica;

VII - responsabilidade ambiental, com a adequada gestão e destinação de resíduos sólidos; e

VIII - articulação e colaboração entre o setor privado e os entes públicos federais, estaduais e municipais.

Art. 3º São instrumentos da Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola:

I - crédito direcionado;

II - regime especial de importação e regramentos de mercado que estimulem investimentos na indústria automotora elétrica agrícola;

III - incentivos fiscais;

IV - investimentos públicos e privados em pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico;

V - formação de mão de obra; e

VI - fóruns, câmaras e conselhos setoriais, públicos e privados.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 2427/2020 [3 de 6]

3133327

Data do Documento: 09/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 4º O poder público federal elaborará plano de ações e de metas para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola.

Parágrafo único. Serão publicados regularmente dados e informações que possibilitem o acompanhamento social da execução do plano de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20 de maio de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=A2876A5F0078D7C6>

Avulso do PL 2427/2020 [4 de 6]

3133327





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 390/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.427, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Política Nacional de Incentivo à Motorização Elétrica Agrícola”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265020662600>
As

Avulso do PL 2427/2020 [5 de 8]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.171, de 17 de Janeiro de 1991 - Lei da Política Agrícola - 8171/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8171>
- Lei nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004 - Lei de Inovação Tecnológica (2004) - 10973/04
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10973>
- Lei nº 12.187, de 29 de Dezembro de 2009 - LEI-12187-2009-12-29 - 12187/09
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;12187>
- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - Lei de resíduos sólidos - 12305/10
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12305>
- Lei nº 13.755, de 10 de Dezembro de 2018 - LEI-13755-2018-12-10 - 13755/18
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13755>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3761, DE 2020

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre medidas de atenção às crianças e aos jovens com deficiência ou enfermidade causadoras de repercussões importantes de ordem estética ou de embaraço social.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1912538&filename=PL-3761-2020



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3761/2020 [1 de 4]



Data do Documento: 09/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre medidas de atenção às crianças e aos jovens com deficiência ou enfermidade causadoras de repercussões importantes de ordem estética ou de embaraço social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 8º-A:

“Art. 8º-A É dever do Estado, da sociedade e da família promover o desenvolvimento emocional saudável de crianças e de jovens com deficiência ou enfermidade com repercussões importantes de ordem estética ou que causem embaraço social.

Parágrafo único. O poder público estimulará, inclusive mediante incentivos fiscais, a produção de materiais didáticos, de livros, de jogos e de brinquedos que ajudem a compreender e a aceitar as condições decorrentes de deficiência ou enfermidade.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20 de maio de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 3761/2020 [2 de 4]

3133399



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 391/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 3.761, de 2020, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre medidas de atenção às crianças e aos jovens com deficiência ou enfermidade causadoras de repercussões importantes de ordem estética ou de embaraço social”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD263728812700>
As

Avulso do PL 3761/2020 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 583, DE 2021

Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para garantir à vítima de violência sexual atendimento prioritário e humanizado pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública e assegurar-lhe tratamento digno e respeitoso em todas as fases da investigação policial, do procedimento investigatório criminal ou do processo penal.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1966996&filename=PL-583-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 583/2021 [1 de 5]



Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para garantir à vítima de violência sexual atendimento prioritário e humanizado pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública e assegurar-lhe tratamento digno e respeitoso em todas as fases da investigação policial, do procedimento investigatório criminal ou do processo penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para garantir à vítima de violência sexual atendimento prioritário e humanizado pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública e assegurar-lhe tratamento digno e respeitoso em todas as fases da investigação policial, do procedimento investigatório criminal ou do processo penal.

Art. 2º A Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3º-A e 3º-B:

“Art. 3º-A A autoridade policial, o Ministério Público e a Defensoria Pública devem garantir à vítima de violência sexual atendimento prioritário e humanizado, observados os princípios do respeito da dignidade da pessoa, da não discriminação, do sigilo e da privacidade.

Parágrafo único. O atendimento a que se refere o *caput* deste artigo deve ser realizado em local que garanta a privacidade da vítima.”

“Art. 3º-B A vítima de violência sexual deve ser tratada com dignidade e respeito em todas



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 583/2021 [2 de 5]

3145246

Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

as fases da investigação policial, do procedimento investigatório criminal ou do processo penal.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3145246>

Avulso do PL 583/2021 [3 de 5]

3145246



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 443/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 583, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para garantir à vítima de violência sexual atendimento prioritário e humanizado pela autoridade policial, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública e assegurar-lhe tratamento digno e respeitoso em todas as fases da investigação policial, do procedimento investigatório criminal ou do processo penal”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 11/06/2026 17:51:46.330 - Mesa

DOC n.817/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD269081521200>
As

Avulso do PL 583/2021 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.845, de 1º de Agosto de 2013 - Lei do Minuto Seguinte - 12845/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12845>

Avulso do PL 583/2021 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4177, DE 2021

Cria a campanha permanente de conscientização, orientação e tratamento da doença falciforme.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2111625&filename=PL-4177-2021



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4177/2021 [1 de 4]



Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria a campanha permanente de conscientização, orientação e tratamento da doença falciforme.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada a campanha permanente de conscientização, orientação e tratamento da doença falciforme.

Art. 2º O poder público promoverá e coordenará a campanha permanente de conscientização, orientação e tratamento da doença falciforme, por meio do planejamento e da execução de ações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 3º São objetivos da campanha de que trata esta Lei:

I - manter, de forma constante, ativa e atualizada, as ações de conscientização sobre a doença falciforme;

II - ampliar a informação e o conhecimento sobre a doença falciforme, suas causas, sintomas e formas de tratamento;

III - incentivar a busca pela conscientização, diagnóstico e tratamento dos pacientes com a doença falciforme.

Art. 4º As ações integrantes da campanha de que trata esta Lei deverão ser acessíveis aos diversos públicos.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 4177/2021 [2 de 4]

3145249

Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 5º O poder público deverá compilar e divulgar de forma organizada as informações e as publicações atualmente disponíveis em diferentes locais, bem como unificar as ações de saúde para as pessoas com a doença falciforme, quando possível, agregando outros materiais e ações assim que estiverem disponíveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 4177/2021 [3 de 4]

3145249



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 444/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.177, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Cria a campanha permanente de conscientização, orientação e tratamento da doença falciforme”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD269890930500>
As

Avulso do PL 4177/2021 [4 de 4]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2071, DE 2022

Denomina Rodovia Raul Anselmo Randon o trecho da rodovia BR-116, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a divisa com o Estado de Santa Catarina.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2198822&filename=PL-2071-2022



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2071/2022 [1 de 3]



Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Denomina Rodovia Raul Anselmo Randon o trecho da rodovia BR-116, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a divisa com o Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Raul Anselmo Randon o trecho da rodovia BR-116, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a divisa com o Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 2071/2022 [2 de 3]

3145252



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 445/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.071, de 2022, da Câmara dos Deputados, que “Denomina Rodovia Raul Anselmo Randon o trecho da rodovia BR-116, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a divisa com o Estado de Santa Catarina”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 11/06/2026 17:51:46.330 - Mesa

DOC n.819/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268354037400>
As



Avulso do PL 2071/2022 [3 de 3]



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 292, DE 2023

Institui a campanha Fevereiro Laranja.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2232951&filename=PL-292-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 292/2023 [1 de 3]



Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Institui a campanha Fevereiro Laranja.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a campanha Fevereiro Laranja, a ser realizada, anualmente, durante o mês de fevereiro, em todo o território nacional, destinada à elaboração de ações educativas de conscientização para o diagnóstico precoce e o tratamento da leucemia, ressaltando a importância da doação de medula óssea.

Art. 2º As atividades desenvolvidas na campanha Fevereiro Laranja poderão contar com a cooperação da iniciativa privada, de entidades civis ou de organizações profissionais ou científicas que, a critério do Poder Executivo, possam prestar esclarecimentos e informações sobre a doença e suas formas de detecção e de tratamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Avulso do PL 292/2023 [2 de 3]

3145255



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 446/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 292, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Institui a campanha Fevereiro Laranja”.

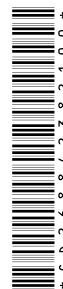
Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268842382100>
As

Avulso do PL 292/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 580, DE 2023

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para submeter a desconstituição da coisa julgada tributária contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral à ação rescisória.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2235963&filename=PL-580-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 580/2023 [1 de 7]



Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera as Leis n°s 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para submeter a desconstituição da coisa julgada tributária contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral à ação rescisória.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis n°s 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para submeter a desconstituição da coisa julgada tributária contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral à ação rescisória.

Art. 2º O art. 28 da Lei n° 9.868, de 10 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 28.

§ 1º A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, tem eficácia contra todos, observado o disposto no § 2º deste artigo, e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>

Avulso do PL 580/2023 [2 de 7]

3145262



Data do Documento: 11/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 2º Se houver acórdão que declare a constitucionalidade de lei tributária, a extensão da sua eficácia aos beneficiários de decisões em sentido diverso transitadas em julgado dependerá do acolhimento da ação rescisória a que se refere o inciso IX do *caput* do art. 966 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).”(NR)

Art. 3º O art. 10 da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.

.....

§ 3º A decisão, ressalvado o § 4º deste artigo, terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do poder público.

§ 4º Se houver acórdão que declare a constitucionalidade, validade ou recepção de lei tributária na ordem jurídica vigente, a extensão da sua eficácia aos beneficiários de decisões em sentido diverso transitadas em julgado dependerá do acolhimento da ação rescisória a que se refere o inciso IX do *caput* do art. 966 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).”(NR)

Art. 4º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 966.



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
http:

Avulso do PL 580/2023 [3 de 7]

3145262

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

.....

IX - contrariar acórdão do Supremo Tribunal Federal que declare a constitucionalidade de lei tributária, proferido em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou no julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.

....." (NR)

"Art. 975.

.....

§ 4º Se fundada a ação no inciso IX do *caput* do art. 966 deste Código, o termo inicial do prazo será a data da publicação, pelo Supremo Tribunal Federal, do acórdão que declarar a constitucionalidade de lei tributária." (NR)

"Art. 1.035.

.....

§ 12. Os efeitos do acórdão que declarar a constitucionalidade de lei tributária em regime de repercussão geral somente atingirão o beneficiário de decisão transitada em julgado em sentido diverso mediante a observância do inciso IX do *caput* do art. 966 deste Código." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.camara.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=115468/2026-17>

Avulso do PL 580/2023 [4 de 7]

3145262

Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=assinado-digitalmente-codigo-verificacao-a2876a5f0078d7c6>

Avulso do PL 580/2023 [5 de 7]

3145262



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 447/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 580, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para submeter a desconstituição da coisa julgada tributária contrária à decisão proferida em controle concentrado ou em sede de repercussão geral à ação rescisória”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 11/06/2026 17:51:46.330 - Mesa

DOC n.821/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD265380270100>
As

Avulso do PL 580/2023 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 9.868, de 10 de Novembro de 1999 - Lei do Controle de Constitucionalidade (1999) - 9868/99
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1999;9868>
 - art28
- Lei nº 9.882, de 3 de Dezembro de 1999 - LEI-9882-1999-12-03 , Lei da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - 9882/99
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1999;9882>
 - art10
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>
 - art966_cpt_inc9





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2898, DE 2023

Inscreve o nome de Antônio Gonçalves Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2282454&filename=PL-2898-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2898/2023 [1 de 3]



Data do Documento: 11/06/2026



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Inscribe o nome de Antônio Gonçalves Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Antônio Gonçalves Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11 de junho de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
[https](https://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx)

Avulso do PL 2898/2023 [2 de 3]

3145261





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 448/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.898, de 2023, da Câmara dos Deputados, que "Inscreve o nome de Antônio Gonçalves Dias no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria".

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infodas.autenticidade.assinaturas.camara.br/C0365000010300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Sr(a) Carlos Veras

Avulso do PL 2898/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3092, DE 2026

(nº 10959/2018, na Câmara dos Deputados)

Altera o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para prever, na organização dos serviços socioassistenciais, a criação de programas de amparo para adultos entre 18 (dezoito) e 59 (cinquenta e nove) anos de idade em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária com vínculos familiares ou comunitários rompidos ou fragilizados e a possibilidade de abrigo em instituições de longa permanência para adultos.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1691222&filename=PL-10959-2018



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3092/2026 [1 de 5]



Data do Documento: 09/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Altera o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para prever, na organização dos serviços socioassistenciais, a criação de programas de amparo para adultos entre 18 (dezoito) e 59 (cinquenta e nove) anos de idade em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária com vínculos familiares ou comunitários rompidos ou fragilizados e a possibilidade de abrigamento em instituições de longa permanência para adultos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23.

.....

§ 2º
.....

IV - aos adultos entre 18 (dezoito) e 59 (cinquenta e nove) anos de idade em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária, cujos vínculos familiares ou comunitários estejam rompidos ou fragilizados.

§ 3º Para os fins do disposto no inciso IV do § 2º deste artigo, é possível o abrigamento em instituições de longa permanência para adultos, no âmbito da proteção social especial a que se



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp?>

Avulso do PL 3092/2026 [2 de 5]

3133704



Data do Documento: 09/06/2026

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

refere o inciso II do *caput* do art. 6º-A desta Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20 de maio de 2026.

HUGO MOTTA
Presidente



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.
<http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?arquivo=3133704>

Avulso do PL 3092/2026 [3 de 5]

3133704



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 386/2026/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 10.959, de 2018, da Câmara dos Deputados, que “Altera o art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para prever, na organização dos serviços socioassistenciais, a criação de programas de amparo para adultos entre 18 (dezoito) e 59 (cinquenta e nove) anos de idade em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária com vínculos familiares ou comunitários rompidos ou fragilizados e a possibilidade de abrigo em instituições de longa permanência para adultos”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD267097081900>
As

Avulso do PL 3092/2026 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (1993) - 8742/93

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1993;8742>

- art23



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 610, DE 2026

Susta os efeitos do Decreto nº 13.016, de 10 de junho de 2026, que cria o Parque Nacional Povos Indígenas do Rio Tanaru, localizado nos Municípios de Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste, no Estado de Rondônia, por exorbitância do poder regulamentar e usurpação de competência legislativa.

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 610/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta os efeitos do Decreto nº 13.016, de 10 de junho de 2026, que cria o Parque Nacional Povos Indígenas do Rio Tanaru, localizado nos Municípios de Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste, no Estado de Rondônia, por exorbitância do poder regulamentar e usurpação de competência legislativa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o Decreto nº 13.016, de 10 de junho de 2026, que dispõe sobre a criação do Parque Nacional Povos Indígenas do Rio Tanaru, localizado nos Municípios de Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo (PDL) tem por finalidade precípua sustar os efeitos do Decreto nº 13.016, de 10 de junho de 2026, editado pelo Poder Executivo Federal, o qual institui o Parque Nacional Povos Indígenas do Rio Tanaru. A iniciativa fundamenta-se na manifesta exorbitância do poder regulamentar por parte do Executivo, com flagrante violação ao princípio da reserva legal e nítida usurpação da competência normativa do Congresso Nacional, gerando um ambiente de insegurança jurídica no campo e severos prejuízos socioeconômicos ao Estado de Rondônia.

O referido ato presidencial cria uma unidade de conservação de proteção integral com área aproximada de 7.638 hectares, abrangendo territórios dos municípios de Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste. Sob o pretexto de resguardar remanescentes florestais em uma zona estratégica de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado, a medida atropela o ordenamento territorial, ignora os direitos individuais de propriedade e desconsidera por completo a realidade socioambiental da região Norte.

Do ponto de vista constitucional, o poder regulamentar conferido pelo art. 84, inciso IV, da Carta Magna, possui natureza estritamente subordinada, instrumental e secundária. O decreto executivo visa tão somente viabilizar a fiel execução da lei, sendo-lhe vedado inovar de forma autônoma na ordem jurídica, instituir obrigações primárias ou subtrair do crivo do Poder Legislativo temas de alta sensibilidade nacional. Ao criar, via decreto, restrições drásticas sobre milhares de hectares, o Poder Executivo exorbita de suas atribuições e interfere indevidamente em matérias reservadas à lei formal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verifica

Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Avulso do PDL 610/2026 [2 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

Ademais, a criação intempestiva da referida unidade de conservação desconsidera o esforço histórico e o protagonismo do Estado de Rondônia na preservação ambiental. Conforme dados oficiais consolidados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Estado de Rondônia já preserva e protege expressivos 46% de todo o seu território, distribuídos de forma consolidada entre: Terras Indígenas (TIs): que somam 25 áreas regularizadas e em fases avançadas de demarcação, ocupando 5.102.012 hectares, o equivalente a 22% da área total do estado. Unidades de Conservação (UCs): que somam 74 unidades federais, estaduais e municipais, abrangendo 5.985.859 hectares, o equivalente a 25% do território rondoniense.

A sobreposição e o excesso de áreas sob proteção ambiental e militar sufocam o desenvolvimento econômico local de diversos municípios. Como exemplos drásticos desta realidade em Rondônia, o município de Guajará-Mirim possui 91,38% de sua área total sob o domínio de áreas preservadas e militares, enquanto o município de Vilhena possui 58,08% de seu território comprometido por idênticas restrições. A imposição do Decreto nº 13.016, de 2026, agrava esse cenário de estrangulamento da produção, gerando preocupação entre os produtores rurais da região e reacendendo disputas sobre a destinação de terras públicas na Amazônia Legal.

Enquanto o setor agropecuário rondoniense cumpre rigorosamente as severas exigências do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) – que impõe a manutenção de até 80% de Reserva Legal nas propriedades rurais da Amazônia –, milhares de famílias de agricultores familiares e produtores rurais legítimos ainda amargam décadas de espera crônica pela regularização fundiária e pela pacificação do campo.

De acordo com o Sistema de Gestão de Fundo (SIGEF/INCRA), a maioria (88%) das ocupações sob domínio do INCRA e da União na Amazônia Legal é constituída por pequenas propriedades de até 4 módulos fiscais, ocupadas por famílias assentadas ou colonos que foram incentivados e instalados de forma precária pelo próprio Governo Federal a partir da década de 1970. Todavia, a baixa celeridade processual administrativa e entraves estatais perpetuam a ilegalidade forçada, privando o homem do campo do acesso a créditos, assistência técnica e dignidade social.

Soma-se a esse cenário de ilegalidade a ausência de uma consulta pública efetiva, prévia e ampla para ouvir a população local e os produtores rurais diretamente impactados. O Poder Executivo ignorou a realidade fática de quem vive e trabalha na terra em todos os municípios em que o parque será implantado: Chupinguaia, Corumbiara, Parecis e Pimenteiras do Oeste. A imposição unilateral de uma reserva desse porte, sem a devida oitiva e participação das comunidades locais, viola preceitos democráticos básicos de governança territorial e anula o debate participativo indispensável para atos de tamanha repercussão social e econômica.

Fica evidente, portanto, a necessidade de retirar dos limites do Parque Nacional as extensões territoriais que já se encontram consolidadas em glebas públicas da União e sob a posse mansa, pacífica e de boa-fé de produtores rurais. Essas áreas de aptidão agrícola e social indiscutíveis reúnem todos os requisitos legais para serem regularizadas e tituladas em favor de seus legítimos ocupantes, conforme os critérios estipulados pela Lei nº 11.952, de 2009.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verificação

Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Avulso do PDL 610/2026 [3 de 5]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

A destinação dessas terras para a regularização fundiária cumpre um duplo papel: garante a segurança jurídica e a dignidade humana no campo, ao mesmo tempo em que serve como o mais eficiente instrumento de polícia territorial, haja vista que obriga o produtor a inscrever-se no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e assumir formalmente a responsabilidade civil e criminal pela preservação da vegetação nativa. Impedir a aplicação de uma lei formal de regularização agrária por meio de decreto presidencial configura claro desvio de finalidade e abuso do poder regulamentar.

Configurada a usurpação de competência e a manifesta exorbitância executiva, evoca-se a aplicação do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, que confere atribuição exclusiva ao Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. A sustação pretendida é medida urgente e indispensável para salvaguardar as prerrogativas do Poder Legislativo, resguardar o direito constitucional de propriedade, amparar os pequenos e médios produtores rurais e garantir a estabilidade jurídica e social no Estado de Rondônia.

Diante do exposto, conclamo os ilustres pares a aprovarem esta proposta.

Sala das Sessões, de junho de 2026.

JAIME BAGATTOLI
Senador da República



Assinado eletronicamente, por Sen. Jaime Bagattoli
Para verificação

Senado Federal – Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 23 - Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli - Telefone: +55 (61) 3303-2714

Avulso do PDL 610/2026 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- urn:lex:br:federal:decreto:2026;13016

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2026;13016>

- Lei nº 11.952, de 25 de Junho de 2009 - LEI-11952-2009-06-25 - 11952/09

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;11952>

- Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 - Código Florestal (2012) - 12651/12

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12651>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3106, DE 2026

Dispõe sobre concessão do benefício de seguro-desemprego ao trabalhador portuário avulso da região da Amazônia Legal que exerça atividade de movimentação de cargas de frutos de açaí durante o período de entressafra.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (PT/AP)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3106/2026 [1 de 8]



PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Dispõe sobre concessão do benefício de seguro-desemprego ao trabalhador portuário avulso da região da Amazônia Legal que exerça atividade de movimentação de cargas de frutos de açaí durante o período de entressafra.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O trabalhador portuário avulso de que trata a Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998, que exerça, como profissão habitual e principal meio de vida, atividade de movimentação de cargas de frutos de açaí em portos da região da Amazônia Legal, fará jus ao benefício do seguro-desemprego durante o período de entressafra.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – profissão habitual e principal meio de vida: a atividade exercida durante o período compreendido entre a entressafra anterior e a em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao da entressafra em curso, o que for menor, da qual tenha resultado a maior parcela da remuneração auferida pelo trabalhador nesse período;

II – atividade portuária de movimentação de cargas: capatazia e estiva, de que tratam os incisos I e II do § 1º do art. 40 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013;

III – período de entressafra do açaí: o intervalo compreendido entre o término da colheita de uma safra e o início da colheita da safra subsequente, a ser fixado em ato do Poder Executivo federal, de forma regionalizada, observadas as particularidades das diferentes localidades produtoras na região da Amazônia Legal.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues
Para verifica

Avulso do PL 3106/2026 [2 de 8]



§ 2º Não fará jus ao benefício de que trata esta Lei o trabalhador que disponha de outras fontes de renda durante a entressafra que, em conjunto, superem o valor de 1 (um) salário-mínimo mensal.

§ 3º É vedada a percepção cumulativa do benefício previsto nesta Lei com:

I – o benefício do seguro-desemprego de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

II – o benefício do seguro-desemprego concedido ao pescador profissional artesanal nos termos da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e

III – benefício previdenciário ou assistencial de prestação continuada, exceto pensão por morte, auxílio-acidente e transferências de renda de que tratam o parágrafo único do art. 6º e o inciso VI do *caput* do art. 203 da Constituição Federal, e o *caput* e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

§ 4º O benefício de que trata este artigo somente será devido ao trabalhador registrado em órgão gestor de mão de obra competente cuja circunscrição abranja porto localizado em Município integrante da região para a qual tenha sido fixado período de entressafra do açaí, nos termos do inciso III do § 1º deste artigo.

Art. 2º O trabalhador portuário avulso será habilitado ao benefício do seguro-desemprego mediante comprovação do atendimento dos requisitos previstos nesta Lei.

§ 1º A comprovação da condição de trabalhador portuário avulso e do exercício, como profissão habitual e principal meio de vida, da atividade portuária de movimentação de cargas de frutos de açaí será realizada mediante informações constantes dos registros do órgão gestor de mão de obra competente.

§ 2º Para fins de concessão do benefício, serão verificadas a manutenção da condição de segurado do Regime Geral de Previdência Social e a observância dos demais requisitos previstos nesta Lei.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PL 3106/2026 [3 de 8]



§ 3º Os órgãos e entidades públicos federais disponibilizarão as informações necessárias à verificação dos requisitos para concessão e manutenção do benefício, as quais poderão ser objeto de cruzamento com bases de dados cadastrais oficiais, nos termos de ato do Poder Executivo federal.

§ 4º Ao requerente do benefício de que trata este artigo será solicitado registro biométrico, nos termos do art. 1º da Lei nº 15.077, de 27 de dezembro de 2024, e inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), sem efeitos quanto ao limite de renda para acesso ao benefício, admitida, para fins de verificação biométrica, a utilização das bases de dados da Justiça Eleitoral e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) até a plena implementação da Carteira de Identidade Nacional.

§ 5º O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) poderá estabelecer outros documentos e meios de comprovação necessários à habilitação ao benefício, para demonstrar o atendimento dos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 3º O benefício de que trata esta Lei corresponderá a 1 (um) salário-mínimo mensal e será devido por até 3 (três) meses durante o período de entressafra do açaí.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado:

I – pela percepção de outras fontes de renda que, em conjunto, superem o valor de 1 (um) salário-mínimo mensal;

II – pela percepção de renda proveniente de benefício inacumulável com o benefício de que trata esta Lei;

III – pela comprovação de falsidade ou fraude para a obtenção ou manutenção do benefício; ou

IV – pela morte do beneficiário.

Art. 5º A utilização de informações ou documentos falsos, bem como a prática de fraude para obtenção ou manutenção do benefício de que trata esta Lei, sujeitará o responsável, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis:



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues
Para verifica

Avulso do PL 3106/2026 [4 de 8]



I – à restituição integral dos valores indevidamente recebidos, atualizados monetariamente e acrescidos dos encargos legais;

II – ao cancelamento do benefício;

III – ao impedimento de requerer o benefício previsto nesta Lei pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da decisão definitiva que reconhecer a fraude, aplicando-se o dobro do prazo em caso de reincidência.

Parágrafo único. Verificados indícios de fraude, as informações pertinentes serão compartilhadas com os órgãos e entidades competentes para apuração dos fatos e adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º A União divulgará, mensalmente, a relação dos beneficiários do seguro-desemprego de que trata esta Lei, contendo, no mínimo, o nome do beneficiário, o Município de residência e o órgão gestor de mão de obra responsável por seu registro, vedada a divulgação do endereço completo ou de informações que permitam a identificação específica de seu domicílio.

Art. 7º O benefício do seguro-desemprego previsto nesta Lei será custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A cadeia produtiva do açaí desempenha papel de elevada relevância econômica, social e cultural na Amazônia Legal, consolidando-se como uma das principais atividades geradoras de renda e dinamizadoras das economias locais. O crescimento da demanda nacional e internacional pelo fruto tem impulsionado a atividade portuária associada à sua movimentação, especialmente nas etapas de escoamento e distribuição, nas quais atuam trabalhadores portuários avulsos cuja força de trabalho é indispensável ao funcionamento do setor.

Entretanto, a atividade é marcada por acentuada sazonalidade. A produção do açaí concentra-se em períodos específicos do ano, intercalados por



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues
Para verifica

Avulso do PL 3106/2026 [5 de 8]



fases de entressafra em que há sensível redução ou mesmo paralisação das atividades econômicas a ela vinculadas. Essa oscilação impacta diretamente a renda dos trabalhadores que dependem dessa cadeia produtiva, comprometendo a estabilidade financeira de milhares de famílias amazônicas.

No caso dos trabalhadores portuários avulsos, a situação é ainda mais sensível. Embora formalmente inseridos no sistema de trabalho portuário organizado, esses profissionais não mantêm vínculo empregatício contínuo e, por isso, não têm acesso ao seguro-desemprego nos moldes da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Configura-se, assim, uma lacuna legislativa que desprotege justamente um segmento de trabalhadores submetido à intermitência de renda decorrente de fatores estruturais da atividade econômica em que atuam.

Diante desse cenário, este Projeto de Lei busca assegurar, durante o período de entressafra do açaí, a concessão de seguro-desemprego aos trabalhadores portuários avulsos que tenham na movimentação dessa carga seu principal meio de subsistência e que não disponham de outra fonte de renda na entressafra. O benefício consiste em três parcelas mensais no valor de um salário-mínimo, a exemplo do seguro-desemprego concedido ao pescador profissional artesanal, conforme a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. No entanto, os mecanismos de controle são mais robustos no caso do trabalhador portuário avulso.

A comprovação dos requisitos será realizada a partir de informações constantes dos registros do órgão gestor de mão de obra competente e dos órgãos e entidades públicos federais, o que reduz imensamente a margem para irregularidades e fraudes. Não obstante, o projeto apresenta as sanções aplicáveis aos casos de utilização de informações ou documentos falsos e práticas de fraude de qualquer natureza para obtenção ou manutenção do benefício. O controle social também será facilitado, pois o Poder Executivo publicará mensalmente a relação de beneficiários, como já faz no caso de outras políticas sociais.

Dessa forma, a iniciativa contribui para o fortalecimento da proteção social dos trabalhadores, para a redução da vulnerabilidade econômica na Amazônia Legal e para a valorização de uma cadeia produtiva estratégica para o País, sem afastar os mecanismos de controle e transparência necessários à adequada gestão dos recursos públicos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PL 3106/2026 [6 de 8]



Em relação ao aspecto orçamentário e financeiro da proposição, o art. 7º do projeto indica como fonte de custeio o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que vem apresentando resultados superavitários em montante suficiente para absorver o pequeno acréscimo na despesa decorrente da medida (anexo IV.14 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026), para fins de atendimento ao disposto no § 5º do art. 195 da Constituição. Em consonância com o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estima-se que o projeto acarretará um incremento na despesa de R\$ 9,9 milhões em 2027, R\$ 10,5 milhões em 2028 e R\$ 11,1 milhões em 2029. Essas estimativas são obtidas multiplicando-se o número total de trabalhadores portuários avulsos nos estados da Amazônia Legal registrados na Relação Anual de Informações Sociais de 2025 (1.899) pelo valor anualizado do benefício (três vezes a projeção oficial do salário-mínimo constante da Grade de Parâmetros Macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda).

Registra-se que esses montantes são inferiores a um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2025, circunstância que afasta a necessidade de adoção das medidas de compensação previstas no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos do § 9º do art. 140 da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026). Desse modo, evidencia-se a compatibilidade da proposta com as normas fiscais vigentes, sem prejuízo do equilíbrio das contas públicas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição. Trata-se de medida necessária para promover justiça social e reduzir os efeitos da sazonalidade sobre as famílias trabalhadoras da Amazônia.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



Assinado eletronicamente, por Sen. Randolfe Rodrigues

Para verifica

Avulso do PL 3106/2026 [7 de 8]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT-1988-10-05 , Disposições Transitórias da Constituição Federal - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
 - art113
- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art6_par1u
 - art195_par5
 - art203_cpt_inc6
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) - 101/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
 - art16
- Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - Lei do Seguro-Desemprego - 7998/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;7998>
- Lei nº 9.719, de 27 de Novembro de 1998 - Lei do Trabalho Portuário - 9719/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998;9719>
- Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003 - Lei do Seguro-Defeso (2003) - 10779/03
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10779>
- Lei nº 10.835, de 8 de Janeiro de 2004 - Lei Suplicy - 10835/04
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2004;10835>
 - art1_cpt
 - art1_par1
- Lei nº 12.815, de 5 de Junho de 2013 - Lei dos Portos (2013) - 12815/13
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2013;12815>
 - art40_par1_inc1
 - art40_par1_inc2
- Lei nº 15.077 de 27/12/2024 - LEI-15077-2024-12-27 - 15077/24
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024;15077>
 - art1
- Lei nº 15.321 de 31/12/2025 - LEI-15321-2025-12-31 , Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 15321/25
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2025;15321>
 - art140_par9





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3108, DE 2026

Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer a obrigatoriedade da constituição de garantia financeira da entrega do empreendimento, tornar compulsório o regime de patrimônio de afetação e aperfeiçoar os instrumentos de acompanhamento da evolução do empreendimento na incorporação imobiliária.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3108/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer a obrigatoriedade da constituição de garantia financeira da entrega do empreendimento, tornar compulsório o regime de patrimônio de afetação e aperfeiçoar os instrumentos de acompanhamento da evolução do empreendimento na incorporação imobiliária.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 32 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 32.**

q) prova da constituição de garantia financeira para execução do empreendimento, em valor correspondente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do custo global da obra estimado conforme a alínea “h” do *caput* desse artigo, com validade até a conclusão do objeto da incorporação ou a desistência lícita do incorporador, por meio de uma destas opções:

1. caução em dinheiro;
2. caução em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
3. seguro-garantia; ou
4. fiança bancária.

.....” (NR)

Art. 2º Os arts. 31-A e 31-B da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:



Senado Federal, Gabinete do Senador Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - S12 - 70165-900 - Brasília - DF
Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim
Telefone: +55 (61) 3202 5222 Fax: +55 (61) 3202 5225 Site: www.senadopaum.com.br
Para verificação
Avulso do PL 3108/2026, [2 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

“**Art. 31-A.** A incorporação será obrigatoriamente submetida ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, manter-se-ão apartados do patrimônio do incorporador e constituirão patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.

.....” (NR)

“**Art. 31-B.** O patrimônio de afetação será constituído mediante averbação, de termo firmado pelo incorporador, juntamente com o arquivamento e registro do memorial de incorporação no Registro de Imóveis.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 48 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 48.**

§ 1º O Projeto, o memorial descritivo das edificações e o cronograma de execução da obra farão parte integrante e complementar do contrato.

§ 2º Do contrato deverá constar a data limite para o início das obras, a prazo da entrega das obras e as condições e formas de eventuais prorrogações.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto visa promover aperfeiçoamentos significativos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a incorporação imobiliária.

A proposta foi uma demanda dos compradores do empreendimento imobiliário “Mirantes do Parque”, em Canoas/RS, devido aos problemas enfrentados, no qual os consumidores sofreram enormes prejuízos.



Senado Federal - Gabinete do Senador Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - S12 - 70165-900 - Brasília - DF
Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim
Telefone: +55 (61) 3202 5222 Fax: +55 (61) 3202 5225 Site: www.senadopaim.com.br
Para verificação: Avulso do PL 3108/2026, [3 de 6]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

O objetivo central é conferir maior segurança jurídica e proteção aos adquirentes de unidades em construção, mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, transparência e garantia da entrega dos empreendimentos.

Propomos, inicialmente, a exigência legal de o incorporador contratar **garantia mínima** correspondente a 5% (cinco por cento) do custo global da obra. O objetivo é assegurar uma reserva de recursos para auxiliar a conclusão do empreendimento, mitigando os riscos correntes desse tipo de negócio em situações de crise. Estabelecemos que a garantia deverá constar do memorial de incorporação, para propiciar aos potenciais adquirentes conhecimento da existência da garantia.

A segunda medida é tornar **obrigatória a constituição do regime de patrimônio de afetação** na incorporação imobiliária.

A ideia é afastar o caráter facultativo desse importante instrumento, que permite a constituição de um patrimônio especial segregado do incorporador e que servirá exclusivamente para concluir o empreendimento, blindando os recursos obtidos com a incorporação e que servem para financiamento da incorporação. Com isso, há segurança de que esses recursos não sejam utilizados para débitos de responsabilidade do incorporador com origem diversa.

Como se trata de instrumento de garantia do interesse preponderante dos adquirentes, nada justifica que ele seja constituído apenas “a critério do incorporador”, pessoa com interesse conflitante com o do adquirente na lógica adversarial do negócio.

Além disso, com a universalização do patrimônio de afetação, os adquirentes terão a vantagem de dispor de maiores instrumentos para fiscalização da obra, já que nesse caso incidirá, por exemplo, o inciso IV do art. 31-D, que estabelece a obrigatoriedade de o incorporador fornecer, à Comissão de Representantes, ao menos trimestralmente, demonstrativo do estado da obra e da sua correspondência com o prazo pactuado e os recursos financeiros que integrem o patrimônio de afetação recebidos no período.



Senado Federal - Gabinete do Senador Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - S12 - 70165-900 - Brasília - DF
Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim
Telefone: +55 (61) 3303 5222 Fax: +55 (61) 3303 5225 Site: www.senadopaим.com.br Avulso do PL 3108/2026, [4 de 6]
Para verificação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Nessa mesma linha, a terceira e última medida visa alterar o art. 48 para estabelecer obrigatoriedade de fazer constar no contrato o **cronograma da obra e prazo de início e entrega das obras**, a fim de que essas questões sejam fiscalizadas pelos interessados.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM



Senado Federal - Gabinete do Senador Paulo Paim - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 22º Andar - SI 2 - 70165-900 - Brasília - DF
Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim
Telefone: +55 (61) 3303 5222 Fax: +55 (61) 3303 5225 Site: www.senadopaим.com.br Avulso do PL 3108/2026, [5 de 6]
Para verificação



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964 - Lei do Condomínio; Lei de Incorporações;
Lei de Incorporações Imobiliárias - 4591/64

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1964;4591>

- art31-1

- art31-2

- art32

- art48



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 2026

Institui a Região Integrada de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu – RIDE Araguaia-Xingu e cria o Programa Especial de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 174/2026 [1 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2026

Institui a Região Integrada de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu – RIDE Araguaia-Xingu e cria o Programa Especial de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu – RIDE Araguaia-Xingu, com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados de Mato Grosso e Pará e dos Municípios que a integram.

Art. 2º Integram a RIDE Araguaia-Xingu os seguintes Municípios:

I – no Estado do Pará:

- a) Jacareacanga;
- b) Novo Progresso;
- c) Altamira;
- d) São Félix do Xingu;
- e) Cumaru do Norte;
- f) Santana do Araguaia;

II – no Estado de Mato Grosso:



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 174/2026 [2 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

- a) Santa Terezinha;
- b) Santa Cruz do Xingu;
- c) Vila Rica;
- d) Peixoto de Azevedo;
- e) Guarantã do Norte;
- f) Paranaíta;
- g) Alta Floresta;
- h) Matupá;
- i) Novo Mundo.

Art. 3º Consideram-se de interesse da RIDE Araguaia-Xingu os serviços públicos comuns aos entes federativos envolvidos, especialmente aqueles relacionados a:

- I – infraestrutura de transportes e logística;
- II – saúde pública;
- III – educação;
- IV – segurança pública;
- V – regularização fundiária;
- VI – conectividade digital e telecomunicações;
- VII – energia;



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 174/2026 [3 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

VIII – agricultura, pecuária, aquicultura e desenvolvimento rural;

IX – meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

X – desenvolvimento econômico regional.

Art. 4º Fica criado o Programa Especial de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu, com a finalidade de promover a integração regional e a redução das desigualdades socioeconômicas da área abrangida pela RIDE.

Art. 5º A União coordenará as ações a serem desenvolvidas no âmbito da RIDE Araguaia-Xingu, observadas as competências constitucionais dos Estados e Municípios envolvidos.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar, dispondo sobre a coordenação administrativa, os mecanismos de articulação institucional e os instrumentos necessários à implementação da RIDE Araguaia-Xingu.

Art. 7º A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu não altera limites territoriais, não importa reconhecimento de domínio territorial e não interfere em controvérsias administrativas ou judiciais existentes entre os Estados de Mato Grosso e Pará.

Art. 8º A coordenação das ações federais no âmbito da RIDE Araguaia-Xingu será exercida por Conselho Administrativo, vinculado ao Poder Executivo federal, na forma do regulamento.

Art. 9º O Conselho Administrativo da RIDE Araguaia-Xingu terá composição paritária e participação de representantes da União, dos Estados de Mato Grosso e do Pará e dos Municípios integrantes, assegurada a presença dos seguintes órgãos e entidades federais:

I – Casa Civil da Presidência da República;



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 174/2026 [4 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

II – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

III – Ministério dos Transportes;

IV – Ministério da Agricultura e Pecuária;

V – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

VI – Ministério da Justiça e Segurança Pública;

VII – Ministério da Saúde;

VIII – Ministério da Educação;

IX – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia –
SUDAM;X – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste –
SUDECO;XI – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –
INCRA;

XII – Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI.

Art. 10. Compete ao Conselho Administrativo da RIDE
Araguaia-Xingu:

I – aprovar o Plano Regional de Desenvolvimento Integrado;

II – estabelecer prioridades de investimento e diretrizes para a
atuação integrada dos entes federativos;

III – articular programas, projetos e ações de interesse comum;



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros
Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 174/2026 [5 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

IV – acompanhar a execução das políticas públicas federais, estaduais e municipais no âmbito da RIDE;

V – propor convênios, acordos de cooperação, contratos de repasse, consórcios públicos e outros instrumentos de cooperação federativa;

VI – monitorar metas, indicadores e resultados das ações implementadas;

VII – propor medidas destinadas à redução de desigualdades regionais e à melhoria da prestação de serviços públicos;

VIII – elaborar relatórios periódicos de acompanhamento e avaliação.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por finalidade autorizar a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Araguaia-Xingu – RIDE Araguaia-Xingu e instituir o respectivo Programa Especial de Desenvolvimento, como instrumento de cooperação federativa voltado à articulação de políticas públicas, à redução de desigualdades regionais e ao fortalecimento da presença do Estado em área estratégica da Amazônia Legal.

A iniciativa inspira-se no modelo adotado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, originária de proposição apresentada pelo então Senador Iris Rezende, que autorizou a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF e instituiu o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros
Para verificação

Avulso do PLP 174/2026 [6 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

À época, o Congresso Nacional reconheceu que determinadas regiões brasileiras apresentam dinâmica econômica, social, urbana e administrativa que ultrapassa os limites formais dos entes federativos, exigindo atuação coordenada da União, dos Estados e dos Municípios. A solução então adotada foi a criação de um instrumento de cooperação federativa capaz de integrar políticas públicas, racionalizar investimentos e enfrentar desigualdades regionais, sem alterar competências constitucionais nem comprometer a autonomia dos entes envolvidos.

A realidade observada na região do Araguaia-Xingu revela características semelhantes. Os Municípios abrangidos por esta proposta compõem uma área de forte integração econômica, logística, social e ambiental, marcada por relações produtivas intensas, circulação de pessoas e mercadorias, demandas comuns por infraestrutura e serviços públicos, além de desafios compartilhados nas áreas de saúde, educação, segurança pública, regularização fundiária, conectividade, desenvolvimento agropecuário e proteção ambiental.

Trata-se de região situada em faixa de divisa entre os Estados de Mato Grosso e Pará, com Municípios diretamente vinculados à dinâmica territorial, produtiva e administrativa do extremo norte mato-grossense e do sul paraense. A linha de divisa estadual projeta-se de oeste para leste, desde a região dos rios Teles Pires/São Manuel até o Rio Araguaia.

A necessidade de atuação coordenada do poder público torna-se ainda mais evidente diante da controvérsia territorial existente entre os Estados de Mato Grosso e Pará, atualmente submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal no âmbito da Ação Rescisória nº 2.964, desdobramento da Ação Cível Originária nº 714. A discussão envolve a definição de limites estaduais em extensa área da Amazônia Legal, com potenciais repercussões administrativas, econômicas, fiscais e sociais para Municípios situados ao longo da faixa de fronteira entre os dois Estados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 174/2026 [7 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Nesse contexto, a criação da RIDE Araguaia-Xingu permite que a União, os Estados e os Municípios atuem de forma coordenada na região, independentemente do tempo necessário à solução definitiva da controvérsia territorial pelo Supremo Tribunal Federal. A medida contribui para organizar a presença do poder público, orientar investimentos e assegurar maior estabilidade à execução de políticas públicas em benefício da população local.

A proposição pretende instituir um mecanismo permanente de articulação federativa entre a União, os Estados de Mato Grosso e Pará e os Municípios integrantes da região, destinado a promover planejamento integrado, coordenação de políticas públicas e execução conjunta de ações voltadas ao desenvolvimento regional. Esse arranjo preserva a competência do Supremo Tribunal Federal para a definição da controvérsia territorial em curso e assegura que a população local continue recebendo atenção coordenada do poder público.

A criação da RIDE Araguaia-Xingu permitirá a formulação de um Plano Regional de Desenvolvimento Integrado, a definição de prioridades de investimento e a articulação de programas, projetos e ações nas áreas de infraestrutura logística, saúde, educação, segurança pública, regularização fundiária, conectividade digital, energia, desenvolvimento agropecuário, preservação ambiental e geração de emprego e renda.

Além disso, a instituição de um Conselho Administrativo com participação da União, dos Estados de Mato Grosso e Pará e dos Municípios integrantes assegura governança adequada para enfrentar problemas que, por sua natureza, não se limitam às fronteiras formais de um único ente federativo. A presença de órgãos federais diretamente relacionados à integração regional, ao desenvolvimento econômico, à logística, à agricultura, ao meio ambiente, à segurança pública, à regularização fundiária e à proteção de povos indígenas reforça o caráter transversal e estratégico da proposta.



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 174/2026 [8 de 10]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

A RIDE Araguaia-Xingu representa, portanto, uma alternativa institucional responsável para uma região marcada por integração econômica real, desafios administrativos comuns e relevante controvérsia federativa. A proposição oferece caminho de cooperação, planejamento e estabilidade, em benefício direto da população local, sem interferir na apreciação da matéria pelo Supremo Tribunal Federal.

Diante do exposto, submetemos a presente proposição à apreciação dos nobres Parlamentares, certos de sua relevância para a integração de políticas públicas, o fortalecimento da cooperação federativa, a ampliação da presença do Estado e a promoção do desenvolvimento regional sustentável na Amazônia Legal.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

Senador ZEQUINHA MARINHO



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes e outros

Para verifica

Avulso do PLP 174/2026 [9 de 10]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 94, de 19 de Fevereiro de 1998 - Lei da Ride; Lei da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - 94/98
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:1998;94>



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 460, DE 2026

Requer a oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor sobre o Projeto de Lei nº 4.425/2025.

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 460/2026 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, X; art 91; art 102-A; e art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 4425/2025, que “altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e dá outras providências, para dispor sobre a alimentação adequada e saudável aos indivíduos hospitalizados”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a **Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC**.

JUSTIFICAÇÃO

De antemão, salientamos que o projeto foi despachado inicialmente para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. Em abril de 2026, a matéria, que tinha ido ao Plenário do Senado Federal para recebimento de emendas, retornou à Comissão de Assuntos Sociais, para reexame das emendas. Contudo, o projeto em análise também dispõe acerca de temas conexos com a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Conforme versa o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a CTFC está incumbida de analisar proposições que versem sobre: “prestação eficaz, efetiva



e eficiente dos serviços públicos” (Art. 102-A, II, c); e defesa do consumidor (Art. 102-A, III).

O PL 4425/2025 altera a Lei nº 11.346/2006 (SISAN), vedando os alimentos tidos como “ultraprocessados” nas refeições hospitalares e priorizando alimentos *in natura* para pacientes e acompanhantes. Essa medida impacta diretamente aspectos econômicos, técnicos, sanitários e financeiros em torno da prestação do serviço público, a destacar:

- Custos hospitalares e compras públicas: obriga a reestruturação de cardápios no SUS (Lei 8.080/90), o que eleva despesas com fornecedores de alimentos frescos e afeta o processo de licitações (RDC 216/2004 ANVISA);
- Fiscalização de políticas públicas: envolve o monitoramento do Executivo na PNAN e SISAN (Decreto 7.272/2010), o que demanda a análise orçamentária e de eficiência econômica da política de alimentação proposta e, conseqüentemente, a prestação do serviço público hospitalar;
- Controle sanitário e de qualidade: os alimentos tidos como “ultraprocessados” são produzidos com rigoroso controle de qualidade, trazendo vantagens práticas, sanitárias e nutricionais para pacientes, acompanhantes e a própria administração hospitalar, considerando o menor risco de contaminação microbiológica; a praticidade de consumo, bem como facilidade para a logística da cozinha hospitalar; o apoio a dietas especiais, como fórmulas adaptadas a necessidades clínicas; e a facilidade de armazenamento, por maior tempo e com redução do desperdício.

Dessa forma, há pertinência temática clara para inclusão da CTFC no rol de comissões de mérito, a fim de garantir exame integral dos impactos da matéria.



Pelo exposto, solicitamos o redespacho do projeto, de modo a incluir a CTFC no rol de comissões incumbidas de apreciar o mérito da proposição.

Sala da Comissão, 9 de junho de 2026.

Senador Luis Carlos Heinze
(PP - RS)

SF/26325.35540-19 (LexEdit*)



Foi apresentado o Requerimento nº 460, de 2026, do Senador Luis Carlos Heinze, de oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para o Projeto de Lei nº 4.425, de 2025.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.



RESOLUÇÕES





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2026

Autoriza o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), com garantia da União, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, autorizado a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), com garantia da União, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito externo de que trata o **caput** deste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Transformação Digital e Cidade Inteligente de Caxias do Sul – Prodigital Caxias do Sul.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Caxias do Sul (RS);
- II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
- III – garantidor: União;
- IV – valor da operação: US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – valor da contrapartida: US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- VI – juros e atualização monetária: Secured Overnight Financing Rate (SOFR) acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;
- VII – destinação: Programa de Transformação Digital e Cidade Inteligente de Caxias do Sul – Prodigital Caxias do Sul;



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 15/06/2026

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5101956520>





SENADO FEDERAL

VIII – cronograma de liberações inicialmente previstas: US\$ 2.150.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025; US\$ 9.610.000,00 (nove milhões, seiscentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026; US\$ 11.610.000,00 (onze milhões, seiscentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027; US\$ 9.915.000,00 (nove milhões, novecentos e quinze mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2028; e US\$ 6.715.000,00 (seis milhões, setecentos e quinze mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;

IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 130.000,00 (cento e trinta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025; US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2026; US\$ 2.845.000,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027; US\$ 2.845.000,00 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2028; e US\$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;

X – prazo total: 216 (duzentos e dezesseis) meses;

XI – prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;

XII – prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta) meses;

XIII – sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;

XIV – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XV – demais encargos:

a) comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

b) comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;

c) gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

d) juros de mora: acréscimo de 2 % a.a. (dois por cento ao ano) à taxa de juros do empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos e das contrapartidas deverão ser ajustadas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, podendo ser alteradas conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** deste artigo é condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo de que trata esta Resolução;

II – à comprovação, junto ao Ministério da Fazenda, da regularidade do ente com relação ao pagamento de precatórios;

III – à celebração de contrato entre o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e a União para a concessão de contragarantias, utilizando-se das



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 15/06/2026

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5101956520>



**SENADO FEDERAL**

receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como de outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



gsl/prs26-018

Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 15/06/2026

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5101956520>



**SENADO FEDERAL**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2026

Autoriza o Município de Fortaleza, Estado do Ceará, a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Fortaleza, Estado do Ceará, autorizado a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento (CAF), com garantia da União, no valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se a financiar parcialmente o Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Fortaleza (CE);
- II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
- III – garantidor: União;
- IV – valor da operação: US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – valor da contrapartida: US\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América);
- VI – juros e atualização monetária: Secured Overnight Financing Rate (SOFR) acrescida de margem fixa a ser determinada na data da assinatura do contrato;
- VII – destinação: Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza;
- VIII – liberações previstas: US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2026; US\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2027; US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2028; e US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;
- IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026; US\$ 11.250.000,00 (onze milhões, duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027; US\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares dos



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 15/06/2026

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9636001540>





SENADO FEDERAL

Estados Unidos da América) em 2028; e US\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2029;

X – prazo total: 216 (duzentos e dezesseis) meses;

XI – prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;

XII – prazo de amortização: 150 (cento e cinquenta) meses;

XIII – sistema de amortização: Sistema de Amortização Constante;

XIV – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XV – demais encargos:

a) comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

b) comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo;

c) gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

d) juros de mora: acréscimo de 2% a.a. (dois por cento ao ano) à taxa de juros do empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Fortaleza, Estado do Ceará, na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** deste artigo é condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições de efetividade cabíveis e aplicáveis à operação de crédito externo de que trata esta Resolução;

II – à comprovação, junto ao Ministério da Fazenda, da regularidade do ente com relação ao pagamento de precatórios;

III – à celebração de contrato entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará, e a União para a concessão de contragarantias, utilizando-se das receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como de outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

gsl/prs26-019

Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 15/06/2026

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9636001540>

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

PSD - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

PODEMOS - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PSD - Carlos Viana*
PSB - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro*
UNIÃO - Jayme Campos*
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Camilo Santana**

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
PL - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
AVANTE - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Hermes Klann** (S)

Alagoas

PSDB - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Renan Filho**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
PL - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PSB - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 21

PSD-14 / PSB-7

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Carlos Fávaro.	PSD / MT
Carlos Viana.	PSD / MG
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fernando Dueire.	PSD / PE
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSB / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Soraya Thronicke.	PSB / MS
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 18

PL-16 / NOVO-1 / AVANTE-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Efraim Filho.	PL / PB
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Hermes Klann.	PL / SC
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Marcos do Val.	AVANTE / ES
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Sergio Moro.	PL / PR
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Democracia - 18

MDB-9 / UNIÃO-3 / PODEMOS-3 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Dra. Eudócia.	PSDB / AL
Eduardo Braga.	MDB / AM
Giordano.	PODEMOS / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO

Renan Calheiros.	MDB / AL
Renan Filho.	MDB / AL
Styverson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 13

PP-7 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 11

PT-9 / PDT-2

Beto Faro.	PT / PA
Camilo Santana.	PT / CE
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	21
Bloco Parlamentar Vanguarda.	18
Bloco Parlamentar Democracia.	18
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	11
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Dueire* (PSD-PE)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)	Giordano* (PODEMOS-SP)	Paulo Paim* (PT-RS)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Hermes Klann** (PL-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Camilo Santana** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Irajá* (PSD-TO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Renan Filho** (MDB-AL)
Carlos Viana* (PSD-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Pacheco* (PSB-MG)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Romário** (PL-RJ)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Sergio Moro** (PL-PR)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PSB-MS)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dra. Eudócia* (PSDB-AL)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Efraim Filho** (PL-PB)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (AVANTE-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2ª Roberta Acioly - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PSB-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 21 Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54) Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53) Líder do PSB - 7 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 18 Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123) Líder do MDB - 9 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Líder do UNIÃO - 3 Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102,122,123) Vice-Líder do UNIÃO Jayme Campos (93,125) Líder do PODEMOS - 3 Giordano (86,119) Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Dra. Eudócia (124)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO/AVANTE) - 18 Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) Líder do PL - 16 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jaime Bagattoli (82,90) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38) Líder do AVANTE - 1 Marcos do Val (30,120)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13 Líder Dr. Hiran - PP (71) Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)	Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 11 Líder Weverton - PDT (20,62,72) Líder do PT - 9 Teresa Leitão (35,64,99,106,116) Vice-Líderes do PT Camilo Santana (117) Beto Faro (28,118) Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)	Maioria Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)	Bancada Feminina Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104,111) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Leila Barros (79)
Oposição Líder Rogério Marinho - PL (50,70) Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mecias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLID/GLREPUBL).
114. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
115. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
116. Em 07.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
117. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
118. Em 07.04.2026, o Senador Beto Faro foi designado 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
119. Em 09.04.2026, o Senador Giordano foi designado Líder do Podemos (Of. nº 01/2026-GLPODEMOS).
120. Em 13.04.2026, o Senador Marcos do Val foi designado Líder do Partido AVANTE (Of. nº 006/2026-GSMVAL).
121. Em 14.04.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 0008/2026-GSPVALER).
122. Em 14.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do União Brasil (Of. nº 43/2026-GLUNIAO).
123. Em 15.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 48/2026-GLUNIAO).
124. Em 15.04.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 009/2026-GSPVALER).
125. Em 16.04.2026, o Senador Jayme Campos foi designado 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 51/2026-GLUNIAO).
126. Em 05/05/2026, o Senador Jorge Seif deixa de exercer a função de vice-líder do Partido Liberal pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (PL-PR) (1)	1.
	2.

Notas:
1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

Prazo final prorrogado: 13/08/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

VAGO ^(2,4)

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).
4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".

ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

Prazo prorrogado: 22/12/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). ([DSF de 24/09/2025, p. 5](#))

2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL
PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.**

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DA PEDOFILIA - 2026

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIPED

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Renan Filho (MDB-AL) ^(1,10,25,31)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
VAGO ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,30)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,19,29)	3. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(9,26)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,28)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,20,24,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22,23)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(11,22,23)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,22,23)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,12,28)

Notas:
*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.
1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).
23. Em 24.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Angelo Coronel foram designados membros titulares, e a Senadora Damares Alves, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).
24. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
25. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 020/2026-BLPBRA).
27. Em 08.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 018/2026-GABLD/BLALIAN).
28. Em 01.06.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que passa a 4ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 032/2026-GABLD/BLALIAN).
29. Em 10.06.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 53/2026-BLVANG).
30. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 045/2026-GSEGAMA).
31. Em 11.06.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 36/2026-BLDEMO).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19
Telefone(s): 6133033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,32,39,40,42,43)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,36,41)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))



10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 21.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLEMO). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLEMO). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA).
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA).
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG).
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
39. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
40. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 028/2026-BLVANG).
41. Em 28.04.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 032/2026-BLVANG).
42. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
43. Em 13.05.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2026-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

Notas:

- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12,50)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,12,47)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12,50)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. VAGO ^(9,12,47)
Senador Renan Filho (MDB-AL) ^(3,12,50)	5. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,12)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,12,47)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12,40,41,51,54)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12,40,41,51,54)	8. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ^(10,12,45,56)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(11,12,47)	9. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,48,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ^(4,27)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(4,31,33,34,36,49)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,53,57)	1. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,55)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,52,58)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(5,46)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,44)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(6,38,39,59)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11,42,43)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11,43)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 23](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))
38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))
39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))
40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))
41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO).
42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
44. Em 01.04.2026, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2026-BLPBRA).
45. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
46. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 021/2026-BLPBRA).
47. Em 07.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a compor a comissão como membro suplente; e o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 017/2026-BLDEMO).
48. Em 09.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 026/2026-GSEGAMA).
49. Em 23.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 031/2026-BLRESDEM).
50. Em 24.04.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão; e o Senador Marcelo Castro foi designado 1º suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 021/2026-BLDEMO).
51. Em 28.04.2026, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 022/2026-BLDEMO).
52. Em 28.04.2026, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 033/2026-BLVANG).
53. Em 29.04.2026, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 034/2026-BLVANG).
54. Em 05.05.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 025/2026-BLDEMO).
55. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
56. Em 06.05.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-BLDEMO).
57. Em 13.05.2026, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).
58. Em 13.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 043/2026-BLVANG).
59. Em 20.05.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 028/2026-GABLI/BLALIAN).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. VAGO ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(22,30)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ^(4,22,28)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13,21,27,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,31,32)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,15,18,26)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,24,25)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA).
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLDEMO).
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 023/2026-BLPBRA).
27. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
28. Em 14.04.2026, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 028/2026-GSEGAMA).
29. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
30. Em 15.04.2026, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-GSEGAMA).
31. Em 06.05.2026, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 038/2026-BLVANG).
32. Em 13.05.2026, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 042/2026-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Finalidade: acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).

(Requerimento 22, de 2026 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²³⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,23)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(11,25)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾	3. VAGO ^(18,22)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Stivenon Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLREDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))
22. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
23. Em 07.04.2026, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 024/2026-GSEGAMA).
24. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
25. Em 26.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 051/2026-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,10,12,36)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁹⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(20,22,32)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,28,34,35)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(15,38)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,17,33,37)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(5,11,40)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLDEMO).
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
32. Em 31.03.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 023/2026-GSEGAMA).
33. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
35. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
36. Em 24.04.2026, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2026-BLDEMO).
37. Em 27.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2026-BLPBRA).
38. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
39. Em 06.05.2026, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 039/2026-GSEGAMA).
40. Em 20.05.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 031/2026-GABLIID/BLALIAN).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽²⁾

Instalação: 06/05/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	4.
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 28.04.2026, os Senadores Damares Alves, Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns e Jaime Bagattoli foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 179/2026-CDH).
2. Em 06.05.2026, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Damares Alves Presidente deste colegiado (Of. nº 186/2026-CDH).
3. Em 01.06.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 214/2026-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
VAGO ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,22)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,21)	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19,20)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,18,19,20)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))

10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
20. Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
21. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
22. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 045/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))
Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,11)
VAGO ^(1,11,29)	3. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
VAGO ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,32)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(4,20,21,25,31)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24,30)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,26,27,28)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,27,28)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sérgio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
28. Em 24.03.2026, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
29. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
30. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
31. Em 12.05.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 041/2026-GSEGAMA).
32. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 045/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.leg.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(3,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. VAGO ^(4,9,21)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,23)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,22)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(7,20)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 30](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). ([DSF de 20/02/2025, p. 192](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). ([DSF de 21/03/2025, p. 19](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 20](#))
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 88](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLRESDM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLRESDM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
21. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 024/2026-BLPBRA).
23. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
24. Em 19.05.2026, a comissão reunida elegeu o Senador Hermes Klann Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 034/2026-CDR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Terças-feiras 09:30 -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,11,12,29)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. VAGO ^(8,11,12,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,22,23,26,34)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(13,35,36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14,21,32)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,28,30,33)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 31](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLDEMO).
30. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
31. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
32. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
33. Em 07.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
34. Em 30.04.2026, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 35/2026-BLRESDEM).
35. Em 05.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 036/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(22,23,25,28)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(4,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLI/BLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA).
27. Em 06.04.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 014/2026-GABLI/BLALIAN).
28. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) (3)	1. VAGO (8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 35)

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 219)

8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). (DSF de 07/10/2025, p. 52)

9. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Gerales
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(21,26,33,34,35)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(18,32)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30,31)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(6,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG).
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA).
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG).
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
31. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
32. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 022/2026-BLPBRA).
33. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 027/2026-BLVANG).
35. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,36)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19,32,35)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,31,33,34)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG).
33. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 07.04.2026, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLD/BLALIAN).
35. Em 28.04.2026, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 031/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 34](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 1](#))
3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 17](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 9](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 20](#))
7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 203](#))
9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa**Telefone(s):** 6133032230**E-mail:** ccdd@senado.leg.br

15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,16,17,18,21,22)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13,14,23)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(12,20)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,19)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽²⁴⁾

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrielli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))
 - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))
 - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))
 - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))
 - Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))
 - Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
 - Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG).



19. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
20. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
21. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
23. Em 19.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 047/2026-BLVANG).
24. Em 02.06.2026, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 034/2026-BLALIAN).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE)**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE: Senador Irajá (PSD-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PSD
Senador Irajá (TO)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PDT
Senador Weverton (MA)
MDB
Senador Eduardo Braga (AM)
PODEMOS
Senador Giordano (SP)
PP
Senadora Tereza Cristina (MS)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senador Alan Rick (AC)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)

Atualização: 01/06/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



5) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



9) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



10) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



11) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



12) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



14) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



15) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

16) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



20) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



21) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



23) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER

(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

MEMBROS
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
MDB
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PB)
PDT
Senador Weverton (MA)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PODEMOS
Senador Giordano (SP)
PP
Senador Laércio Oliveira (SE)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
PSD
Senadora Zenaide Maia (RN)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senadora Damares Alves (DF)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)
Secretaria Geral da Mesa
NPGF
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal
José Dantas Filho
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação
João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante do INEP
Eduardo Carvalho Sousa
Comitê Técnico Independente - Representante do UNICEF no Brasil
Júlia Medeiros Netto Ribeiro
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Lemann
Thamires Mirolli
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho
Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representante da Associação Bem Comum
Débora de Freitas Viégas
Comitê Técnico Independente - Representante do Instituto Natura
Márcia Ferri



31) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



33) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



34) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



35) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



36) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

